

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**BEATRIZ SCAPIN**

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR: O PROCESSO DE (DES) TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA  
DE NOVA PALMA E PINHAL GRANDE/RS**

**Santana do Livramento  
2021**

**BEATRIZ SCAPIN**

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR: O PROCESSO DE (DES) TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA  
DE NOVA PALMA E PINHAL GRANDE/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração, linha de pesquisa Organizações e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Alessandra Troian

**Santana do Livramento  
2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

S284 Scapin, Beatriz  
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura  
Familiar: o processo de (des) territorialização da agricultura  
de Nova Palma e Pinhal Grande/RS / Beatriz Scapin.  
180 p.  
  
Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Pampa,  
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO, 2021.  
"Orientação: Alessandra Troian".  
  
1. Política pública. 2. Agente. 3. Transformações. 4.  
Desenvolvimento. 5. Rural. I. Título.

**BEATRIZ SCAPIN**

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR: O PROCESSO DE (DES) TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA  
DE NOVA PALMA E PINHAL GRANDE/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração, linha de pesquisa Organizações e Desenvolvimento.

Dissertação defendida e aprovada em 01 de abril de 2021

Banca examinadora:

---

Dr.<sup>a</sup> Alessandra Troian  
Orientadora  
PPGA/Unipampa

---

Dr.<sup>o</sup> João Garibaldi Almeida Viana  
PPGA/Unipampa

---

Dr.<sup>o</sup> Luis Carlos Zucatto  
PPGOP/UFSM

Dedico essa conquista a meus pais, por tudo que fizeram, às vezes abrindo mão de seus objetivos, para me proporcionar a melhor formação, sem vocês essa vitória não seria possível.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, por me guiar sempre pelo melhor caminho, por todas as oportunidades concedidas e pela proteção de todos os dias.

À minha família, principalmente aos meus pais, que me ensinaram a correr atrás dos meus sonhos e não desistir diante das dificuldades, e, pelo apoio durante toda a trajetória até aqui percorrida.

À minha orientadora Professora Dra. Alessandra Troian por toda a dedicação e profissionalismo, pelas diversas horas de orientação e trocas de conhecimento. Obrigada pela acolhida desde o início do mestrado, por acreditar em mim, ter me dado a oportunidade de crescer profissionalmente e por tantos ensinamentos.

Ao Programa de Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa e aos Professores, pela estrutura e aprendizado durante o curso.

Aos meus Professores de graduação, em especial, a Professora Bruna Márcia Machado de Moraes, minha orientadora da graduação, excelente profissional, um exemplo de professora, que despertou em mim a vontade de seguir estudando. Ao Professores Paulo Fernando Marschner e Paulino Varela Tavares, por me incentivarem a seguir na área acadêmica. Se hoje estou aqui é devido ao apoio de vocês três. E aos demais Professores que, de alguma forma, contribuíram para a minha formação.

Aos meus amigos de longa data, que mesmo distantes sempre estiveram presentes e aos novos amigos conquistados durante esses dois anos de mestrado, pela amizade e companheirismo.

Aos agricultores familiares, por aceitarem participar da pesquisa por tão bem me receberem em suas casas, todos dispostos a ajudar e contribuir com o estudo. E, aos agentes de desenvolvimento, por conceder a entrevista.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação.

Obrigada!

*“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,  
Muda-se o ser, muda-se a confiança;  
Todo o mundo é composto de mudança,  
Tomando sempre novas qualidades. ”*

*(Luís de Camões)*

## RESUMO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em meados da década de 1990, é uma política de crédito específica para a agricultura familiar. O programa foi marco de reconhecimento da agricultura familiar, e, em pouco mais de vinte anos de atuação, está presente em praticamente todos os municípios brasileiros. Neste sentido, o presente estudo visa analisar a contribuição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, de 1999 a 2019, no desenvolvimento territorial de Nova Palma e Pinhal Grande, localizados na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Metodologicamente a pesquisa caracteriza-se como mista, de caráter descritivo e exploratório, realizada a partir das técnicas de revisão bibliográfica, coleta e análise de dados secundários e coleta e análise de dados primários. Foram coletados dados agropecuários e socioeconômicos, disponíveis nos sítios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação de Economia e Estatística (FEE). Também foi realizado o levantamento dos dados do Pronaf, disponíveis no Banco Central do Brasil. A etapa de coleta de dados primários se deu a partir da realização de entrevistas semiestruturadas e da aplicação de questionários. Foram realizadas nove entrevistas com agentes de desenvolvimento de Nova Palma e Pinhal Grande, as entrevistas foram realizadas com base em roteiros previamente elaborados, gravadas, transcritas e analisadas através da análise de conteúdo. Também foram aplicados 18 questionários a agricultores familiares de diferentes comunidades de Nova Palma e Pinhal Grande que acessam o Pronaf. A análise destes questionários se deu a partir do agrupamento das respostas. Utilizou-se também a técnica de caderno de campo. Como resultados destaca-se o significativo papel que o Pronaf tem desempenhando no desenvolvimento do território. No período de 1999 a 2019, foram acessados R\$ 844.7 milhões de reais em créditos em Nova Palma e Pinhal Grande, desse total 70,32% foi destinado ao crédito custeio. Quanto as transformações que o Pronaf está proporcionado no território, destaca-se: a expansão da área plantada e aumento da produtividade; melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos agropecuários e aquisição de maquinários, reduzindo a penosidade do trabalho do campo; aumento da renda dos agricultores familiares; financiamento de diferentes culturas e atividades, como produção de leite e agroindústrias; fortalecimento da monocultura, principalmente de soja; o aumento da dependência de agências bancárias; aumento da participação das mulheres nas atividades e na gestão dos estabelecimentos agropecuários; mudanças na paisagem do território; redução do trabalho comunitário e aumento da competitividade entre vizinhos; perda das experiências e costumes no modo de plantar e colher devido a inserção de tecnologia e mecanização; produção voltada para a comercialização; individualização do trabalho; aumento do uso de agrotóxicos, plantio direto, rotação de culturas e utilização de práticas corretivas de solo. Confirmando assim, as premissas iniciais do estudo, que o Pronaf está contribuindo parcialmente para o desenvolvimento do território. O programa tem sido usado para custear a produção, com isso garante renda e com ela com ela a reprodução social, mantendo a população no campo. No entanto, financia a monocultura da soja e do milho, estimulando a produção de *commodities* e com isso, a perda das características locais de solo, relevo, vegetação, bem como altera as relações do homem com o ambiente e a perda dos laços culturais, do saber fazer presentes no território.

**Palavras-chave:** Política pública; Agente; Transformações; Desenvolvimento; Rural.

## ABSTRACT

The National Program for the Strengthening of Family Farming (Pronaf), created in the mid-1990s, is a specific credit policy for family farming. The program was a landmark in the recognition of family farming and, in a little over twenty years of operation, it is present in virtually all Brazilian municipalities. In this sense, the present study aims to analyze the contribution of the National Program for the Strengthening of Family Farming, from 1999 to 2019, in the territorial development of Nova Palma and Pinhal Grande, located in the Fourth Colony of Italian Immigration of Rio Grande do Sul. Methodologically, the research stands out as mixed, of a descriptive and exploratory nature, carried out from the techniques of literature review, collection and analysis of secondary data and collection and analysis of primary data. Agricultural and socioeconomic data were collected from the sites of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Foundation for Economics and Statistics (FEE). A survey of Pronaf data, available at the Central Bank of Brazil, was also carried out. The primary data collection stage was based on semi-structured interviews and the application of questionnaires. Nine interviews were carried out with development agents from Nova Palma and Pinhal Grande, based on previously prepared scripts, recorded, transcribed and analyzed through content analysis. We also applied 18 questionnaires to family farmers from different communities in Nova Palma and Pinhal Grande who access Pronaf. The analysis of these questionnaires was done by grouping the answers. The field notebook technique was also used. The results highlight the significant role that Pronaf has played in the development of the territory. In the period from 1999 to 2019, R\$ 844.7 million reais were accessed in credits in Nova Palma and Pinhal Grande, of this total 70.32% was destined to costing credit. As for the transformations that Pronaf is providing in the territory, the following stand out the expansion of the planted area and increase in productivity; improvement of the infrastructure of agricultural and cattle-raising establishments and acquisition of machinery, reducing the difficulty of work in the field; increase in the income of family farmers; financing of different crops and activities, such as milk production and agro-industries; strengthening of monoculture, especially soybean; increase in dependence on bank branches; increased participation of women in activities and in the management of agricultural establishments; changes in the landscape of the territory; reduction of community work and increased competitiveness among neighbors; loss of experiences and customs in the way of planting and harvesting due to the insertion of technology and mechanization; production aimed at commercialization; individualization of work; increased use of pesticides, direct planting, crop rotation, and use of soil corrective practices. This confirms the initial assumptions of the study, that Pronaf is partially contributing to the development of the territory. The program has been used to fund production, thus guaranteeing income and with it social reproduction, keeping the population in the field. However, it finances the monoculture of soybeans and corn, stimulating the production of commodities and with this, the loss of local characteristics of soil, relief, vegetation, as well as altering the relationship of man with the environment and the loss of cultural ties, of the know-how present in the territory.

**Keywords:** Public Policy; Agent; Transformations; Development; Rural.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Localização da Quarta Colônia de Imigração Italiana.....	64
Figura 2 - Lavoura de soja localizada em Gramado, Nova Palma/RS .....	99
Figura 3 - Lavoura de feijão localizada em Linha Michelin, Pinhal Grande/RS .....	99
Figura 4 - Lavoura de fumo em Linha Michelin, Pinhal Grande/RS .....	100
Figura 5 - Estabelecimento agropecuário voltado para a produção de leite, Comércio, Nova Palma/RS. ....	101
Figura 6 - Alguns alimentos produzidos para o autoconsumo familiar.....	102

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares de Nova Palma e Pinhal Grande/RS .....	71
Gráfico 2 - Montante de crédito repassado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no período de 1999 a 2019, em Nova Palma e Pinhal Grande/RS .....	74
Gráfico 3 - Evolução das linhas de créditos custeio e investimento no período de 1999 a 2019, em Nova Palma e Pinhal Grande/RS .....	77
Gráfico 4 - Número de contratos nas linhas de créditos custeio e investimento no período de 1999 a 2019, em Nova Palma e Pinhal Grande/RS .....	80
Gráfico 5 - Valor médio dos contratos de custeio e investimento, no período de 1999 a 2019, em Nova Palma e Pinhal Grande/RS .....	84
Gráfico 6 - Número de contratos das principais culturas financiadas no período de 1999 .....	87
Gráfico 7 - Valor repassado para as culturas financiadas no período de 1999 a 2019, em Nova Palma e Pinhal Grande/RS .....	90

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo das principais características da abordagem territorial do desenvolvimento .....	31
Quadro 2 - Diferenciação entre propriedades Patronal e Familiar .....	33
Quadro 3 - Classificação dos agricultores "pronafianos" por Grupo na safra 2007/2008.....	42
Quadro 4 - Classificação dos agricultores por Grupos na safra 2019/2020 .....	42
Quadro 5 - Subprogramas, público alvo, requisitos e limites do Pronaf, de acordo com o Plano Safra 2019/2020.....	43
Quadro 6 - Entrevistas com agentes de desenvolvimento de Pinhal Grande e Nova Palma/RS .....	59
Quadro 7 - Entrevistas com agricultores familiares de Nova Palma e Pinhal Grande .....	61
Quadro 8 - Número de estabelecimentos de Agricultura familiar X Agricultura não familiar, nos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana, RS.....	67
Quadro 9 - Perfil socioeconômico dos agricultores familiares participantes da pesquisa em Nova Palma e Pinhal Grande/RS.....	93
Quadro 10 - Características dos estabelecimentos agropecuários visitados em Nova Palma e Pinhal Grande/RS .....	97
Quadro 11 - Período de tempo e destino de crédito acessado pelos agricultores familiares de Nova Palma e Pinhal Grande/RS.....	104
Quadro 12 - Pronaf e as transformações na dimensão econômica do território de Nova Palma e Pinhal Grande/RS .....	106
Quadro 13 - Pronaf e as transformações na dimensão cultural do território de Nova Palma e Pinhal Grande/RS .....	112
Quadro 14 - Pronaf e as transformações na dimensão natural do território de Nova Palma e Pinhal Grande/RS .....	117
Quadro 15 - Síntese das transformações ocorridas no território de Nova Palma e Pinhal Grande a partir do Pronaf: percepção dos agentes de desenvolvimento .....	143
Quadro 16 - Aspectos positivos e negativos do Pronaf: percepção dos agricultores familiares e agentes de desenvolvimento de Nova Palma e Pinhal Grande/RS.....	149

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAF	Anuário Brasileiro de Agricultura Familiar
CAMNPAL	Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDESUS	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COTRIJUC	Cooperativa Agropecuária de Júlio de Castilhos
CREAI	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DNTR-CUT	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-DI	Índice Geral de Preços- Disponibilidade Interna
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PRODESUS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável da <i>Quarta Colônia</i>
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Objetivos.....	19
1.1.1 <i>Objetivo geral</i> .....	19
1.1.2 <i>Objetivos específicos</i> .....	19
1.2 Premissas da pesquisa.....	20
1.3 Justificativa.....	20
1.4 Estrutura do texto.....	23
2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	25
2.1 Desenvolvimento Territorial.....	25
2.2 Agricultura familiar e sua representatividade no Brasil.....	32
2.3 Histórico do Crédito Rural no Brasil.....	36
2.4 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.....	39
2.4.1 <i>O Pronaf nos 23 anos de atuação: resultados de pesquisas</i> .....	48
2.5 Pronaf e Desenvolvimento Territorial.....	51
3 MÉTODO.....	54
3.1 Abordagem, caráter e método de pesquisa.....	54
3.2 Técnica de coleta e análise de dados.....	55
4 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: DINÂMICA E ATUAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE NOVA PALMA E PINHAL GRANDE/RS.....	63
4.1 O território da Quarta Colônia de Imigração Italiana no RS.....	63
4.1.1 <i>Caracterização do território: Nova Palma e Pinhal Grande</i> .....	68
4.2 A dinâmica do Pronaf em Nova Palma e Pinhal Grande: distribuição, linhas de crédito, número de contratos, valor médio dos contratos e culturas financiadas.....	73
5 O PRONAF E O PROCESSO DE (DES) TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE NOVA PALMA E PINHA GRANDE/RS.....	92
5.1 Caracterização dos agricultores familiares participantes da pesquisa.....	92
5.2 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no processo de transformação do território da Quarta Colônia de Imigração Italiana: análise de Nova Palma e Pinhal Grande/RS.....	105

5.2.1 Pronaf e as transformações na dimensão econômica do território de Nova Palma e Pinhal Grande/RS .....	105
5.2.2 Pronaf e as transformações na dimensão cultural do território de Nova Palma e Pinhal Grande/RS .....	111
5.2.3 Pronaf e as transformações na dimensão natural do território de Nova Palma e Pinhal Grande/RS .....	116
5.3 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no processo de transformação do território de Nova Palma e Pinhal Grande/RS: percepção dos agentes de desenvolvimento .....	119
5.4 Aspectos positivos e negativos do Pronaf: percepção dos agricultores familiares e agentes de desenvolvimento de Nova Palma e Pinhal Grande .....	146
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	151
REFERÊNCIAS .....	157
ANEXO A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)- Agentes de desenvolvimento.....	172
ANEXO B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)- Agricultores familiares .....	174
APÊNDICE A- Questionário agricultores familiares.....	176
APÊNDICE B- Roteiro de entrevista com os agentes de desenvolvimento.....	179

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, de acordo com o Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar, ABAF (2019), é uma importante categorial social para o desenvolvimento tanto econômico quanto para promover a inclusão social no país. Representando um sistema de produção em que os proprietários do estabelecimento ao mesmo tempo que são responsáveis pela produção, são responsáveis também pela tomada de decisão do trabalho (CHEMIN; AHLERT, 2010). O processo de gestão e administração do estabelecimento agropecuário, na agricultura familiar, bem como o trabalho é realizado pelos membros da família (ABRAMOVAY et al., 1998).

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, 76,82% dos estabelecimentos rurais do país são da agricultura familiar, além disso, os agricultores familiares são responsáveis por 74% dos empregos gerados no campo (IBGE, 2019). Mesmo sabendo da importância da agricultura familiar para a economia do país, através da diversificação da produção, por muito tempo os agricultores familiares ficaram à margem dos programas de apoio à agricultura. Isso, devido à falta de garantias legais para cumprir as exigências burocráticas dos agentes financeiros, ou então por não se enquadrarem no modelo de produção adotado pelos programas de fomento à agricultura (SILVA, 2003).

Como exemplo disso, pode-se apontar a política de crédito rural, que por muito tempo privilegiou determinado grupo de produtores. Segundo Delgado (2010), as políticas agrícolas desenvolvidas pelo Estado tinham caráter seletivo, privilegiavam principalmente médios e grandes produtores, das regiões sul e sudeste do país, com produções voltadas para à exportação, as chamadas *commodities* agrícolas, ou então que atendiam aos interesses dos grupos agroindustriais.

De acordo com Castro (2017), com o passar do tempo, o aumento da população urbana e a necessidade de garantir abastecimento de alimentos, fez com que o Estado desenvolvesse mecanismos para fomentar a expansão e a diversificação da produção agropecuária. Diante disso, uma série de medidas foram tomadas, em especial, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), na metade da década de 1960, tendo como intuito promover a produção agrícola e incentivar a modernização (CASTRO, 2017).

Com isso, os recursos aplicados no crédito rural foram crescentes entre as décadas de 1970 e 1980. Conforme Bianchini (2015), a política não excluía nenhum segmento, mas priorizava determinado grupo de agricultores, principalmente os produtores de *commodities*, da Macrorregião Centro Sul do país, ligados ao complexo agroindustrial e ao setor agroexportador. Contudo, em respostas às mudanças nas políticas internacionais e a crise da

economia brasileira, na década de 1980, o crédito passou a ser mais seletivo, favorecendo os produtores integrados ao mercado. Com isso, os agricultores familiares que antes enfrentavam dificuldade para acessar a política de crédito, viram a situação piorar (BIANCHINI, 2015).

Em decorrência disso, segundo Grisa (2010, p.84), os agricultores familiares passaram a enfrentar diversas consequências como “endividamento, desemprego, perda das terras, êxodo rural e agrícola, degradação ambiental etc”. A falta de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, as dificuldades de comercialização, o baixo preço dos produtos agrícolas, entre outros, fez com que as atividades pluriativas impulsionassem o desenvolvimento da agricultura familiar. Essas atividades surgiram como caminho de reprodução familiar, possibilitando a preservação do patrimônio familiar, além da manutenção da atividade agrícola (MARIN; CORREA, 2005).

Os agricultores a margem da política de crédito rural passaram a ser público alvo das políticas públicas que buscavam atender as necessidades peculiares dessa classe social somente na década de 1990, tendo como marco a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (MATTEI, 2005). Nesse sentido, o programa, foi criado num momento em que o agricultor familiar se via em duas condições que lhe desfavorecia, pois de um lado era obrigado a disputar crédito com os grandes produtores, e de outro, era dependente do crédito rural, para desenvolver suas atividades agropecuárias (GUANZIROLI, 2007).

Dessa forma, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1996, surge como uma resposta do Estado, tendo como finalidade ofertar crédito rural com condições distintas aos agricultores familiares (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004). Além disso, o programa foi um marco de reconhecimento da agricultura familiar e da necessidade de planejar políticas diferenciadas de desenvolvimento rural, que levassem em conta as especificidades socioeconômicas desta categoria social (GRISA, 2010). Proporcionando, além da legitimidade social, o reconhecimento como segmento produtivo (PEREIRA; NASCIMENTO, 2014).

No decorrer da sua atuação, o programa é reconhecido pelo montante de recursos distribuídos para financiar as atividades produtivas, bem como pelo aumento do número de beneficiários (RESENDE; MAFRA, 2016). Houve avanços também na redução das taxas de juros, melhores condições de pagamento, diversificação do público beneficiário, simplificação das condições de acessos ao programa (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014). O Pronaf tem melhorado as condições de produção, fortalecendo a inserção de tecnologias na

atividade rural, fomentando a permanência dos agricultores no campo, além de contribuir para o aumento da oferta de alimentos e da produtividade (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

No entanto, apesar dos resultados positivos do programa, conforme Resende e Mafra (2016), o montante de recursos distribuídos, embora tenha aumentado consideravelmente, não é suficiente para atingir o objetivo principal do programa, diminuição da desigualdade no meio rural do país. O Pronaf está financiando, principalmente, *commodities* e se concentrando nos agricultores mais capitalizados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014).

Ainda, entre as limitações do Pronaf destaca-se a intensificação da mercantilização produtiva imposta pela produção de grãos e *commodities*, principalmente milho e soja. Essas culturas apresentam baixo valor agregado, pois para a comercialização da produção os agricultores dependem de intermediários, o que acaba resultando na perda da autonomia reprodutiva dos agricultores. Além disso, a dinâmica do programa fomenta a especialização produtiva em determinadas atividades. Como consequência, não dá espaço para o desenvolvimento e fortalecimento da produção de alimentos básicos, bem como da diversificação das pequenas produções e criações familiares (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

Corroborando com essa ideia, Costa e Gonçalves (2012), destacam que o programa ao longo de sua trajetória tem contribuído para o aumento da especialização das atividades agrícolas e a redução da diversificação da produção familiar, resultando em um modelo produtivista, fortalecendo os agricultores integrados ao mercado. Além disso, os autores destacam que o programa não abrange a diversidade dos agricultores familiares, visto que está atendendo agricultores que possuem maior renda e melhores condições de acessar o sistema bancário. Não atendendo, dessa forma, os agricultores com menos recursos econômicos e tecnológicos. Para Gazolla e Schneider (2013), o programa deve ser revisto e ajustado, tendo em vista atender as reais necessidades dos agricultores familiares, uma vez que o programa não conseguiu atingir seus objetivos iniciais.

Diante disso, destaca-se a importância de conhecer e entender a dinâmica do Pronaf no território em que está atuando. Para Saquet (2007), quando se trata de território é importante que sejam abordadas as dimensões econômica, política e cultural, além de abranger o aspecto natural no processo de apropriação do espaço. De acordo com o autor o território é formado pela combinação entre aspectos econômicos, políticos, culturais e da natureza exterior ao homem (E-P-C-N). Ou seja, o território é uma junção de processos sociais e naturais (SAQUET, 2007).

Além disso, o território passa por constantes mudanças gerando processos de territorialização, desterritorialização e re-territorialização (TDR), e esses processos são concomitantes e complementares (SAQUET, 2009). Cabe ressaltar que os processos de TDR não são estanques, eles se configuram como processos dinâmicos ligados à própria sociedade (CHELOTTI, 2013). Ou seja, desterritorializar e re-territorializar nem sempre é algo negativo. Ressalta-se que no estudo foi usada uma adaptação da definição do território de Saquet (2007, 2009, 2013), ou seja, o território em análise foi observado a partir das dimensões econômica, cultural e a natureza exterior ao homem.

A Quarta Colônia de Imigração Italiana é formada por nove municípios, sendo eles, Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Sêca, São João do Polêsine e Silveira Martins. O território foi formado por imigrantes vindos de Vêneto, região do Norte da Itália. Os imigrantes vieram para o Brasil no final do século XIX, tinham como principal propósito serem donos de um lote de terra. Em decorrência disso, a agricultura familiar acabou se tornando a base da economia, pois todos os membros da família tinham que trabalhar nas atividades do lote, desde a derrubada das matas, preparo do solo, plantio, colheita, além da criação de animais para consumo e venda (PAZUCH, 2019).

De acordo com Manfio (2012), a delimitação do território da Quarta Colônia de Imigração Italiana foi estabelecida a partir dos lotes que os imigrantes receberam. Atualmente essa delimitação é percebida no espaço pela cultura que separa os territórios da cultura italiana dos demais espaços no Rio Grande do Sul. Para Manfio e Benaduce (2017), os imigrantes foram responsáveis pela apropriação do espaço por meio de sua vivência, costumes, suas relações e suas construções, o que construiu um território com características que ainda são percebidas nos dias atuais.

Atualmente, no território da Quarta Colônia de Imigração Italiana a produção agrícola continua sendo a base da economia, determinada pelas atividades familiares que carregam os traços coloniais que lhe deram origem (FERNANDES, FELIN, MARCHESAN, 2012). A quantidade de propriedades de agricultura familiar que tem no território, também pode ser explicada por dois fatores, um pelo fato da constituição do solo e relevo que, na maioria dos casos, é de difícil produção por serem em áreas de alto declives. E, por questões culturais, onde os lotes rurais formam sendo divididos entre os herdeiros dos imigrantes (MANFIO; PIEROZAN, 2017).

Além disso, quando se trata das políticas públicas disponibilizadas pelo Estado, segundo Marin e Correa (2005), as mudanças ocorridas após os anos de 1990, principalmente após a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, podem ser

percebidas no território da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Segundo os autores, as transformações ocorridas após a década de 1990, aumentaram as estratégias de reprodução social da agricultura familiar. Além disso, essas mudanças no espaço rural podem ser explicadas por duas dinâmicas, de um lado ocupação de atividades não-agrícolas visando à valorização do espaço rural como lazer ou residência, e de outro lado o reconhecimento da agricultura familiar, como ator social de desenvolvimento.

Diante disso, partindo do pressuposto que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é uma relevante política para a agricultura familiar, o presente estudo tem como problema de pesquisa a questão, a saber: qual é o papel do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no processo de (des) territorialização da agricultura familiar de Nova Palma e Pinhal Grande, localizados na Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS? Visando responder a problemática elencada, a definição de objetivos é indispensável para que isso ocorra. Assim, a seguir serão apresentados os objetivos do estudo.

## **1.1 Objetivos**

Com o intuito de responder a problemática do estudo, são propostos os seguintes objetivos:

### *1.1.1 Objetivo geral*

Analisar a contribuição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, de 1999 a 2019, no desenvolvimento territorial de Nova Palma e Pinhal Grande, localizados na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

### *1.1.2 Objetivos específicos*

- Caracterizar o território da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS.
- Identificar a dinâmica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar nos municípios de Nova Palma e Pinhal Grande.
- Averiguar como o Pronaf tem influenciado no processo de (des) territorialização da agricultura familiar.

## 1.2 Premissas da pesquisa

Diante da problemática elencada e dos objetivos apresentados, a proposta de estudo partiu do pressuposto que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar contribui parcialmente para o desenvolvimento do território. O crédito rural é usado para custear a produção e dessa maneira, garante a renda e com ela a reprodução social, mantendo a população no campo. Por outro lado, o programa financia a monocultura da soja e do milho, estimula a produção de *commodities* e com isso, a perda das características locais de solo, relevo, vegetação, bem como altera as relações do homem com o ambiente e a perda dos laços culturais, do saber fazer presentes no território. A partir do momento que o programa passa a incentivar determinadas culturas e atividades, fomentando a monocultura, ele deixa de contribuir com a lógica agricultura familiar e do desenvolvimento territorial, que tem como característica a diversificação de cultivos e a valorização das características locais.

## 1.3 Justificativa

A proposta de pesquisa encontra-se justificada em dois pontos, a saber: a motivação acadêmica e o interesse pessoal da autora. Academicamente destaca-se que a agricultura familiar contribui de forma significativa para a geração de trabalho, renda e diminuição do êxodo rural. Além disso, segundo o Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar (2019), mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros são oriundos da agricultura familiar.

A agricultura familiar, de acordo com Oliveira e Ribeiro (2002), contribui em aspectos econômicos, além de proporcionar desenvolvimento social no país. Ou seja, a agricultura familiar é relevante em aspectos econômicos, pois atua na produção de alimentos, gera trabalho e renda à unidade familiar, combatendo a pobreza rural. É relevante ainda em aspectos sociais, pelo fato de garantir a segurança alimentar, promovendo a consolidação e permanência no campo, além de disseminar estratégias desenvolvidas e transferidas de geração para geração (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2002).

Assim, verifica-se a importância da categoria social que contribui para a geração de renda, emprego, diminuição do êxodo rural e para o desenvolvimento econômico do país. Porém, para o fomento da agricultura familiar é necessário que haja incentivos por parte do governo para que o agricultor familiar permaneça no campo e tenha acesso aos programas e políticas públicas para fortalecer esta atividade (CASTRO, 2017).

Nesse sentido, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, política de crédito específica para a agricultura familiar. Segundo Gazolla e Schneider (2013), essa política pública é importante para o desenvolvimento rural e fortalecimento dos agricultores familiares principalmente por ser o principal instrumento de auxílio econômico e produtivo da agricultura familiar, disponibilizando recursos financeiros proporcionando aos agricultores familiares custearem as despesas das safras, e também investirem em seus estabelecimentos agropecuários.

A escolha da temática justifica-se pelo reconhecimento da importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do país e a contribuição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para o fortalecimento das atividades da categoria social. Além disso, a escolha do tema possibilitou desenvolver uma relação entre as abordagens de desenvolvimento territorial e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, nos municípios de Nova Palma e Pinhal Grande.

Sendo assim, foram analisados dados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar referente ao período de 1999 a 2019. A escolha do recorte temporal justifica-se pela disponibilidade de dados nos sites oficiais. Apesar do Pronaf ter sido criado em 1996, os dados passaram a serem disponibilizados para acesso público partir de 1999. Além disso, a escolha de um longo período de análise justifica-se pela característica do estudo, analisar as transformações que o programa proporcionou no território em questão, para isso, a série histórica se faz relevante.

O recorte territorial, estudar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em Nova Palma e Pinhal Grande, justifica-se pelo fato dos municípios localizarem-se na Quarta Colônia de Imigração Italiana, com forte presença da agricultura familiar. Dos estabelecimentos agropecuários localizados no território, de acordo com o Censo Agropecuário 2017, 90,04% são de agricultura familiar, distribuídos nos nove municípios que compõem a região (IBGE, 2019). Além disso, dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar, 45,85% dos produtores possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP): Documento comprobatório de que a unidade de produção é familiar, sendo porta de entrada para o agricultor familiar acessar as políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Para solicitar a emissão da DAP, os beneficiários devem ir com a documentação necessária até um dos locais a seguir: Sindicados e Associações de Trabalhadores da Agricultura Familiar ou Sindicatos Rurais; escritórios das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão; associações e colônias de pescadores artesanais e aquicultores (para seu público específico); ou escritórios regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra): (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2019)

A escolha em realizar o estudo nesses municípios se dá pelo fato de que apresentarem características semelhantes. Nova Palma tem 503 estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar, o que representa 88% dos estabelecimentos existentes no município, e Pinhal Grande tem 624 estabelecimentos de agricultura familiar, o que equivale a 92% do total de estabelecimentos (IBGE, 2019). Além disso, justifica-se a escolha por fazerem divisa, e dessa forma, apresentarem características semelhantes, tornando-os um único território.

Ademais, entre os estudos realizados acerca da agricultura familiar há carência de pesquisas sobre o Pronaf, no recorte da Quarta Colônia de Imigração Italiana, com o viés mais crítico do desenvolvimento, considerando as transformações que a política pública está gerando no território. A abordagem territorial está relacionada às perspectivas que se ocupam com o tema do desenvolvimento, seja pelo ponto de vista de sua projeção espacial ou pelo papel dos atores, das instituições, das formas de organização coletiva e, até mesmo, da cultura (SCHENEIDER; TARTARUGA, 2004). A maioria dos estudos realizados (CENCI, 2007; FELIN, 2011; FERNANDES, FELIN, MARCHESAN, 2012; WINCK et al., 2014; BIANCHINI, AREND, KARNOPP, 2017, entre outros), abordaram a questão das agroindústrias familiares. Outros, no entanto, estudaram a pluriatividade das unidades de produção agrícola (MARIN; CORRÊA, 2005), e ainda foi estudado a racionalidades identitária na produção de alimentos coloniais (GUIMARAES, 2011).

Apesar dos estudos não terem como objeto central o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, verifica-se que a política de crédito é importante para o território, sendo apontada, embora indiretamente, em alguns dos estudos. De acordo com Winck et al., (2013), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar juntamente com outras políticas públicas é um importante instrumento de melhoria de qualidade de vida dos agricultores familiares da Quarta Colônia de Imigração Italiana, contribuindo para o desenvolvimento da região, a partir das agroindústrias familiares.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto que existe uma lacuna na literatura no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar no território da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Logo, o reconhecimento da dinâmica da política pública e o que ela está proporcionando nestes municípios é importante para o planejamento e a tomada de decisões, além de contribuir para estudos futuros tanto neste, quanto em outros territórios.

Além disso, o estudo é relevante para a área de administração, pois, tendo em vista que a proposta de pesquisa está sendo elaborada dentro de um Programa de Pós-Graduação em Administração, na linha de pesquisa Organizações e Desenvolvimento, propõe-se estudar uma política pública que está diretamente ligada às organizações rurais e ao desenvolvimento de

um território. De acordo com Reichert (1998), uma organização rural, do mesmo modo que uma organização urbana deve ter planejamento, organização, direção e controle. O processo de administrar fica sob a responsabilidade dos próprios produtores (SPAGNOL; PFULLER, 2010). Diante disso, os produtores devem planejar, tomar decisões, controlar custos, traçar metas, além de produzir e comercializar a produção e, sem dúvidas, a disponibilidade e oferta de crédito influencia diretamente nestas decisões.

Em uma organização rural, os riscos são elevados, o produtor precisa estar atento a riscos inesperados e incontroláveis, como intempéries climáticas (estiagens, granizos, vendavais, entre outros), além do preço de venda do produto (KAY; EDWARD; DUFFY, 2014). Dessa forma, para Sena et al., (2011), é fundamental que o produtor tenha um planejamento financeiro adequado, use os recursos de maneira racional, e busque informações a respeito da atividade que está financiando, a fim de evitar dificuldades de pagamento e endividamento, pois para o bom funcionamento da política pública a forma como o produtor planeja e toma decisões interfere nos resultados do programa, tanto nas contribuições como também desenvolvimento de determinada região.

Por fim, o presente estudo justifica-se pelo interesse pessoal. A motivação se dá devido ao fato da autora ser filha de agricultores familiares, ser natural de Nova Palma e ter vivenciado a realidade do meio rural. Além disso, por ser Técnica em Agropecuária e Bacharela em Administração há interesse em conhecer a dinâmica do crédito rural, sobretudo sobre o comportamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no desenvolvimento do território da Quarta Colônia de Imigração Italiana, no qual mantém relações de pertencimento. Ou seja, seguir um estudo com esta temática possibilita a união das duas áreas de formação com os interesses e motivações pessoais da autora.

#### **1.4 Estrutura do texto**

O estudo encontra-se estruturado em seis capítulos. O primeiro capítulo compreende a introdução, em que se apresenta a temática, uma breve contextualização acerca da agricultura familiar e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Nela também foram apresentadas a problemática, os objetivos e a justificativa do estudo. No segundo capítulo apresenta-se o aporte teórico que sustenta a proposta de pesquisa, abordando acerca da perspectiva teórica do desenvolvimento territorial, agricultura familiar, o histórico do crédito rural no Brasil, e também, sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O terceiro capítulo traz o detalhamento do método utilizado no estudo. Ele abrange a caracterização do espaço empírico, a coleta, tratamento e análise dos dados. No quarto capítulo apresenta-se a análise e discussões dos dados secundários. O quinto capítulo apresenta os resultados da coleta primária, realizada com os agricultores familiares e agentes de desenvolvimento. No sexto capítulo são apresentadas as considerações finais. Por fim, tem-se as referências bibliográficas consultadas.

## **2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

O capítulo tem como finalidade dar suporte teórico para o desenvolvimento da presente pesquisa. Para tanto, foi organizado em cinco partes. A primeira discorre sobre desenvolvimento territorial, na segunda seção é abordado sobre a agricultura familiar. A terceira seção apresenta sobre o histórico do crédito rural no Brasil e na quarta apresenta-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Por fim, relaciona-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar com a noção de desenvolvimento territorial.

### **2.1 Desenvolvimento Territorial**

O território é um termo polissêmico, abordado por diversas áreas do conhecimento. Para Haesbaert (2004), além das perspectivas externas as ciências humanas, em especial as ligadas a Etologia, em que começaram a ser construídas as primeiras teorias, destaca-se também o uso do conceito na Antropologia, Ciência Política, História e Psicologia, além da Geografia e da Sociologia. Dessa forma, nota-se a amplitude do conceito, e, segundo o autor, percebe-se a precariedade do diálogo interdisciplinar para chegar a um consenso.

Cada área do conhecimento aborda a noção de território em uma determinada perspectiva. Para Haesbaert (2004), na Geografia o enfoque está na materialidade do território, em suas múltiplas dimensões, na Ciência Política o foco está na construção a partir das relações de poder, na Economia o território é visto como fator locacional ou como uma das bases da produção, a Antropologia enfatiza a dimensão simbólica do território, a Sociologia foca na sua intervenção nas relações sociais e na Psicologia o território é debatido sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal.

Segundo Saquet e Alves (2014), quando estudado de maneira detalhada, a noção de território contribui de forma significativa para compreender e explicar fenômenos e processos sociais e espaciais. Para isso, segundo os autores, é preciso conhecer as diferentes abordagens e noções, visando escolher a mais apropriada, levando em conta o objeto e a problemática do estudo, tendo em vista alcançar os objetivos propostos na pesquisa.

Um dos primeiros autores a falar sobre território foi Raffestin (1993, p.143), segundo o pesquisador, território é uma produção a partir do espaço, “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se

apropriar de um espaço, concreta e abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço”.

Segundo Raffestin (1993), nessa perspectiva o território é espaço marcado por relações de poder. Além disso, o espaço, tanto físico como natural, era como se fosse uma espécie de matéria-prima para os processos de territorialização, ou seja, o território é produzido por atores (HAESBAERT, 2007). Uma importante interpretação do conceito de território é dada por Haesbaert (2007, p.20)

(...) desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo -especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no "temtorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação".

Nesse sentido, o autor complementa que o território tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ou seja, o poder que o autor se refere é tanto no sentido mais concreto, de dominação, quanto no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2007).

Para Milton Santos o território deve ser visto como território usado, ou seja, “por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p.19). Na definição de Milton Santos, o território é composto por recursos naturais e recursos criados, dessa maneira, uma das contribuições do autor é o reconhecimento de componentes naturais e sociais do território, interdependentes e em sistema, ou seja, território é um espaço ocupado e moldado pela sociedade (SAQUET, 2009).

Para Saquet e Briskievicz (2009) o território compreende quatro componentes fundamentais, a saber: as relações de poder; as redes de circulação e comunicação; as identidades; e a natureza. Para os autores, não há território sem a combinação desses processos sociais e naturais. Isto significa que “pensar no desenvolvimento por esta perspectiva, requer a consideração destes elementos em cada território” (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009, p.4).

O território, para Saquet (2005), é multidimensional, englobando as dimensões econômica, política, cultural e da natureza exterior ao homem, denominada de E-P-C-N. Na dimensão econômica o território é compreendido como produto da divisão territorial do trabalho; a dimensão política discute o território como um espaço delimitado e controlado, em

que na maioria das vezes está relacionado ao Estado; na dimensão cultural o território visto como um produto de apropriação/valorização simbólica (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005).

Para Brito (2017), a partir de 1990 e especialmente a partir de 2003, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), os conceitos de território e desenvolvimento territorial passaram a ser usados quando se aborda sobre desenvolvimento rural no país. O MDA tinha como propósito encontrar uma melhor integração e articulação das políticas públicas dos Governos Federal, Estadual e Municipal e com associações da sociedade civil, em torno do desenvolvimento de territórios, principalmente onde predominava agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário. Com isso, o MDA, consolidou uma visão territorial como metodologia para o planejamento governamental (BRITO, 2017).

Diante disso, o MDA (2005), define o território da seguinte maneira:

É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005, p.28).

Além das noções de território, destaca-se também a questão da territorialidade que se refere a maneira como os territórios são configurados. De acordo com Moreira, Dallabrida e Marchesan (2016, p.92) “a territorialidade guarda estreita relação com o sentimento de pertencimento que os agrupamentos humanos têm em relação ao espaço que habitam”, ou seja, não significa apenas a apropriação de um espaço geográfico em si, mas sim a construção de vivências, em um processo de interação com o mesmo.

Para Haesbaert (2005), a territorialidade, além de incorporar uma dimensão política, consagra relações econômicas e sociais, pois está relacionada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas mesmas se organizam no espaço e como dão significado ao lugar. As territorialidades, segundo Dallabrida (2007), representam a interação sociocultural que são determinadas por afinidades e que conferem uma identidade própria. De acordo com o autor, a noção de territorialidade tornou-se uma importante temática de estudos nas ciências sociais, além de ser um objeto das políticas públicas que visam planejar estratégias de desenvolvimento a partir de especificidades territoriais.

Saquet e Briskievicz (2009) acrescentam que a territorialidade traduz o conjunto daquilo que se vive no dia-a-dia, que resulta no processo de produção de cada território, sendo importante para a construção da identidade,

Compreendendo a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009, p. 8).

A identidade da agricultura familiar pode ser percebida nas relações de trabalho, na diversificação de cultivos, na relação com os recursos naturais, no conhecimento transmitido de geração para geração, no saber fazer. Quando a agricultura familiar se volta para o modo capitalista de produção, em que está cada vez mais integrada aos mercados, ela ao mesmo tempo que territorializa também desterritorializa. Ou seja, territorializa, promovendo novas formas de reprodução das atividades agropecuárias familiares, mas desterritorializa, pois promove a perda das características da categoria social (SAQUET, 2006).

Diante disso, além dos conceitos de território e territorialidade, quando se trata da abordagem territorial do desenvolvimento, tem-se os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR). A territorialização, para Saquet (2005), “constitui e é substantivada por diferentes temporalidades e territorialidades, resultado e condição dos processos sociais em interação com a natureza exterior ao homem”. O autor ainda destaca que esse processo de territorialização é marcado pelo movimento de reprodução de relações sociais e por forças produtivas, como por exemplo, máquinas, redes de circulação e comunicação, entre outros.

Para Chelotti (2013, p.5), “a criação de territórios seria representada pela territorialização, a sua destruição (por mais que seja temporária) pela desterritorialização e a sua recriação pelos processos de reterritorialização”. Nesse sentido, a territorialização se refere ao ato/ação de se apropriar de um espaço e torná-lo um território, a desterritorialização é o oposto, sendo a perda desses territórios, enquanto que a reterritorialização é a criação de novos territórios. Ainda, de acordo com a autora, os processos de TDR não são estanques, eles se configuram como processos dinâmicos ligados à própria sociedade (CHELOTTI, 2013).

Para Saquet (2007), os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização estão ligados e se complementam. Corroborando com a ideia, segundo Haesbaert (2005), a desterritorialização seria uma espécie de mito, pois sempre que ocorre

uma desterritorialização, como resposta, ocorre novos processos de territorialização, ou seja, ocorre um processo de reterritorialização.

Tendo em vista esses processos TDR, quando se trata da agricultura familiar, Oliveira, Rambo e Carvalho (2017, p.3), apontam que a modernização da agricultura gerou desterritorialização da agricultura familiar de duas maneiras. Uma no que diz respeito ao processo de expropriação da terra e de êxodo rural. A outra forma de desterritorialização refere-se “à desconexão entre agricultura e território, mais especificamente entre agricultor e natureza, o trabalho e as relações sociais locais de produção.”

Saquet e Abrão (2017), em um estudo realizado sobre a territorialização da agricultura familiar em Francisco Beltrão, apresentam as principais mudanças que ocorreram no território a partir do processo de modernização agrícola implantado a partir da década de 1970, que acabaram mudando a paisagem do território. Segundo os autores, devido ao avanço do modo capitalista de produção intensificou-se a integração ao mercado. A paisagem foi remodelada a fim de atender as exigências de um mercado competitivo.

A partir da introdução do pacote tecnológico, foi intensificado o uso de adubos químicos, compostos orgânicos, além da aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Como resultados do processo de territorialização da modernização agrícola na agricultura familiar podem ser percebidos nos elementos materializados na paisagem, como as áreas de pastagem e desmatamento. Destaca-se também a inserção dos agricultores no sistema de integração contratual com empresas, a exemplo, empresas de criação de frangos e perus (SAQUET; ABRÃO, 2017). De acordo com os autores a instalação de aviários, além de gerar novas territorialidades para o território, evidencia a introdução do capital financeiro e industrial no espaço rural, o que acaba provocando centralização de poder e concentração de capital. Isso é percebido na paisagem pelas construções e utilização de tecnologias e máquinas agrícolas (SAQUET; ABRÃO, 2017).

Quando se trata das alternativas de desenvolvimento territorial, Saquet (2006, p.78) apresenta alguns procedimentos que são importantes, sendo eles, a saber: a) valorização dos recursos territoriais locais (econômicos, políticos, culturais e naturais); b) definição de políticas à produção familiar, com fortes investimentos; c) educação/formação pública com qualidade; d) amenização da subordinação e exploração, em que o produtor familiar possa dominar minimamente a produção, o transporte e a venda/consumo de sua produção; e) mais organização e qualificação política. Além desses pontos, o autor destaca a importância da formação de lideranças e agentes mediadores, tendo em vista a luta por melhores condições de vida.

Já quando se aborda sobre desenvolvimento territorial, Dallabrida (2007, p.47) define a dinâmica territorial do desenvolvimento sendo:

O conjunto de ações relacionadas ao processo de desenvolvimento, empreendidas por atores/agentes, organizações/instituições de uma sociedade identificada histórica e territorialmente. O seu uso sustenta-se na hipótese de que o desenvolvimento tem uma relação direta com a dinâmica (social, econômica, ambiental, cultural e política) dos diferentes territórios. Dependendo do tipo de ação, passiva ou ativa, dos atores territoriais na defesa dos seus interesses, frente ao processo de globalização, os territórios assumem opções de desenvolvimento que os favorecem ou que os prejudicam, em diferentes intensidades, transformando-se em territórios do tipo „inovadores/ganhadores” ou “submisso/perdedores”. Desse processo dialético global-local, de ação-reação, cujas intenções são projetadas pela dimensão global, mas acontecem no território, resultam as diferenciações ou desigualdades territoriais (DALLABRIDA,2007, p.47).

Para Froehlich et al., (2010), a abordagem do desenvolvimento territorial destaca o estudo das redes, convenções e instituições, permitindo ações cooperativas que são capazes de enriquecer o tecido social de determinada região. Além disso, o uso da dimensão territorial do desenvolvimento permite o incentivo de áreas contradizendo as teorias que definem o rural como sendo um papel secundário no desenvolvimento contemporâneo. Segundo os autores “a ruralidade deixa de ser uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização, passando a ser um valor para as sociedades contemporâneas” (FROEHLICH et al., 2010, p. 116). Segundo Dallabrida (2015, p.325), o desenvolvimento territorial pode ser entendido como sendo:

[...] um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população.

Diante disso, quando se trata dos estudos das regiões rurais, segundo Abramovay (2006, p.1-2), a noção de território contribui em pelo menos quatro aspectos, a saber: a) propõe que se abandone um horizonte estritamente setorial, que considera a agricultura um setor único e os agricultores como os únicos atores; b) impede a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento, pois estas noções são diferentes; c) o estudo empírico dos atores e de suas organizações torna-se fundamental para compreender as situações localizadas, tendo em vista que esses atores provêm de vários setores econômicos e possuem origens políticas e culturais diversificadas; e, d) o território destaca a maneira como determinada sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva e, dessa maneira, na relação entre sistemas sociais e ecológicos.

Segundo Schneider (2004) o motivo pelo qual a abordagem territorial passou a ser síntese para as discussões sobre desenvolvimento rural, pode ser explicada por dois motivos, a saber: a) devido ao esgotamento teórico prático da abordagem regional, o que torna evidente os limites da utilização da noção de região como unidade de referência para criação de políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento rural e, b) baseado no questionamento crescente da dinâmica setorial de ramos da atividade econômica que passaram a se desenvolver muito mais a partir de uma lógica de escopo do que de escala. Diante disso, de acordo com Schneider (2004, p.99):

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. Mas não se trata apenas do entendimento teórico e abstrato, pois esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nesses espaços encontram-se nele mesmo.

A abordagem do desenvolvimento territorial apresenta diversas peculiaridades, sendo assim, o Quadro 1, a seguir, apresenta um resumo sobre as principais características:

Quadro 1 - Resumo das principais características da abordagem territorial do desenvolvimento

Conceito/noção	Características da abordagem territorial do desenvolvimento	Autores
Território	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relações de poder.</li> <li>- Redes de circulação e comunicação.</li> <li>- Identidade/características indenitárias podem ser materiais (casas, igrejas) ou imateriais (valores, rituais)</li> <li>- Natureza/recursos naturais</li> <li>- Espaço ocupado e moldado pela sociedade.</li> <li>- Combinação de processos sociais e naturais</li> </ul>	Raffestin (1993) Haesbaert (2007) Saquet e Briskievicz (2009) Santos; Silveira, (2006) Saquet (2009)
Territorialidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sentimento de pertencimento.</li> <li>- Modo como as pessoas utilizam a terra.</li> <li>- Criação de uma identidade própria.</li> <li>- Interação sociocultural.</li> <li>- Relações sociais, econômicas, políticas e culturais.</li> </ul>	Moreira, Dallabrida e Marchesan (2016) Saquet e Briskievicz (2009) Haesbaert (2005) Dallabrida (2007)
Territorialização	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ato/ação de apropriar de um espaço.</li> </ul>	Chelotti (2013)
Desterritorialização	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perda das características do território.</li> </ul>	Saquet (2006; 2007) Haesbaert (2005)
Reterritorialização	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de novos territórios/reapropriação de espaços.</li> </ul>	Haesbaert (2005) Chelotti (2013)
Fatores de desenvolvimento territorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valorização das especificidades territoriais.</li> <li>- Valorização dos recursos territoriais locais (econômicos, políticos, culturais e naturais).</li> <li>- Melhoria da qualidade de vida.</li> <li>- Preservação das características culturais.</li> <li>- Preservação ambiental.</li> <li>- Criação de estratégias de valorização territorial.</li> </ul>	Saquet (2006; 2010) Dallabrida (2007; 2015) Froelich (2010)

Fonte: Elaborado pela autora, com base na revisão de literatura, 2020.

Conforme observado no Quadro 1, a abordagem de desenvolvimento territorial envolve diversos aspectos e variáveis. Saquet (2013), destaca que a abordagem territorial pode contribuir para subsidiar a elaboração de propostas de desenvolvimento, que valorizem as relações sociais entre os sujeitos e destes com os seus lugares. Quando se trata do desenvolvimento territorial Saquet (2013, p.177), afirma:

O desenvolvimento territorial não pode ser burocrático e centralizado, político-institucional, partidário e mascarado. Precisa ser construído participativamente, reconhecendo-se os diferentes sujeitos, os distintos interesses, os anseios, os sonhos, as necessidades; os tempos e os territórios; as temporalidades, as territorialidades e a conquista de autonomia.

A questão do desenvolvimento territorial também pode ser abordada quando se trata da agricultura familiar. Para Dias e Aguiar (2016), valorizar a agricultura familiar utilizando um modelo territorial e não setorial representa um avanço para a diversificação local/regional. Reconhecendo a ligação entre território e agricultura familiar, a próxima seção abordará sobre a agricultura familiar e a sua representatividade no país.

## **2.2 Agricultura familiar e sua representatividade no Brasil**

Diversas mudanças importantes ocorreram, no Brasil, nas últimas três décadas. De acordo com Grisa e Schneider (2014), essas mudanças podem ser percebidas em novas relações entre Estado e sociedade civil, criação de espaços de participação social, surgimento de novos atores políticos, institucionalização de novas regras e instrumentos de políticas públicas. Segundo os autores, essas transformações orientaram a ação do Estado e permitiram redefinir regras e compreensões, o que conseqüentemente modificou as condições socioeconômicas da população, principalmente nomeio rural.

Como protagonista e motivo de muitas dessas alterações, destaca-se a agricultura familiar, que passou a ser reconhecida como categoria social e política a partir de 1990. Porém, esse processo foi lento e contraditório, historicamente a categoria social esteve às margens das ações do Estado brasileiro, o que potencializava sua fragilidade perante as opções de desenvolvimento adotadas no país (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

De acordo com Lamarche (1993, p.15), a agricultura familiar “corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”, isto é, refere-se as explorações agropecuárias nas quais a família participa na produção. Destaca-se que a agricultura familiar não é formada por um grupo social

homogêneo, pois se diferem uns dos outros em diversos aspectos, como por exemplo, na capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los, o que torna uma categoria social heterogênea, com forma de reprodução diversa.

Para Wanderley (1996, p.2) agricultura familiar pode ser definida como aquela em que “a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Além disso, para Veiga et al., (2001), a categoria social não é definida pelo tamanho de área disponível, mas sim pelas características organizacionais do empreendimento. Dessa forma, no que se refere à discussão sobre propriedades familiares ou não familiares, os autores expõem um conjunto de características que contribuem para a diferenciação dos estabelecimentos agropecuários, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Diferenciação entre propriedades Patronal e Familiar

Patronal	Familiar
Completa separação entre gestão e trabalho.	Trabalho e gestão intimamente relacionados.
Organização centralizada.	Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários.
Ênfase na especialização.	Ênfase na diversificação.
Ênfase nas práticas padronizáveis.	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.
Predomínio do trabalho assalariado.	Trabalho assalariado complementar.
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”.	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: Veiga et al., (2001, p.31).

Como exposto no Quadro 2, Veiga et al., (2001), destacam algumas características da agricultura familiar que a diferem da agricultura patronal. Enquanto na agricultura patronal a ênfase está na padronização da produtividade visando à lucratividade, na agricultura familiar o foco é na diversificação da produção, em que ocorre a integração da gestão e trabalho, as decisões são imediatas e *in loco*. Além disso, tem-se uma preocupação com durabilidade dos recursos naturais e, conseqüentemente, a qualidade de vida.

Segundo Navarro (2010, p.192), até metade da década de 1990 a agricultura familiar era denominada sob diversas expressões como “*minifundiários, pequenos produtores, agricultores de subsistência*” ou, como era corriqueiro na década de 1970, *agricultores de baixa renda*”. Ainda de acordo com o autor, outra denominação para a categoria social era *camponês*, usada principalmente por sociólogos inspirados na tradição marxista e por documentos de divulgação, como jornal. Além dessas denominações, outras eram empregadas regionalmente, especialmente no Nordeste eram chamados de *lavradores*, e nas regiões sul do país denominados como *colonos*, além disso, referindo-se as atividades econômicas desempenhadas por estes produtores era chamada de *pequena produção* (NAVARRO, 2010).

O reconhecimento e a legitimação da agricultura familiar como categoria socioeconômica e a utilização de uma nomenclatura que abrangesse a heterogeneidade do meio rural, contribuiu para a criação de políticas públicas e fortalecimento da categoria social. Nos últimos anos correram muitos avanços na agricultura familiar, dentre eles pode-se apontar a reforma agrária, crédito agrícola, preservação ambiental, direitos trabalhistas, previdência social e saúde, política energética (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2015).

A discussão sobre agricultura familiar no Brasil, segundo Schneider (2003), começou em meados da década de 1990, tardiamente quando comparado a outros países desenvolvidos. Nesse período, podem-se apontar três acontecimentos distintos, mas que se completam, tendo impacto social e econômico relevante para o meio rural, principalmente no que se refere à agricultura familiar. O primeiro se refere ao aumento de sua importância política e dos atores que se formaram como representantes da categoria social, aponta-se o fortalecimento do sindicalismo rural, onde foi formada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), sendo uma organização específica de agricultores familiares, além dos movimentos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que a partir desse período passou a fazer uso da categoria social agricultor familiar (PICOLOTTO, 2014).

Assim, a partir de meados da década de 1990, foram expressivos os movimentos sociais, que produziram manifestações políticas que permanecem até os dias atuais, como é o exemplo dos eventos em torno do “Grito da Terra”. Apesar dos desafios enfrentados pelo sindicalismo rural naquela época, desafios estes como impactos na abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação, foi possível através da consolidação e afirmação do que era a agricultura familiar, oferecer apoio e resguardo a outras categorias sociais, a saber: assentados, arrendatários, parceiros, integrados às agroindústrias, entre outros (SCHNEIDER, 2003).

O segundo acontecimento que deu notoriedade a agricultura familiar refere-se ao reconhecimento da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro, que se deu através de novos espaços no Estado, implantação de políticas públicas específicas para a categoria social e também a criação da Lei de Agricultura Familiar (PICOLOTTO, 2014). Quanto à criação de políticas públicas, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que foi criado como resposta às pressões dos movimentos sociais que encontravam dificuldades de se manterem na atividade agropecuária, devido aos altos juros e dificuldades de acessarem crédito rural (SCHNEIDER, 2003).

Outro passo importante, quando se trata do reconhecimento da agricultura familiar, foi a regulamentação, em 2006, da Lei da Agricultura Familiar. A lei reconhece a agricultura

familiar como categoria social, além disso, definiu sua estrutura conceitual e passou a delimitar as políticas públicas para esse grupo social (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Dessa maneira, do ponto de vista legal (Lei n.11.326 de 2006), agricultor familiar é aquele que, desenvolve atividades no meio rural e cumpre os seguintes quesitos:

Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais<sup>2</sup>; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento. Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, Art. 3).

Por fim, destaca-se um terceiro acontecimento, que diz respeito à reorientação dos trabalhos acadêmicos sobre agricultura familiar, deixando de lado a ideia de que era um modelo de agricultura atrasado, ineficiente e inadequado, passando a reconhecer sua potencialidade, sendo vista como moderna, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos (PICOLOTTO, 2014; SCHNEIDER, 2003). De acordo com Guanziroli, Buainain e Sabbato (2012), a agricultura familiar, até o estudo “Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto”, publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 2000, era reconhecida como “pequena produção” e vista como um conjunto de unidades que produziam para subsistência, comercializando apenas o excedente.

A partir desse estudo de Guanziroli e Cardim (2000), publicado pelo MDA/FAO, verificou-se a importância da agricultura familiar no país e sua contribuição para o desenvolvimento do Brasil. Além disso, o estudo o contribuiu em dois aspectos para a agricultura familiar, a saber: a) atualizou o que é a agricultura familiar brasileira e destacou a categoria social, que antes não era utilizada de maneira abrangente em todo país; e b) mostrou uma agricultura familiar desenvolvida e significativa do ponto de vista econômico e social (GUANZIROLI;BUAINAIN;SABBATO, 2012).

Os avanços ocorridos nas últimas décadas no meio rural, quando se trata da agricultura familiar, segundo Mattei (2014a), são inegáveis, principalmente a partir do momento em que o Estado reconhece e começa a apoiar a categoria social. De acordo com o autor, a agricultura familiar apresenta impactos positivos em termos produtivos, pelo fato de produzirem

---

<sup>2</sup> O módulo fiscal é fixado para cada município e expresso em hectares, pela Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979, levando em conta os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida no tipo de exploração predominante; outras explorações existentes no Município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e o conceito de “propriedade familiar”.

alimentos básicos e, também, por manter grande parte das ocupações rurais sob sua responsabilidade.

Além disso, a categoria social interfere e beneficia toda a sociedade, tanto rural quanto urbana, pois segundo Mattei (2014a, p.90), a agricultura familiar promove “a garantia da segurança alimentar e nutricional; o fortalecimento do mercado interno; a exportação de produtos agrícolas; a preservação da biodiversidade; a reprodução do patrimônio cultural das populações rurais; e a manutenção da diversidade territorial dos espaços rurais”. Ou seja, contribui para o desenvolvimento da sociedade brasileira de maneira solidária. No entanto, um importante incentivo para o desenvolvimento dessa categoria social é o crédito rural, que será melhor discutido na próxima seção, apresentando como se deu a evolução do crédito rural até chegar a um crédito rural específico para atender esta categoria social.

### **2.3 Histórico do Crédito Rural no Brasil**

A agricultura brasileira, desde o processo de colonização, tem desempenhado um importante papel na economia do país. O que, segundo Castro (2017), possibilita analisar o país sob o enfoque de ciclos de produção, destacando grandes ciclos como o da cana-de-açúcar, do algodão, do café e, mais recentemente da soja. No entanto, ao longo da trajetória dos ciclos econômicos, a forma de financiamento das atividades foi sofrendo uma série de mudanças.

Inicialmente, período anterior a 1930, a maioria do crédito disponibilizado aos agricultores de dava através dos comerciantes e exportadores. Estes, de acordo com Bacha et al., (2005), financiavam a produção, como garantia de recebimento dos recursos penhoravam a produção ou então a propriedade rural. Ainda, de acordo com os autores, o modelo de financiamento agrícola permaneceu durante a segunda metade do século XIX e nas três primeiras décadas do século seguinte, fase onde o café era a base da economia brasileira.

Dessa forma, o processo de intervenção estatal no financiamento do setor rural, formalmente, começou no início de 1931, quando o Estado brasileiro, por meio do Banco do Brasil e da criação do Departamento do Café, começou a financiar as compras de café (SPOLADOR, 2001). Porém, devido à crise da década de 1930 via-se a necessidade de formalizar o crédito para a agricultura, tanto para incentivar outras culturas além do café, visando à diversificação da produção, como para promover garantia aos produtores.

Após a pressão de outros setores produtivos que buscavam apoio creditício, o governo, em 1937, cria a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI)<sup>3</sup> vinculada ao Banco do Brasil (BACHA et al., 2005). A CREAI passou a ser considerada um mecanismo de crédito disponibilizando recursos para atender as necessidades do setor rural e industrial, por meio de financiamento de longo prazo, contribuindo para o desenvolvimento do país (FOSSÁ, COMERLATTO, CHEMIN, 2016).

No entanto, com o passar dos anos, esse mecanismo de crédito, passou a destinar a maior parte dos recursos para o setor industrial, investindo pouco no setor rural (BACHA et al., 2005). Decorrente disto, em 1965 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)<sup>4</sup>, se tornando uma política destinada exclusivamente para o setor rural (CASTRO, 2017). Ainda de acordo com Castro (2017, p.42) “este sistema foi instituído como parte das reformas implementadas pelo Plano de Ações do Governo (PAEG)<sup>5</sup>, durante o governo do Presidente Castelo Branco, que identificou a agricultura como uma das áreas estratégicas de ação do Estado”. Desde a institucionalização do SNCR, os principais objetivos do crédito rural são:

- I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;
- IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo (BRASIL, 1965, Art. 3).

De acordo com Bacha et al., (2005), o crédito disponibilizado pelo SNCR permitiu que a produção avançasse, pois tinha como propósito dar condições ao produtor rural de se modernizar, usar insumos modernos, o que conseqüentemente aumentaria sua produtividade e também beneficiaria a indústria de fertilizantes, insumos e máquinas agrícolas. Em

<sup>3</sup> A Lei nº 454, de 09/07/1937, que originou a CREAI, determinava o fornecimento de recursos para a agropecuária, e também criação de outras indústrias. Disponibilizando recursos na agricultura, para investir em sementes, adubos, aquisição de animais para criação, ou custeio de entre safra. Já, os recursos destinados as indústrias, poderiam ser para aquisição de matéria prima, reformar, aperfeiçoar ou adquirir maquinários (BRASIL, 1937).

<sup>4</sup> Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, institucionaliza o crédito rural.

<sup>5</sup> O Plano de Ações do Governo (PAEG), tinha como meta combater o processo inflacionário, diminuir os desníveis econômicos setoriais e regionais, além de garantir uma política de investimentos que aumentasse as oportunidades de emprego produtivo e diminuir os déficits do balanço de pagamentos, e com isso proporcionar crescimento econômico para o país (KERECKI; SANTOS, 2009).

decorrência da intervenção estatal, através de políticas públicas, segundo Mattei e Fossá (2017, p.66), a base técnica de produção rapidamente mudou, devido ao fato da introdução de maquinários e equipamentos agrícolas, do incentivo ao uso de adubos e produtos químicos e da grande variedade de sementes melhoradas, o que caracterizou a fase conhecida como “modernização da agricultura brasileira” ou “modernização dolorosa”, como sugere Graziano da Silva (1982).

Esse processo, para Mattei e Fossá (2017, p.66) “resultou em profundas mudanças da base técnica que transformou a produção artesanal do camponês, à base da enxada, em uma nova maneira de produzir”. Além disso, com a implantação do SNCR, de acordo com Araújo e Meyer (1977), com distribuição de crédito rural, entre o período de 1965 e 1975, foi possível modernizar e aumentar a produção do setor agrícola, os recursos destinados ao crédito rural aumentaram drasticamente, porém ocorreu uma concentração de recursos nos grandes produtores, não conseguindo, dessa maneira, facilitar o acesso de crédito rural para os pequenos produtores.

Fica evidente, dessa forma, segundo Mattei e Fossá (2017), que tanto o crédito rural, quanto os demais instrumentos de política agrícola não beneficiavam todas as regiões do país, nem os produtores rurais de maneira igual. Segundo os autores, as políticas beneficiavam as regiões mais desenvolvidas e os produtores mais nobres, ou seja, os mais capitalizados, deixando de lado os menos capitalizados, sobretudo os pequenos produtores, que ficaram à margem do processo produtivo.

Na década seguinte, 1980, diferente da década anterior, assumiu-se um quadro econômico recessivo, em virtude do cenário macroeconômico instalado mundialmente no final dos anos de 1970 (FOSSÁ, COMERLATTO, CHEMIN, 2016). Com isso, de acordo com Belik (2015), ocorre uma inversão do incentivo de recursos destinados ao crédito rural, pelo Tesouro Nacional. Ou seja, a crise fiscal do governo, durante a década de 1980, mostrou que era impossível dar continuidade na forma como estava sendo financiada a agricultura brasileira, o que resultou na diminuição do volume de crédito disponibilizado (BACHA et al., 2005).

Dessa forma, segundo Bianchini (2015), a maioria dos agricultores que antes não participavam dos anos dourados de crescimento econômico do país viram essa situação piorar, pois o crédito passou a ser mais seletivo, beneficiando os produtores mais consolidados, integrados ao mercado e produtores de *commodities*. Diante dessa situação, após pressões do movimento sindical rural, com destaque para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o para o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central

Única dos Trabalhadores (DNTR-CUT), foi criado em 1994, no governo de Itamar Franco o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP)(BITTENCOURT, 2003, SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

Segundo Silva (1999), o PROVAP, resumia-se em uma linha de crédito em que os critérios para acesso eram restritos aos agricultores familiares, que levava em conta o tamanho do estabelecimento agropecuário e a mão de obra utilizada na produção. Destaca-se ainda que o PROVAP é considerado o embrião da mais importante política pública destinada aos agricultores familiares, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar(BITTENCOURT, 2003, SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004), que será melhor discutido na seção seguinte.

#### **2.4 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**

No Brasil, até meados dos anos 1990 não existiam políticas públicas específicas para a agricultura familiar, políticas que abrangessem todo território nacional e que atendessem as necessidades dos agricultores familiares (MATTEI, 2014a). Diante desse contexto, após reivindicações dos agricultores familiares que lutavam por uma proposta de crédito subsidiado, que atendesse e contemplasse a diversidade da agricultura familiar, foi criado, em 1994 no governo de Itamar Franco<sup>6</sup> o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), tendo como objetivo possibilitar o financiamento das atividades agropecuárias. O programa pode ser considerado, segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004, p.3) como sendo “o embrião da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos agricultores familiares”.

O PROVAP não apresentou resultados significativos pelo fato de que o sistema financeiro não estava acostumado a trabalhar com esse tipo de cliente o que acabava dificultando os agricultores familiares acessarem os recursos que eram disponibilizados pelo crédito rural. No entanto, a sua criação foi fundamental no rumo às políticas públicas diferenciadas por categorias de produtores rurais. Pois, os produtores familiares, até a instituição do programa tinham que disputar crédito com os grandes proprietários de terra, que

---

<sup>6</sup> Itamar Augusto Cautiero Franco, concorreu à vice-presidência da República na chapa de Fernando Collor de Melo, em 1989, ambos na legenda do Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Após o *impeachment* de Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, assumiu a presidência da República, tendo como período de mandato de 29 de dezembro de 1992 a 1º de janeiro de 1995 (BRASIL, 2009).

eram grandes tomadores de recursos para a agricultura (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

O PROVAP, em 1995, foi reformulado tanto no que se refere a sua concepção, quanto sua área de abrangência. Conseqüentemente, essas modificações deram origem, em 1996, ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (MATTEI, 2015), que foi institucionalizado pelo Decreto Presidencial nº 1.946, de 28.06.1996, tendo como diretrizes:

- a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda;
- b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;
- c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;
- d) adequar e implantar a infra-estrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;
- e) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações;
- f) agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;
- g) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa;
- h) promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;
- i) estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras. (BRASIL, decreto nº 1.946/1996, Art.2).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi instituído como uma política para o fortalecimento das unidades familiares, sendo entendido como um programa de apoio e valorização da diversidade social da agricultura familiar e do meio rural, através do apoio técnico e financeiro, visando o desenvolvimento rural (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013). Além disso, segundo Aquino e Schneider (2010), o objetivo do programa era diminuir as desigualdades sociais e regionais, provocadas pelas políticas estatais tradicionais que eram votadas para o fomento da modernização tecnológica da agricultura do país.

No primeiro ano de atuação do programa foram implementadas apenas ações referentes ao crédito de custeio. No ano seguinte, 1997, foram ampliadas ações na área de

investimentos, infraestrutura e serviços municipais, além de capacitação e pesquisa. Passando a ter maior dimensão e abrangência em todo território nacional (MATTEI, 2015). Atualmente, o programa está organizado em duas linhas de crédito, o crédito custeio e o crédito investimento, destinando recursos para os agricultores familiares (BIANCHINI, 2015).

No que se refere ao custeio, de acordo com o Manual do Crédito Rural (2019), o crédito destinado a esta linha são para financiamentos de atividades agropecuárias e não agropecuárias, financiando atividades agrícolas e pecuárias, tendo como finalidade cobrir as despesas gerais dos ciclos produtivos. Já, o crédito investimento é destinado para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, visando o aumento da produtividade e rentabilidade da família, ou seja, voltados a estrutura.

Para ter acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, é preciso que o agricultor cumpra quatro critérios estabelecidos na Lei da Agricultura Familiar<sup>7</sup>, a saber: possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais; utilizar, predominantemente mão de obra familiar no processo produtivo e de geração de renda; ter predominantemente renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e, dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com a família (BRASIL, 2006). Além disso, o agricultor familiar deve apresentar e estar com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa.

Desde a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, diversas modificações ocorreram na composição de sua estrutura para abranger um número maior de agricultores familiares. Uma das modificações do programa se refere à classificação dos grupos de beneficiários enquadrados. Inicialmente, em 1999, o público alvo do programa, eram produtores familiares que se enquadravam nos requisitos estabelecidos pela Resolução nº. 2629 de 1999, formando os seguintes grupos, a saber: Grupo A, Grupo B; Grupo C, e Grupo D (BRASIL, 1999).

Posteriormente, na safra de 2000/2001, novas mudanças foram realizadas no que se refere aos grupos de beneficiários, quando foi criado o Grupo A/C. Logo em seguida, na safra de 2003/2004, foi criado o Grupo E, que era direcionado para os agricultores mais capitalizados, esse agrupamento permaneceu até a safra de 2007/2008 (AQUINO, SCHNEIDER, 2010). Visando elucidar, a seguir, o Quadro 3, apresenta a classificação dos agricultores no Pronaf por Grupo na safra de 2007/2008.

---

<sup>7</sup> Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Quadro 3 - Classificação dos agricultores "pronafianos" por Grupo na safra 2007/2008

Grupo	Características
A	Assentados da reforma agrária.
B	Agricultores com renda bruta anual de até R\$ 4 mil e que obtenham ao menos 30% desse valor da atividade agropecuária.
A/C	Egressos do Grupo E.
C	Agricultores com renda bruta anual de R\$ 4 mil até R\$ 18 mil e que obtenham ao menos 60% desse valor da atividade agropecuária.
D	Agricultores com renda bruta anual de R\$ 18 mil até R\$ 50 mil e que obtenham ao menos 70% desse valor da atividade agropecuária.
E	Agricultores com renda bruta anual de R\$ 50 mil até R\$ 110 mil e que obtenham ao menos 60% desse valor da atividade agropecuária.

Fonte: Aquino, Schneider (2010, p.5).

A partir de 2008 houveram novas mudanças, de acordo com Aquino e Schneider (2015), ocorreu a fusão dos Grupos C, D e E, passando a abranger os agricultores familiares mais consolidados e capitalizados, sendo denominado de Grupo Variável, ou Grupo V. Atualmente é beneficiário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar o produtor que se enquadrar em um dos grupos exposto no Quadro 4, apresentado abaixo, mediante apresentação da DAP (MANUAL DO CRÉDITO RURAL, 2019).

Quadro 4 - Classificação dos agricultores por Grupos na safra 2019/2020

Grupos	Características
A	Assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA ou Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF.
B	Aquelas com renda bruta familiar anual de até R\$23.000,00 (vinte e três mil reais).
A/C	Egressos do Grupo A.
Demais Unidades Familiares de Produção Rural	Aquelas cuja renda bruta familiar anual não ultrapasse R\$415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais).

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Aquino e Schneider (2015); Manual do Crédito Rural (2019).

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, segundo Aquino e Schneider (2010), foi um marco na esfera das políticas públicas para o setor rural, durante sua trajetória o programa se tornou um relevante instrumento para o fomento da agricultura familiar. Conforme os autores uma prova da relevância do programa foi o aumento tanto dos recursos distribuídos, quanto do número de beneficiários atendidos.

O Pronaf está dividido em diversos subprogramas, visando atender as especificidades do público alvo. A seguir, o Quadro 5, apresenta os subprogramas de acordo com o Plano Safra 2019/2020. O quadro segue especificado, conforme informações do Manual do Crédito Rural, o que é cada linha, o público alvo, a finalidade, bem como o limite e as taxas de juros.

Quadro 5 - Subprogramas, público alvo, requisitos e limites do Pronaf, de acordo com o Plano Safra 2019/2020

LINHA	PÚBLICO ALVO	FINALIDADE	LIMITE	TAXA DE JUROS
Pronaf Custeio	Agricultores (as) familiares com renda bruta anual de até R\$ 415.000,00. (Exceto grupo A e A/C)	Financiamentos para cultivo de arroz, feijão, mandioca, feijão caupi, trigo, amendoim, alho, tomate, cebola, inhame, cará, batata-doce, batata inglesa, abacaxi, banana, açaí, pupunha, cacau, baru, castanha de caju, laranja, tangerina, olerícolas, erva-mate, ervas medicinais, aromáticas e condimentares, apicultura, bovinocultura de leite, piscicultura, ovinos e caprinos, extrativismo não predatório. Financiamentos para produção de base agroecológica ou em transição e orgânicos.	Para uma ou mais operações de custeio que, somadas, atinjam valor de até R\$250 mil por mutuário no ano-safra.	3% a.a.
		Milho	Até R\$20 mil por mutuário em cada ano safra Nas operações acima de R\$20 mil até R\$250 mil por mutuário no ano safra.	3% a.a.
		Para as demais culturas, criações ou atividades.	Para uma ou mais operações de custeio que, somadas, atinjam valor de até R\$250 mil por mutuário no ano-safra.	4,6 % a.a.
Pronaf Mais Alimentos (Investimento)	Agricultores (as) familiares com renda bruta anual até R\$ 415.000, 00.	I - Adoção de práticas conservacionistas de uso, manejo e proteção dos recursos naturais, incluindo a correção da acidez e da fertilidade do solo e a aquisição, transporte e aplicação dos insumos para estas finalidades. II - Formação e recuperação de pastagens, capineiras e demais espécies forrageiras, produção e conservação de forragem, silagem e feno destinados à alimentação animal III - implantação, ampliação e reforma de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água, inclusive aquisição e instalação de reservatórios d'água, infraestrutura elétrica e equipamentos para a irrigação IV - Aquisição e a instalação de estruturas de cultivo protegido, inclusive os equipamentos de automação para esses cultivos. V - Construção de silos, ampliação e construção de armazéns destinados à guarda de grãos, frutas, tubérculos, bulbos, hortaliças e fibras, inclusive a construção e aquisição de câmaras frias. VI - aquisição de tanques de resfriamento de leite e ordenhadeiras	Até R\$165 mil	3% a.a.
		Para os demais empreendimentos e demais finalidades	Até R\$165 mil Até R\$ 330 mil para atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura. Carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura	4,6%
		Para construção ou reforma de moradias rurais	Até R\$ 50.000,00	4,6%

Pronaf Agroindústria (Investimento)	Produtores (as) familiares, empreendimento familiar rural – pessoa jurídica, cooperativas singulares e centrais e associações	Atividades que agreguem renda à produção e aos serviços desenvolvidos pelos beneficiários do Pronaf	Individual até R\$ 165 mil Empreendimento Familiar Rural-EFR até R\$ 330 mil, com R\$ 165 mil por sócio Cooperativa – até R\$ 35 milhões, com R\$ 45 mil por cooperado	Até 4,6%
Pronaf Floresta (Investimento)	Todos os agricultores familiares beneficiários do Pronaf	Implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal.	R\$ 15 mil para agricultores dos grupos “A”, “B”, “A/C” R\$ 60 mil, para agricultores do grupo “V” – projetos de SAFs R\$ 27,5 mil demais finalidades (até duas operações)	3% a.a.
Pronaf Semiárido (Investimento)	Todos os Agricultores (as) familiares beneficiários do Pronaf	Investimento em infraestrutura hídrica (50% do valor) e demais infraestrutura de produção agropecuária.	R\$ 20 mil (até 2 operações em “ser”)	3% a.a.
Pronaf Mulher (Investimento)	Mulheres agricultoras, independente estado civil.	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora	Grupos A, A/C e B: R\$ 2,5 mil (ou R\$ 5 mil quando aplicado o PNMPO) Grupo “V” Segue as mesmas condições do Mais Alimentos – MCR 10.5 (até 2 operações “em ser”)	0,5% a.a. Mesmas condições do Mais Alimento

Pronaf Jovem (Investimento)	Jovens filhos (as) de agricultores (as) familiares,	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural.	R\$ 16,5 mil (até 3 financiamentos para cada beneficiário)	3% a.a.
Pronaf de Industrialização Agroindústria Familiar	Produtores familiares, (as) empreendimento rural – pessoa jurídica,	Beneficiamento e industrialização da produção.	Individual - R\$ 12 mil. EFR - R\$210 mil (*) Coop. sing - R\$ 15 milhões (*) Coop. Central - até R\$ 30 milhões (*) (*) R\$ 12 mil/sócio	4,6 a.a.
Pronaf CotaParte (Investimento)	Agricultores familiares filiados (as) a cooperativas de produção: 60% com DAP; - Patrimônio	Integralização de cota-parte; Aplicação em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.	Individual R\$ 40 mil Cooperativas R\$ 40 milhões	4,6 a.a.
Pronaf “B” (Investimento)	Agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$ 23 mil.	Investimento para atividades agropecuárias e não-agropecuárias	R\$ 2,5 mil por operação (até R\$ 5 mil, quando utilizar a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado-PNMPO)	0,5 % a.a.

Pronaf Agroecologia (Investimento)	Agricultores (as) familiares	Investimento para implantação dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos.	Individual: Até R\$ 165 mil	3% a.a.
Pronaf ECO Sustentabilidade Ambiental (Investimento)	Agricultores (as) familiares	Investimento para pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, tecnologia de energia renovável, tecnologias ambientais, projetos de adequação ambiental, adequação ou regularização das unidades familiares à legislação ambiental, implantação de viveiros de mudas de essências florestais e frutíferas fiscalizadas ou certificadas.	Até R\$165 mil	3% a.a.
		Silvicultura	Até R\$165 mil	4,6% a.a.
		Dendê	R\$ 88 mil, limitado a R\$ 8,8 mil/ha ATER R\$ 60/ha/ano MO R\$ 2 .16 0 (do 2º ao 4º ano - até R\$ 720/ha/ano)	4,6%
		Seringueira	R\$ 88 mil, limitado a R\$ 16,5 mil/ha ATER R\$ 60/ha/ano MO R\$ 2 .16 0 (do 2º ao 4º ano - até R\$ 720/h a/ano)	4,6%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Manual do Crédito Rural (2019).

O programa, ao longo de sua trajetória, conforme expresso no Quadro 5, buscou abranger diversos tipos de agricultores familiares, estabelecendo finalidades específicas para a aplicação dos recursos, limites e taxas de juros diferenciadas. No entanto, segundo Bianchini (2015), apesar dos avanços e aumento dos recursos para fomentar a agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ainda não atende todo o conjunto de agricultores familiares. De acordo com o autor, é preciso que o programa amplie, criando novas linhas e formatos de financiamento, para abranger os agricultores que não se enquadram nos requisitos estabelecidos.

Bianchini (2015), aponta alternativas que precisam ser incentivadas e estudadas, dentre elas, destaca os fundos rotativos com microcrédito, o capital de giro das cooperativas de produção ou crédito, os pré-custeios para compra antecipada. Conforme Aquino e Schneider (2010), os recursos não são distribuídos de forma igual entre as diferentes categorias de agricultores familiares. Isso pode ser explicado pelo fato do programa apresentar tendência concentradora de renda, além de priorizar agricultores mais consolidados e capitalizados. Nesse sentido, de acordo com os autores, recomenda-se que o programa seja revisto e busque alterações na forma e na estrutura operacional, para ampliar o número de agricultores familiares que possam acessar a política pública.

Para Costa e Gonçalves (2012), é preciso que o programa seja revisto, e que busque mecanismos para amenizar as diferenças de rendas existentes entre os agricultores, possibilitando melhores condições de vida. Ou seja, a avaliação do Pronaf deve ser feita “levando em consideração a geografia agrária do país e o ponto de vista dos agricultores familiares, seus problemas, seus anseios e suas necessidades, e a partir daí redirecionar as políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural” (COSTA; GONÇALVES, 2012, p.105).

Ou seja, o programa deve levar em consideração as características e especificidades dos agricultores familiares e também do local. Para Pereira e Nascimento (2014), quando se leva em consideração as especificidades regionais/locais, é possível ampliar o conhecimento sobre o Pronaf. Além de conhecer e identificar as virtudes ou fracassos do programa, é possível também criar estratégias e intervenções com o propósito de aperfeiçoar esta política pública.

Mesmo sabendo dos avanços e contribuições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no que se refere ao aumento da oferta de crédito, diversificação das linhas de crédito, aumento do número de beneficiários, redução das taxas de juros, melhores condições de pagamento (RESENDE; MAFRA, 2016, GRISA; WESZ

JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014). Para Mattei (2015), o programa, ao longo de sua existência, não conseguiu alterar a lógica da agricultura brasileira. Ou seja, a forma de financiamento do programa continua incentivando a agricultura moderna, principalmente culturas destinadas à exportação, como por exemplo, soja e milho (MATTEI, 2015).

#### *2.4.1 O Pronaf nos 23 anos de atuação: resultados de pesquisas*

Ao longo de mais de 20 anos de atuação, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, vem apresentando resultados positivos, quando se trata da expansão dos recursos por todo país e do aumento do volume de recursos ofertados pelo programa (MATTEI, 2015). Também, verifica-se que com o passar do tempo o programa conseguiu ampliar o público alvo e sintonizar com a diversidade da agricultura brasileira, ampliando o número de beneficiários (AQUINO, SCHNEIDER, 2015). Além disso, Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014), destacam outros avanços como flexibilização das condições financeiras, como redução de taxa de juros e melhores condições de pagamentos, além de simplificação das condições de acesso ao crédito.

Apesar dos resultados positivos apresentados pelo programa, por outro lado verificam-se falhas operacionais, como concentração de recursos na região sul, além de privilegiar agricultores familiares consolidados (MATTEI, 2015; TROIAN; MACHADO, 2020). Ainda, neste sentido, Aquino e Schneider (2015), apontam que os agricultores de renda mais baixa enfrentam diversos obstáculos burocráticos que dificultam o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o que conseqüentemente acaba favorecendo os agricultores capitalizados. Para Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014, p. 341), cabe questionar se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar continua fazendo “mais do mesmo”, visto que segue apoiando o modelo de desenvolvimento do período da modernização da agricultura, favorecendo os agricultores mais consolidados e capitalizados, aqueles que possuem mais informações e familiaridade com os bancos.

Quanto à distribuição dos recursos ofertados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ao longo de sua trajetória, de acordo com estudo de Troian e Machado (2020), que analisaram a distribuição dos recursos do programa entre os anos de 1999 a 2017, nota-se que existem desigualdade e concentração dos valores disponibilizados. Segundo os autores, os recursos ficaram concentrados na região sul entre os anos de 1999 a 2002, passando a ser melhor distribuído entre as outras regiões do país entre os anos de 2003 a 2006, porém, a partir de 2007o recurso volta a se concentrar na Região Sul.

A concentração de crédito na região sul do país, segundo Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014), pode ser explicada pelo fato do programa estar incentivando a agricultura moderna. De acordo com os autores, na região os principais produtos financiados pelo crédito custeio são soja e milho. Ou seja, os recursos estão sendo destinados para produtores de *commodities*.

Referente às linhas de crédito mais acessadas pelos agricultores, segundo Troian e Machado (2020), nota-se que de 1999 até 2006 a maioria dos contratos foram destinados a linha de custeio. No ano de 2006 houve uma aproximação da quantidade de contratos de custeio e investimento. Já, no ano de 2007, os contratos de investimento aumentaram significativamente, o que fez com que ultrapassassem a linha de custeio no ano de 2009, permanecendo até 2014 (TROIAN; MACHADO, 2020).

O crescimento do crédito de investimento pode ser explicado pela política adotada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para enfrentar a crise macroeconômica de 2008, essa política tinha a intenção de incentivar o crescimento da demanda doméstica através da expansão da oferta de alimentos básicos (MATTEI, 2014a). Além disso, de acordo com o autor, o aumento dos contratos de investimento pode ser justificado pelas melhores condições de oferta do crédito de investimento, no que se refere aos custos financeiros, bem como das condições de pagamento.

Se tratando da distribuição do crédito em outras regiões do país, nota-se que a região nordeste, que concentra o maior número de agricultores familiares, recebe valores bem inferiores quando comparada a região sul do país. Além disso, a região é a que apresenta maior número de contratos, o que significa que o valor médio dos contratos é bem menor, do que quando comparado como valor médio dos contratos das regiões sul e sudeste (OLIVEIRA et al., 2015).

Quando se trata da atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, sob o enfoque territorial, verifica-se que em algumas regiões o programa apresenta impactos positivos, enquanto em outras regiões seus impactos são negativos. Segundo Silva e Alves Filho (2009), analisando os impactos do programa nas principais variáveis econômicas dos municípios que formam o território do Médio Jequitinhonha (MG), através do modelo de dados em painel, que levou em conta o PIB total, setorial (agrícola, industrial e serviços) e o PIB *per capita*, verifica-se que programa apresenta impactos positivos nas variáveis macroeconômicas dos municípios que formam o território.

Os autores destacam que mesmo o programa sendo uma política agrícola, os impactos no PIB agropecuário foram menores, justificando o comportamento pelo fato de que o

território apresenta uma agricultura pouco mercantilizada, em que maior parte dos insumos é adquirida na própria unidade familiar de produção (SILVA; ALVES FILHO, 2009).

Silva (2010), realizou um estudo semelhante ao de Silva e Alves Filho (2009), tendo com recorte espacial o território do Vale do Mucuri (MG). Como principais resultados o autor aponta que o programa apresenta impactos positivos no território, pois apresenta impacto positivo no aumento do PIB total, per capita e dos três setores analisados separadamente, mostrando desta forma que o programa provoca efeitos econômicos intersetoriais. Além disso, o autor destaca que o programa contribui para o desenvolvimento das economias locais, especialmente nos municípios com grande demanda de crédito.

Por outro lado, observaram-se impactos negativos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no desenvolvimento territorial. Dias e Aguiar (2016), apresentaram uma análise dos dados do Pronaf, no município de São João Del-Rei, localizado em Minas Gerais, com o intuito de verificar se o programa contribui para o desenvolvimento territorial. Como principais resultados, os autores apontaram que, o programa apresenta caráter setorial, além disso, financia atividades que não são características do território. Para os autores o programa poderia ser uma política pública que promove o desenvolvimento territorial rural, mas para isso ocorrer é preciso que o agricultor seja estimulado e auxiliado não apenas a produzir, mas para a valorização de suas especificidades sociais, culturais e regionais.

De acordo com estudo realizado por Coelho e Paula (2018), que analisaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e seus impactos no território do Cantuquibiriguaçu, no Paraná, verifica-se que o programa apresenta contradições, visto que está descaracterizando a diversidade produtiva da agricultura familiar. Segundo os autores, o programa está distanciando os agricultores familiares das cadeias locais de suprimento e aproximando cada vez mais aos mercados globais de *commodities*.

Verifica-se que, ao longo do tempo, no território do Cantuquibiriguaçu, o valor médio dos contratos de custeio aumentou, sendo explicado pela concentração de recursos em determinado grupo de produtores e em determinadas atividades, com destaque para produção de *commodities*, como soja e milho, seguindo a lógica do período da modernização da agricultura brasileira. Além disso, uma parte pouco significativa dos recursos do programa foi destinada para as atividades do mercado local, como bovinocultura de leite, horticultura, fruticultura e industrialização de produtos pela agroindústria familiar, o que pouco contribui para a diversidade da agricultura familiar (COELHO; PAULA, 2018).

Diante disso, a partir dos estudos apresentados, percebe-se que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar pode contribuir tanto positivamente, quanto negativamente para o desenvolvimento territorial. Assim, a próxima seção apresenta os elementos comuns entre a abordagem do desenvolvimento territorial e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, mostrando a importância dessas abordagens para esta proposta de estudo.

## **2.5 Pronaf e Desenvolvimento Territorial**

O termo desenvolvimento territorial tem sido utilizado em diferentes esferas da sociedade, desde a acadêmica a elaboração de políticas públicas, sobretudo pós anos 1990. No entanto, cabe destacar que a noção de desenvolvimento territorial é controversa, ela representa diferentes significados, dependendo da área do conhecimento ao qual se vincula.

Reconhecendo as diversas formas de definir e as várias noções existentes, destaca-se que o termo está em processo de construção, no entanto, a grandeza da abordagem encontra-se no fato do desenvolvimento do território depender e estar relacionado aos atores sociais.

Para Haesbaert o território tem uma vertente mais cultural e política, ou seja, uma abordagem híbrida (material/ideária), em que assume um caráter de relação dominação político-econômica e de apropriação simbólico cultural. Enquanto que para Saquet, o território tem uma abordagem material, tendo uma perspectiva multidimensional ao propor uma interpretação do território sustentada não apenas em uma dimensão do território, mas sim em um tripé, que são as dimensões econômicas, políticas e culturais.

Sendo assim, o estudo adotará uma adaptação da definição de Saquet (2007, 2009, 2013), em que o território é resultado das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social. Para Saquet (2013, p. 113) “o território é condição de processos de desenvolvimento territorial. É natureza e sociedade, manifestando-se de forma específica em diferentes lugares”. Além disso, o território pode ser entendido como sendo “lugar de relações sociais; de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade, patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para o habitar, viver e produzir” (SAQUET, 2013, p. 118).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento territorial considera os atores sociais, a valorização das características existentes em determinado território, a preservação do meio ambiente e a melhoria de qualidade de vida. Diante disso, converge, ou seja, há pontos em

comum entre a proposta do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o que se entende por desenvolvimento.

Tanto o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar quanto a noção de desenvolvimento territorial destacam a eliminação da visão setorial. O rural é mais que agrícola, mais que um setor econômico, pois agrícola é plantar, colher, já rural é amplo, mais do que produzir, tem importância para a preservação da paisagem, é local de moradia, tem atores sociais, características culturais, entre outras. As duas abordagens, tanto a pragmática da política pública do Pronaf, quanto a teórica do território, valorizam a diversidade.

Destaca-se que a abordagem do desenvolvimento territorial considera as especificidades do território. Do mesmo modo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar considera/aprecia a heterogeneidade da agricultura familiar e as especificidades dos agricultores familiares. Como exemplo disso, aponta-se que o programa apresenta vários subprogramas que visam atender as peculiaridades do público alvo, como por exemplo, o Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Floresta, Pronaf Agroindústria, entre outros.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tem como um de seus propósitos a redução da pobreza e das desigualdades sociais, conseqüentemente gerando melhoria na qualidade de vida, que é uma das características do desenvolvimento territorial. Além disso, ambos entendem que existem diferenças entre crescimento econômico e o processo de desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento não deve ser mensurado apenas por indicadores quantificados, como Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, mas, deve-se levar em conta as características locais, a cultura, o meio ambiente, o saber fazer dos atores envolvidos, visando potencializar essas especificidades, criando estratégias de acordo com a realidade dos envolvidos.

Quando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar não cumpre com o seu objetivo, ou seja, quando deixa de lado a diversificação da agricultura, valoriza a produção de determinadas culturas, acaba conseqüentemente influenciando na perda das características dos atores envolvidos e do território, o programa pode influenciar na desterritorialização de um território. Essa desterritorialização não necessariamente é algo negativo, pois a partir da desterritorialização uma nova territorialização é criada (CHELOTTI, 2013; SAQUET, 2007; HAESBAERT 2005).

A desterritorialização da agricultura familiar causada pelo programa, pode ser vista como algo negativo, quando a nova territorialização causada pelo programa faz com que os agricultores deixem de lado seus costumes e experiências, foquem em determinadas culturas e atividades, ou quando o programa é seletivo, priorizando agricultores familiares mais

consolidados, deixando de lado e excluindo agricultores menos capitalizados. Mas, por outro lado, desterritorialização pode ser vista como algo positivo, quando, por exemplo, a partir do programa os agricultores conseguem estruturar e modernizar a propriedade, melhorar a qualidade de vida e se adaptar as mudanças que ocorrem na agricultura (CHELOTTI, 2013; SAQUET, 2007; HAESBAERT 2005).

Após essa breve discussão apresentando pontos em comum da proposta do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e do que se entende por desenvolvimento territorial, o próximo capítulo, apresentará a proposta metodológica para a constituição desse estudo. Apresentando o método, técnica de coleta e análise dos dados.

### **3 MÉTODO**

O presente estudo passou pela avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Unipampa sobre o registro nº CAAE 35613420.7.0000.5323. O capítulo tem por objetivo apresentar a metodologia que foi empregada no estudo. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), o método é considerado um conjunto de atividades, que de maneira sistemática e racional possibilitam o pesquisador alcançar o objetivo proposto, planejando um caminho a ser seguido no decorrer da pesquisa.

Assim, a seguir serão apresentados, os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa, tais como: a abordagem, o caráter de pesquisa e o método adotado; e, as técnicas de coleta e análise dos dados.

#### **3.1 Abordagem, caráter e método de pesquisa**

Quanto a abordagem, a presente pesquisa é mista, pois combina abordagens quantitativas e qualitativas. A parte quantitativa refere-se ao levantamento e análise de dados secundários e aplicação de questionários, e a parte qualitativa à realização de entrevista semiestruturadas (CRESWELL, 2007). Segundo Creswell (2007, p.111), a combinação de dados quantitativos e qualitativos possibilita “entender melhor um problema de pesquisa ao convergir (ou triangular) tanto tendências numéricas amplas de pesquisa quantitativa quanto detalhes de pesquisa qualitativa”.

O estudo adotou a estratégia explanatória sequencial, partindo dos dados quantitativos para os dados qualitativos. De acordo com Creswell (2007, 217) “o objetivo do projeto explanatório sequencial é usar resultados qualitativos para auxiliar na explicação e na interpretação de resultados de um estudo primariamente quantitativo”. Com isso, neste estudo foi realizada a coleta e análise dos dados quantitativos (dados secundários), posteriormente foi realizada a coleta de dados qualitativos (realização de entrevistas) e, por fim, houve novamente a coleta de dados quantitativos (aplicação de questionários). Na sequência se fez a análise qualitativa e posteriormente a análise quantitativa dos dados primários coletados, por fim, a interpretação de toda a análise.

Em relação aos objetivos propostos, a pesquisa pode ser classificada como descritiva e exploratória. O estudo descritivo, segundo Triviños (1987, p.110) “pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Ou seja, pode ser usado quando o pesquisador tem interesse em determinada comunidade, características, valores e problemas

relacionados ao ambiente. Além disso, para Sampieri, Collado e Lucio (2013), as pesquisas descritivas também têm por objetivo medir, avaliar ou coletar dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno em estudo.

As pesquisas descritivas, para Gil (2008), têm como propósito descrever as características de determinada população ou identificar possíveis relações entre variáveis. A presente pesquisa se classifica como descritiva, pois busca descrever a realidade com base em dados e fatos reais, descrevendo as características do objeto estudado. O estudo descreverá as características do território de Nova Palma e Pinhal Grande apresentando o comportamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Quanto aos estudos exploratórios, estes permitem diagnosticar situações, explorar alternativas, além de descobrir novas ideias. Segundo Gil (2008), os estudos exploratórios têm como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, tendo em vista torná-lo mais claro ou então construir hipóteses. Ainda de acordo com o autor, esse tipo de pesquisa é realizado principalmente quando o tema escolhido foi pouco ou nada estudado anteriormente, possibilitando, dessa forma, que o pesquisador obtenha maior familiaridade com os fenômenos envolvidos no estudo.

O estudo se caracteriza como exploratório, pois, buscou identificar a contribuição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no desenvolvimento territorial de Nova Palma e Pinhal Grande, o que contribuirá para estudos futuros. Visto que, não existem estudos que abordam a temática no território em análise, embora se reconheça a existência de uma série de pesquisas no espaço empírico, não há estudos com o recorte proposto. A seguir serão apresentadas as técnicas de coleta e análise de dados.

### **3.2 Técnica de coleta e análise de dados**

As técnicas de pesquisa utilizadas foram: a pesquisa bibliográfica, coleta e análise de dados secundários e primários. Por se tratar de um estudo misto, foram coletados dados quantitativos e qualitativos, com o intuito de entender melhor o problema de pesquisa (CRESWELL, 2007).

A pesquisa bibliográfica, segundo Marconi e Lakatos (2003), consiste no estudo de bibliografias publicadas sobre determinado tema, buscando referências em livros, revistas e publicações científicas, dissertações e teses. A pesquisa bibliográfica foi usada para descrever a história do território de Nova Palma e Pinhal Grande e como se deu a formação econômica,

baseando-se nos estudos sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e sobre desenvolvimento territorial.

Para caracterizar o território da Quarta Colônia de Imigração Italiana, foram consideradas como variáveis de pesquisa a história de formação do território, descrevendo como se deu o processo de chegada dos italianos, a divisão dos lotes, as características dos imigrantes. Buscou-se também, descrever o processo de formação econômica, as características da região, como o clima, solo, relevo e vegetação, bem como apresentar os dados agropecuários e socioeconômicos destes municípios.

Os dados secundários, de acordo com Malhotra (2001), são aqueles que foram coletados, ordenados e publicados com uma finalidade e estão à disposição dos interessados. O levantamento de dados secundários foi utilizado para descrever os dados agropecuários e socioeconômicos dos municípios de Nova Palma e Pinhal Grande, e também para responder o segundo objetivo do estudo - identificar a dinâmica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar nos municípios de Nova Palma e Pinhal Grande.

Na descrição do território foram usados dados como número de habitantes, número de estabelecimentos agropecuários, área total dos estabelecimentos. Os dados estão disponíveis nos sítios eletrônicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação de Economia e Estatística (FEE). Acredita-se que entendendo a dinâmica dos municípios, seu histórico, o que move a economia e suas características é possível entender como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar está contribuindo para o desenvolvimento deste território.

Ainda, foram coletados dados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Visando apresentar o volume de recursos distribuídos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a distribuição dos recursos entre as linhas de crédito (custeio e investimento), o número de contratos acessados e valor médio das operações e as principais culturas que estão sendo financiadas pelo programa. Foi realizado o levantamento dos dados referente ao período de 1999 a 2019. Estes dados estão disponíveis em duas plataformas distintas, os dados correspondentes ao período de 1999 a 2012, foram solicitados ao Banco Central do Brasil, através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, e os dados de 2013 a 2019 estão disponíveis na Matriz de Dados do Crédito Rural.

Para a análise dos dados e obtenção de resultados mais convenientes com a realidade, foi realizada a correção monetária dos valores através do corretor de valores do Banco Central

do Brasil, utilizando-se do Índice Geral de Preços- Disponibilidade Interna (IGP-DI)<sup>8</sup> – base junho de 2020. Após a correção monetária os dados foram organizados no Microsoft Excel, utilizando como técnica de análise a estatística descritiva, por meio de representações gráficas e tabulares. Isso ajudou na melhor visualização e compreensão dos resultados obtidos no estudo.

Já a coleta de dados primários, se deu mediante a realização de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários com questões abertas e fechadas. Para a realização das entrevistas semiestruturadas foi elaborado um roteiro de entrevista considerando a literatura existente sobre a temática e objetivos da pesquisa. O roteiro de entrevista, segundo Manzini (2012), deve ser planejado com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos no estudo. Além disso, de acordo com o autor, além do roteiro servir para a coleta de informações, serve também para que o pesquisador consiga se organizar para o processo de interação com o entrevistado.

Dessa forma, foi elaborado um roteiro de entrevista para os agentes de desenvolvimento (presidentes sindicatos, técnicos e agrônomos da Emater, gerente do Banco do Brasil e responsável pela elaboração dos projetos do Pronaf) (APÊNDICE A). No roteiro elaborado encontram-se as principais perguntas que foram abordadas com os entrevistados, que foi complementado com outras perguntas que surgiram no decorrer da entrevista.

As entrevistas semiestruturadas, de acordo com Triviños (1987), partem de certos questionamentos básicos, que são apoiados em teorias e hipóteses que interessam a pesquisa. Ao longo da entrevista vão surgindo novos questionamentos e hipóteses, a partir das respostas dos informantes. Triviños (1987, p.152), complementa que a entrevista semiestruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também a explicação e a compreensão de sua totalidade, tanto dentro de uma situação específica como de situações de dimensões maiores”.

Para Manzini (2012) a entrevista semiestruturada obedece a um roteiro de entrevista que é utilizado pelo pesquisador para estudar determinado tema com uma população específica. O roteiro pode conter perguntas abertas e fechadas, que permitem o entrevistador abordar o assunto pretendido, sem seguir rigorosamente as questões. Além disso, o

---

<sup>8</sup> Este índice é calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, e foi instituído em 1944, tendo como objetivo medir o comportamento de preços em geral da economia brasileira. Resumidamente, é uma medida aritmética ponderada dos índices: Índice de Preços no Atacado (IPA), Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional da Construção Civil (INCC). O DI ou Disponibilidade Interna é a consideração das variações de preços que afetam diretamente as atividades econômicas localizadas no território brasileiro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

entrevistador pode fazer perguntas complementares a fim de entender melhor o assunto em pauta.

Dessa forma, entre os meses de outubro e novembro de 2020, foram entrevistados quatro agentes de desenvolvimento de Nova Palma e quatro agentes de desenvolvimento de Pinhal Grande. Os agentes de desenvolvimento entrevistados nos dois municípios foram: presidente e secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, agrônomos e técnicos da Emater, gerentes do Banco do Brasil e responsáveis pela elaboração dos projetos do Pronaf, sendo um colaborador de uma cooperativa agropecuária e o outro de uma empresa agropecuária privada. A escolha dos entrevistados levou em consideração agentes que além de conhecerem a realidade e as características do território, trabalhassem diretamente nas formulações e implementações de práticas que visam fomentar o desenvolvimento da região em estudo.

As entrevistas foram realizadas em horário comercial e no local de trabalho de cada agente de desenvolvimento. Não houve contato prévio, por telefone e nem por e-mail, para agendar as entrevistas, o primeiro contato para a realização das entrevistas se deu no local de trabalho de cada entrevistado. Ao chegar no local a pesquisadora se apresentava, falava do estudo, convidava para participar da pesquisa, lia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido(TCLE) (ANEXO A) e, se o entrevistado aceitasse participar, iniciava-se a entrevista. A maioria dos entrevistados realizou a entrevista no dia e na hora do convite. Ressalta-se que, para preservar a identidade dos entrevistados, foram usados nomes fictícios de acordo com a ordem de realização das entrevistas. Apenas os Agente 4 PG e o Agente 5 PG, agendaram a entrevista para o dia seguinte, pois estavam ocupados no dia da apresentação da pesquisa e convite para participar. As entrevistas foram gravadas e tiveram em média 25 minutos de duração. A seguir o Quadro 6, apresenta resumidamente as entrevistas semiestruturadas, realizadas com os agentes de desenvolvimento, bem como a data que foi realizada e a duração da entrevista<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Além dos agentes de desenvolvimento entrevistados houve a tentativa de entrevistar os secretários de agricultura dos municípios, porém não foi possível. O Secretário de Agricultura do município de Pinhal Grande não quis participar da pesquisa, pois era período eleitoral e sua esposa estava concorrendo ao cargo vereadora, segundo ele não queria prejudicar a esposa na campanha. Já no município de Nova Palma, os colaboradores que trabalham na Secretária de Agricultura sabem da existência do Pronaf, mas não conhecem detalhadamente sobre o programa, então não quiseram participar do estudo.

Quadro 6 - Entrevistas com agentes de desenvolvimento de Pinhal Grande e Nova Palma/RS

AGENTE	MUNICÍPIO	DURAÇÃO
Agente 1 PG	Pinhal Grande	24:30
Agente 2 PG	Pinhal Grande	12:27
Agente 3 PG	Pinhal Grande	12:46
Agente 4 PG e Agente 5 PG	Pinhal Grande	25:08
Agente 1 NP	Nova Palma	27:16
Agente 4 NP	Nova Palma	1:07:32
Agente 3 NP	Nova Palma	22:40
Agente 2 NP	Nova Palma	12:05

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Após a etapa de entrevistas com os agentes de desenvolvimento, iniciou-se a aplicação de questionários com os agricultores familiares, beneficiários do Pronaf, de Nova Palma e Pinhal Grande. Antes de iniciar a aplicação dos questionários aos agricultores familiares, foi dividido cada um dos municípios em duas regiões (Microrregião I e Microrregião II). Essa divisão é uma adaptação das divisões feitas por Manfio (2015) e Dallanora (2018). Diante disso, a Microrregião I, de Nova Palma, é formada pelas comunidades situadas no Norte e Oeste do município, e a Microrregião II é formada pelas comunidades situadas no Sul e Leste do município. A divisão das Microrregiões de Pinhal Grande também se deu desta forma.

Essas Microrregiões foram criadas com o objetivo de coletar informações com os mais diversos tipos de agricultores, tanto aqueles localizados em áreas de altos declives, como também aqueles localizados em áreas mais planas. Além disso, essa divisão buscou abranger a diversidade da agricultura familiar existente no território em estudo.

Sendo assim, a seleção dos agricultores familiares para participar da pesquisa se deu levando em consideração a microrregião em que o agricultor residia, as indicações feitas pelos agentes de desenvolvimento, bem como as indicações dos próprios agricultores. Os questionários foram aplicados aos agricultores familiares em seus estabelecimentos agropecuários. Após chegar na propriedade, apresentar o objetivo e como seria realizado o estudo, o agricultor era convidado a participar da pesquisa. No momento em que o agricultor aceitava participar da pesquisa era apresentado e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO B) e entregue para assinar, logo em seguida dava-se início a entrevista. Todos os agricultores convidados aceitaram participar do estudo, nenhum se recusou.

Ressalta-se ainda, que além dos questionários aplicados se conversou com os agricultores, com os membros da família presentes durante a aplicação dos questionários e essas informações, conversas e observações foram anotadas em um caderno de campo. Para Neto (2002), o caderno de campo, também chamado de diário de campo, é um instrumento ao

qual o pesquisador recorre a qualquer momento na rotina do estudo. Nele o pesquisador anota as percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas. Assim, as observações e anotações do caderno de campos foram importantes para escrever os resultados da pesquisa, as quais complementaram as respostas dos questionários e entrevistas realizadas. Além do uso do caderno de campo foi realizado o registro de imagens fotográficas, as quais complementam as descrições e análises.

A primeira visita ao estabelecimento agropecuário com aplicação de questionário foi realizada no dia 27 de novembro de 2020, com um agricultor pertencente à Microrregião I de Nova Palma. Ao final da entrevista, a pesquisadora perguntou se ele conhecia outros agricultores que acessavam o Pronaf, ele indicou alguns nomes. Dessa forma, após a primeira aplicação de questionário com um agricultor familiar as demais foram realizadas por bola de neve, ou seja, um agricultor ia indicando o outro. De acordo com Vinuto (2014), a técnica bola de neve é uma amostragem não probabilística que usa cadeias de referência. A seleção dos participantes, inicialmente se dá a partir de contatos iniciais com informantes-chave, que indicam ao pesquisador participantes com o perfil do estudo. Em seguida, o primeiro participante do estudo, a pedido do pesquisador, indica o(s) próximo(s) participante(s), e assim sucessivamente.

Além disso, a seleção dos entrevistados foi realizada por meio de uma amostragem não probabilística por quotas que, segundo Hair Jr et al., (2005), tem como intuito selecionar de forma proporcional os elementos dentro de estratos da população. Ou seja, os estratos são delimitados de acordo com características de interesse visando buscar a melhor representatividade possível da população. Sendo assim, neste estudo a amostragem por quotas foi utilizada para selecionar os agricultores familiares de Nova Palma e Pinhal Grande, a fim de abranger a diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar do território.

Destaca-se que para a delimitação do número de entrevistas que foram realizadas, foi usado o critério de saturação. De acordo com Fontanella, Ricas e Turato (2008), a saturação é usada para estabelecer ou fechar o tamanho final da amostra, ou seja, determina quando a coleta de dados deixa de ser necessária. Ainda de acordo com os autores, a saturação é utilizada quando os dados obtidos passam a apresentar repetição, não acrescentando mais informações para o alcance do objetivo proposto no estudo.

A aplicação dos questionários com os agricultores familiares de Nova Palma e Pinhal Grande ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2020. Os questionários foram aplicados na propriedade dos agricultores, para isso antes de ir até casa do agricultor era realizado o contato prévio por telefone, na maioria dos casos a entrevista era agendada para

logo após o meio dia ou à tardinha, horário em que os agricultores estavam em casa. As entrevistas tiveram duração média de 40 minutos. Ressalta-se que, do mesmo modo que os agentes de desenvolvimento, foram usados nomes de acordo com a ordem de aplicação dos questionários. Dessa forma, os entrevistados foram chamados de “Agricultor” seguido da ordem de realização das entrevistas. A seguir o Quadro 7, apresenta resumidamente a aplicação de questionários realizadas com os agricultores familiares dos municípios em estudo.

Quadro 7 - Entrevistas com agricultores familiares de Nova Palma e Pinhal Grande

Município	Entrevistado	Região	Comunidade	Produz Para Venda
NOVA PALMA	Agricultor 1	Microrregião I	Comércio	Soja; Gado de Corte
	Agricultor 2	Microrregião I	Comércio	Soja; Fumo; Milho; Feijão
	Agricultor 3	Microrregião I	Comércio	Leite
	Agricultor 4	Microrregião II	Gramado	Soja; Fumo; Feijão; Gado de Corte
	Agricultor 5	Microrregião II	Linha dos Stefanello	Milho; Soja; Feijão; Leite
	Agricultor 6	Microrregião II	Gramado	Soja; Feijão; Leite
	Agricultor 7	Microrregião I	Comércio	Soja; Leite
	Agricultor 8	Microrregião II	Gramado	Soja
	Agricultor 9	Microrregião II	Gramado	Soja; Leite
PINHAL GRANDE	Agricultor 10	Microrregião II	Linha Michelin	Soja; Fumo
	Agricultor 11	Microrregião II	Linha Michelin	Fumo; Feijão; Milho
	Agricultor 12	Microrregião II	Mãe Rainha	Soja; Milho; Fumo; Gado de Corte
	Agricultor 13	Microrregião II	Mãe Rainha	Soja
	Agricultor 14	Microrregião I	Três Passinhos	Soja; Milho; Gado de Corte
	Agricultor 15	Microrregião I	Três Passinhos	Soja
	Agricultor 16	Microrregião II	Linhas Michelin	Soja; Milho; Gado de Corte
	Agricultor 17	Microrregião I	Limeira	Soja Feijão; Fumo
	Agricultor 18	Microrregião I	Limeira	Feijão; Fumo

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Como visto no quadro anterior, buscou-se entrevistar agricultores familiares de diferentes regiões dos municípios e também que fossem voltados para diferentes sistemas de produções. Além disso, manteve-se uma equivalência no número de entrevistados em cada município, visto que, após a semelhança ou repetição das respostas dadas pelos agricultores, parava-se a aplicação de questionários, levando em conta o critério de saturação.

Após a realização da coleta e transcrição das entrevistas, realizadas com os agentes de desenvolvimento, foi iniciada a análise dos dados. As entrevistas foram analisadas através da análise de conteúdo. Para Bardin (2011, p.48), a análise de conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

A organização dos dados primários coletados para a análise, baseada em Bardin (2011), foi dividida em três etapas, que se referem a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na primeira etapa, foi realizada a organização do material pesquisado e a leitura das entrevistas transcritas, sistematizando as ideias iniciais. Na segunda etapa foi feita a codificação das informações para formulação de categorias de análise. E, por fim, foi realizado o tratamento dos resultados, nessa etapa ocorre a condensação e o destaque das informações para análise, resultando nas interpretações inferenciais (BARDIN, 2011). Ressalta-se que no estudo levou-se em consideração as dimensões econômica, cultural e natural do território, as quais guiaram as entrevistas. Entretanto, as categorias de análise foram criadas a posteriori, a partir do agrupamento dos discursos dos entrevistados.

Já os questionários aplicados aos agricultores familiares de Nova Palma e Pinhal Grande foram analisados qualitativamente. Embora o questionário fosse fechado, contendo três opções de respostas, a análise se deu a partir do agrupamento das respostas, a saber: sim; indiferente e; não, sobre a influência do Pronaf nas dimensões econômicas, sociais e naturais do território. Na caracterização dos entrevistados e dos estabelecimentos agropecuários utilizou-se da representação gráfica e também de quadros e tabelas. A seguir, o capítulo 4, apresenta os principais resultados obtidos neste estudo, iniciando com a caracterização do espaço empírico.

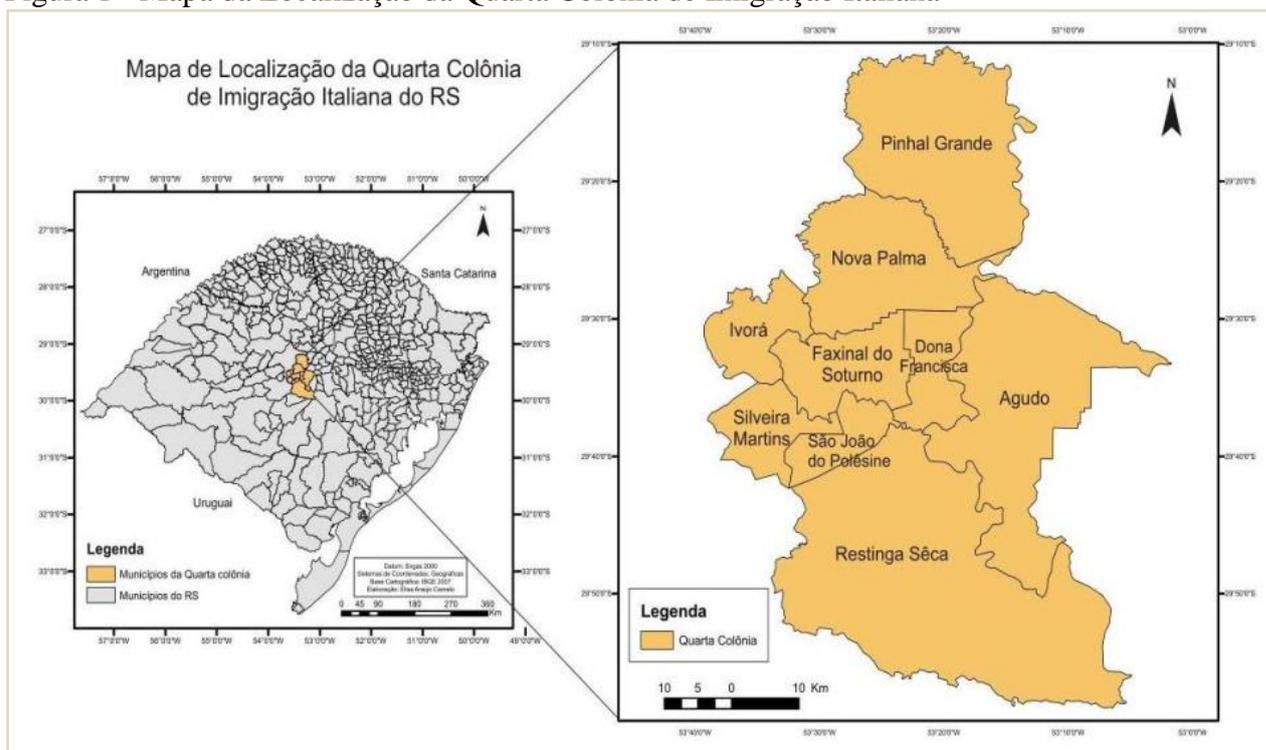
## **4 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: DINÂMICA E ATUAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE NOVA PALMA E PINHAL GRANDE/RS**

O capítulo tem como propósito apresentar a dinâmica e atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no território de Nova Palma e Pinhal Grande/RS. Os resultados estão organizados em duas seções. Inicialmente realiza-se a caracterização do território da Quarta Colônia de Imigração Italiana, com destaque para Nova Palma e Pinhal Grande. Posteriormente se apresenta a dinâmica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no território, apresentando o montante de crédito disponibilizado no período de 1999 a 2019, linhas de crédito acessadas, número de contratos, valor médio dos contratos e as culturas que estão sendo financiadas pelos agricultores familiares de Nova Palma e Pinhal Grande.

### **4.1 O território da Quarta Colônia de Imigração Italiana no RS**

A colonização italiana no Brasil iniciou no século XIX. Os imigrantes vindos da Itália almejavam uma vida melhor, visto que em seu país de origem estavam enfrentando uma crise agrícola e urbana (MANFIO; BENADUCE, 2017). No Rio Grande do Sul, as primeiras colônias que se formaram foram em Caxias do Sul, Santa Isabel (atual município de Bento Gonçalves) e Conde d'Eu (atual município de Garibaldi), todas na Serra Gaúcha. Já, o quarto núcleo a ser colonizado foi na região central do estado, em 1877, entre Santa Maria e Cachoeira do Sul, o qual deu origem a Quarta Colônia de Imigração Italiana (FERNANDES, FELIN, MARCHESAN, 2012). A Figura 1, a seguir, mostra a localização geográfica do território da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Figura 1 - Mapa da Localização da Quarta Colônia de Imigração Italiana



Fonte: Figueiredo (2014, p. 163).

A sede do quarto núcleo colonial era em Silveira Martins, entretanto com a constante chegada de italianos na região, foi surgindo a necessidade de novos lotes de terras, resultando na formação de vários núcleos interioranos, esses núcleos deram origem a atual Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana (MANFIO, 2012). Devido a isso, a região passou a ser formada pelos a saber: Silveira Martins, Nova Palma, Ivorá, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Dona Francisca e Pinhal Grande. Além destes municípios, devido a questões políticas, passaram a integrar a região os municípios de Restinga Seca (apesar de ter colonização portuguesa) e Agudo (com colonização alemã), (PICCIN, 2009).

Apesar de Agudo e Restinga Seca não terem sido núcleo de destinação para os imigrantes italianos, devido as suas condições de clima e solo muitos dos descendentes dos imigrantes optaram por se estabelecer nestes municípios. Além disso, por estarem próximos dos outros municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana, facilitou a instalação e também a disseminação da cultura e tradição italiana (FIGUEIREDO, 2014).

Os imigrantes construíram na região um pouco da Itália, trouxeram consigo as experiências e sentimentos para a construção de um território cultural (MANFIO; BENADUCE, 2017). O que acabou tornando uma região de cultura ítalo-brasileira (FIGUEIREDO, 2014). Os imigrantes transformaram o entorno a partir de seus costumes e tradições e do desejo de reproduzir na região asua terra de origem, proporcionando o

desenvolvimento de suas famílias, o que, conseqüentemente acabou transformando o espaço natural da região (MANFIO, 2012).

Os imigrantes, vindos da Itália para trabalhar na agricultura, tinham como um dos principais objetivos serem proprietários de um lote de terra. Devido a isso, a agricultura familiar acabou se tornando a base da economia das famílias, pelo fato de que toda família se envolvia nas atividades dentro do lote, como por exemplo, as derrubadas de mata, preparação do solo, plantio e colheita, ainda criavam animais para a subsistência e comércio (PAZUCH, 2019).

O território da Quarta Colônia de Imigração Italiana tem a produção agrícola como base da economia, além das atividades ligadas ao meio rural, sendo determinadas pelas atividades familiares, que carregam os traços coloniais que lhe deram origem (FERNANDES, FELIN, MARCHESAN, 2012). A maioria das propriedades rurais do território é de agricultura familiar, o que pode ser explicado por dois motivos, um devido ao fato da constituição do solo e relevo que, na maioria dos casos é de difícil produção devido a serem áreas de altos declives. E, outro motivo se dá por questões culturais e pela divisão dos lotes rurais entre os herdeiros das propriedades (MANFIO; PIEROZAN, 2017).

De acordo com Vendruscolo (2009), visando o desenvolvimento da região e aproveitando as oportunidades de financiamentos para questões de preservação ambiental, foi criado, em meados dos anos 1990, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da *Quarta Colônia*- PRODESUS. O projeto uniu os nove municípios em busca do desenvolvimento territorial da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Ainda, segundo a autora, para administrar o PRODESUS, foi criado, em 1996, o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia- CONDESUS. O consórcio, segundo Vendruscolo (2009, p.67), “configura uma estratégia diferenciada de conformação territorial sobrepujando as delimitações político-administrativas criadas ao longo dos processos emancipatórios”

Desde a criação do CONDESUS, diversos projetos vêm sendo realizados, sempre levando em conta o espírito de cooperação e o sentimento de territorialidade. Nesse sentido, como estratégias de desenvolvimento, os municípios da região, optaram por mover esforços valorizando seus recursos naturais, sociais e culturais. Segundo Spolaor (2010), o desenvolvimento é baseado em uma perspectiva relacional, valorizando o patrimônio cultural e natural da região, o que possibilitou a construção de uma identidade territorial, além do fortalecimento do capital social.

Para Manfio e Pierozan (2019, p.159) é possível ver no território da Quarta Colônia de Imigração Italiana “a presença de várias territorialidades, memórias e artefatos históricos que

reforçam a identidade italiana do lugar, formando um território cultural de caráter italiano em que a marca dessa cultura permeia o espaço, a sociedade e a identidade”. Mesmo com os avanços dos últimos anos, principalmente da tecnologia, ainda se mantém no território o dialeto vênето, além disso, nota-se a presença das construções arquitetônicas centenárias, os hábitos alimentares, as práticas produtivas e a forte presença da religiosidade, marcada pela presença de capelas, grutas, capitéis, igrejas e monumentos aos religiosos já falecidos (MANFIO; PIEROZAN, 2019).

Verificam-se territorialidades próprias na Quarta colônia de Imigração Italiana, de acordo com Manfio e Pierozan (2019, p.157), “o trabalho e a religiosidade desencadearam territorialidades específicas no território formado pelos imigrantes italianos e seus descendentes a partir do modo de vida e das práticas diárias”. Segundo os autores, o trabalho seguiu as técnicas e métodos trazidos da Itália, voltados para a produção diversificada de produtos agrícolas e a religiosidade pode ser percebida pelos elementos materializados no território, como as igrejas, grutas, capitéis, entre outros. Neste sentido, Saquet (2005, p. 13876) destaca alguns aspectos da identidade do território da Quarta Colônia de Imigração Italiana, sendo eles:

- a) Produtos agrícolas: milho, trigo, arroz, aveia, cevada, uva, etc.; artesanais: fabricação de vinho, serrarias, sapatarias, moinhos, ferrarias, entre outras; atividades comerciais: alguns italianos que migraram já haviam exercido o papel de negociantes, intermediando relações de compra e venda, de troca. Assim, criam os primeiros estabelecimentos mercantis (chamados de vendas) em Silveira Martins, Nova Palma e Ivorá.
- b) Elementos da vida cultural: alimentação (polenta, massas, vinhos, salame, fortaglia, queijos...), objetos da vida diária (como mesas, cristaleiras... específicas), práticas religiosas ligadas ao Catolicismo (igrejas/templos, Santos, capitéis, canções, festas, etc., os dialetos (vênето e friulano, principalmente). Criaram, desta forma, as chamadas linhas, como Vale Vênето, Val Veronês, Novo Treviso, Val Feltrina, Nova Údine, Val de Búia, lembrando e homenageando alguns dos lugares de origem de muitas famílias.
- c) Formaram associações de ajuda mútua, desde a década de 1880, e, pequenas cooperativas para comercialização da produção agrícola, entre outras iniciativas políticas, culturais e econômicas.

Com isso, segundo Saquet (2005), formou-se um território com características culturais (identitárias), políticas (de mando e dominação), e econômicas (apropriação e controle na ciranda mercantil). Dessa forma, o território da Quarta Colônia de Imigração Italiana para Saquet (2005, p.13880):

É um território específico, com identidade(s), marcas do processo de colonização efetivado na área: religiosidade, alimentação, estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades rurais que são, concomitantemente, fragmentadas e concentradas, produção de alimentos e matérias-primas com o trabalho familiar,

pequenas cidades, agroindústrias familiares, relações de ajuda mútua e vizinhança que permanecem, especialmente, no espaço rural, entre outras, o que incrementou, historicamente, a agricultura familiar no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Nesse sentido, segundo Froelich, Dullius e Vendruscolo (2010) nota-se que as estratégias de desenvolvimento tendo como base a construção e consolidação de territorialidades vão ao encontro de novas oportunidades, onde a construção de uma identidade territorial valoriza e potencializa os patrimônios naturais e culturais. Ou seja, para os autores, a promoção do desenvolvimento territorial é potencializada quando se valoriza e se mantém os costumes, saberes, tradições, arquitetura colonial e as belezas naturais.

Destaca-se no território a forte presença da agricultura familiar. No território da Quarta Colônia de Imigração Italiana encontram-se 6.298 estabelecimentos, destes 5.671 são unidades de produção familiar, o que equivale a 90,04% do total de estabelecimentos (IBGE, 2019). Observa-se no Quadro 8, representatividade da agricultura familiar em relação a agricultura patronal, em todos os municípios que formam o território.

Quadro 8 - Número de estabelecimentos de Agricultura familiar X Agricultura não familiar, nos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana, RS

Município	Número de estabelecimentos agropecuários	
	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Agudo	1946	127
Dona Francisca	306	5
Faxinal do Soturno	471	36
Ivorá	451	14
Nova Palma	503	67
Pinhal Grande	624	55
Restinga Sêca	883	270
São João do Polêsine	153	31
Silveira Martins	334	22

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, 2019.

Como visto no quadro há representatividade da agricultura familiar no território da Quarta Colônia de Imigração Italiana. A concentração de propriedades de agricultura familiar pode ser explicada por questões históricas de formação do território, tendo em vista, que os imigrantes recebiam um lote de terra e a agricultura familiar acabou se tornando a base da economia destas famílias (PAZUCH, 2019).

Dessa forma, quando se trata da exploração agrícola, o território da Quarta Colônia de Imigração Italiana tem áreas com aptidões distintas, devido ao relevo. Nas regiões mais planas, tem-se o predomínio do desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Já, nas áreas

com relevos mais “dobrados”, predomina a agricultura familiar, com uma diversidade nos sistemas de produção (GUIMARAES, 2011).

Assim, devido à dimensão do território e o curto período de tempo para a realização da pesquisa, o presente estudo teve foco na dinâmica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em dois dos municípios da Quarta Colônia, Nova Palma e Pinhal Grande, os quais serão melhor apresentados na seção seguinte. Ressalta-se que o objetivo do estudo não é fazer uma análise comparativa entre os municípios, mas abordar a questão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no processo de (des) territorialização da agricultura familiar como um todo.

#### *4.1.1 Caracterização do território: Nova Palma e Pinhal Grande*

Nova Palma é um município de pequeno porte. Seu território, inicialmente, pertencia ao município de Rio Pardo, passando depois a pertencer a Cachoeira do Sul, São Martinho, e, por último, em 14 de setembro de 1891, a Vila Rica (atual município de Júlio de Castilhos). A emancipação de Nova Palma, ocorreu em 29 de julho de 1960, pelo Lei nº 3.933 (DECIAN, 2005; TREBIEN; VALENTE, 2004).

Quando ainda distrito teve o nome de “Barracão”, devido ao fato de ter um barraco rústico que abrigava os primeiros colonizadores e os agrimensores, e de “Soturno”, pelo fato do Rio Soturno ter sido o marco de loteamento das terras. Por fim, passa a se chamar “Nova Palma”, devido à quantidade de palmas existentes no perímetro urbano (TREBIEN; VALENTE, 2004).

Além do município de Nova Palma, a presente pesquisa se deu no município de Pinhal Grande. O município de Pinhal Grande situa-se na região central do Rio Grande do Sul e faz parte da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Inicialmente o município foi povoado por indígenas e por portugueses que tentavam explorar o território. A colonização italiana, neste território, passa a acontecer, principalmente, após a chegada dos italianos no município de Nova Palma, pois, os imigrantes necessitavam expandir suas áreas de domínio, assim avançaram sobre as terras devolutas, que fazem parte do atual município de Pinhal Grande. Com isso, a maior parte da população do município é descendente de italianos (MANFIO, 2011).

Quando se trata da população existente nos municípios em estudo, Nova Palma possui população estimada 6.512 habitantes e Pinhal Grande 4.350 habitantes, distribuídos entre a área urbana e rural (IBGE, 2019). Como pode-se observar na Tabela 1, o número de

habitantes sempre foi maior na área rural do município, mas com o passar dos anos nota-se uma queda da população rural e aumento da população urbana.

Tabela 1 - Distribuição da população total, urbana e rural, nos municípios de Nova Palma e Pinhal Grande/RS

<b>Município</b>	<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Urbana(%)</b>	<b>Rural(%)</b>
NOVA PALMA	1996	6.068	38	62
	2000	6.312	46	54
	2010	6.342	49	51
	2019	6.512*	-	-
PINHAL GRANDE	1996	4.358	27	73
	2000	4.725	19	81
	2010	4.471	42	58
	2019	4.350*	-	-

Fonte: Elaborado pela autora com base em Censo demográfico IBGE, 2000; 2010. Contagem da população IBGE, 1996

\*População estimada

Como observado na tabela anterior, o número de habitantes na área rural dos municípios sempre foi maior, mas com o passar dos anos nota-se uma ligeira queda da população rural e aumento da população urbana, em ambos os municípios. O movimento evidencia o processo de migração da população da zona rural para a zona urbana, resultando no chamado êxodo rural.

O êxodo rural pode ser decorrente de vários fatores, como por exemplo, da falta de infraestrutura e serviços básicos que garantem uma qualidade de vida, pela modernização e tecnologia que muitas vezes não chega a toda população do meio rural e que pela falta da mesma diminui a produção e renda da família, e também pela questão da inferiorização da população rural. Por isso, é importante que existam políticas públicas que sanem esse problema e que aproximem a população rural da população urbana, pois as consequências do êxodo rural afetam toda a população (SILVA; ANTONIAZZI; NOVAK, 2019).

Como visto anteriormente na Tabela 1, no ano de 2000 o número de habitantes no meio rural, em Pinhal Grande, chegou a representar 81% do total de habitantes do município, mas nas últimas décadas houve uma queda significativa. No último censo demográfico, o número de habitantes do meio rural passou a representar 58% da população pinhalgrandense. Para Dallanora (2018, p.78), isso é reflexo do êxodo rural e está associado a fatores como a modernização da agricultura, fatores climáticos, estruturais, econômicos e sociais. Segundo a autora esses fatores contribuem para a descapitalização dos agricultores familiares e para o crescimento do meio urbano.

A maior parte dos habitantes nova-palmenses residem na área rural, neste sentido, destaca-se a relevância do meio rural para o desenvolvimento. Segundo Manfio (2011, p.40) “ressalta-se a importante dinâmica do campo e da cultura italiana para o desenvolvimento da cidade e do município novapalmense, no qual boa parte das atividades econômicas são frutos do meio rural, preservando o modo de vida italiano.”

Quando se trata do meio rural do município de Nova Palma, este apresenta distintas aptidões. Manfio (2011), visando melhor explicar o uso do solo no município, dividiu-o em áreas, noroeste, nordeste, norte, sul, sudeste e sudoeste. A autora verificou que as regiões mais planas, localizam principalmente na região noroeste do município, tem o predomínio da produção de soja e trigo, e criação de gado. Nessa região concentram-se os maiores produtores, sendo uma região propícia para intensificação de tecnologias.

Na região norte e nordeste, a utilização do solo é diversificada, destaca-se a produção de soja, trigo e milho. Nas regiões leste e sudestes, encontram-se declividades acentuadas e os cultivos de feijão, milho e fumo. Ainda, nesta região, devido às várzeas e os arroios tem-se a produção de arroz. Na parte sul do município, destaca-se a produção de feijão, milho, fumo e cultivo de soja com baixa mecanização e na parte oeste e sudoeste, que abrange área urbana do município e o seu entorno a forte declividade, na agricultura destaca-se a produção de feijão, milho, fumo e soja (MANFIO, 2011).

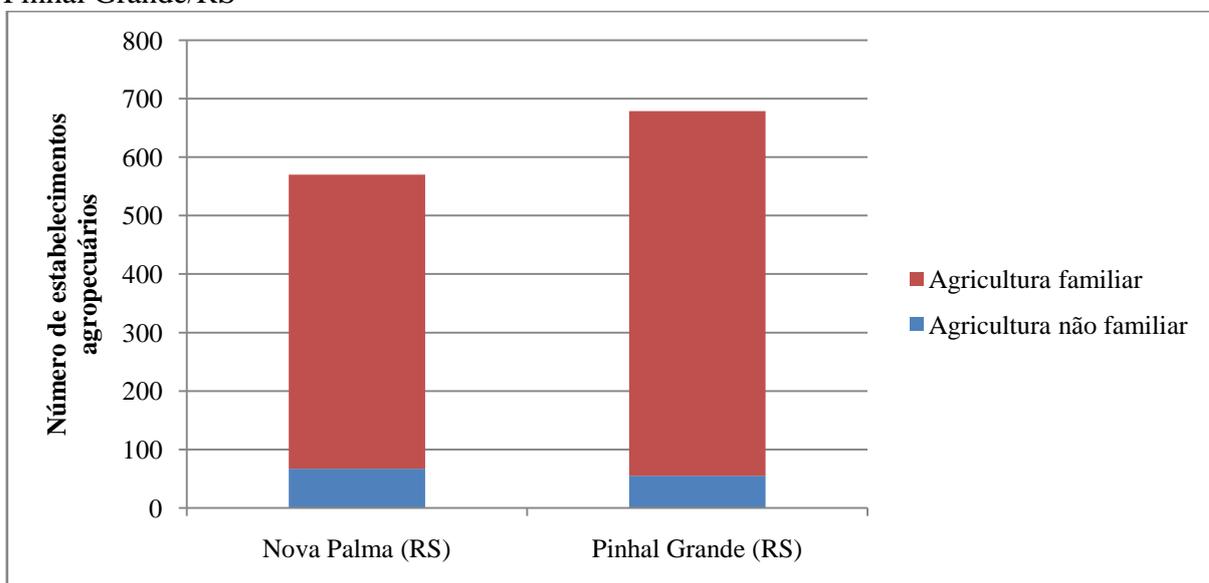
Quanto ao uso e cobertura da terra do município de Pinhal Grande, de acordo com estudo realizado Facco e Benedetti (2016), que fizeram um comparativo de 1989 para 2014, pode-se perceber mudanças no uso dos solos. De acordo com os autores, ocorreu redução do solo exposto de 38, 25 Km<sup>2</sup>, juntamente com a diminuição da área de floresta, 19,38 Km<sup>2</sup>. Também, segundo o estudo realizado pelos autores é possível observar, na região norte do município, que áreas de campo foram substituídas pela agricultura. Do mesmo modo que, na região noroeste do município, áreas de solo exposto foram reduzidas em função da agricultura e do campo.

Segundo Dallanora (2018), o espaço rural do município de Pinhal Grande apresenta aptidões distintas. Na parte norte do município, tem-se o predomínio de médias e grandes propriedades, atreladas a produção de soja, trigo e pecuária extensiva. Já na parte sul do município, devido ao relevo íngreme, concentra-se propriedades pequenas, com o predomínio da produção de feijão, milho e fumo (DALLANÔRA, 2018).

Nos dois municípios, há o predomínio da agricultura familiar, entre os estabelecimentos agropecuários. Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017, dos

estabelecimentos agropecuários existentes em Nova Palma 88% são considerados de agricultura familiar, e em Pinhal Grande 92%, como pode-se observar no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares de Nova Palma e Pinhal Grande/RS



Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, 2019.

A agricultura familiar no município nova-palmense foi incorporada com a chegada dos imigrantes italianos, com isso, a fragmentação dos lotes e a policultura ganharam espaço no município (MANFIO, 2015). Para Manfio (2011), a colonização italiana, as características do relevo e a hidrografia do município, contribuíram para o desenvolvimento do setor primário, com destaque para a agricultura familiar, em um sistema de pequenas propriedades voltadas para a agricultura de subsistência e diversidade agrícola. Ainda de acordo com a autora, em relação ao setor agropecuário, destaca-se a produção de feijão preto, fumo, milho, soja e arroz, e na pecuária a criação de bovinos, ovinos, suínos e produção de leite.

Segundo Manfio (2015), os agricultores novapalmense salientam que a diversificação da produção agropecuária dentro da propriedade traz a certeza de geração de renda. Pois, mesmo tendo crises ambientais ou agrícolas, algum produto sempre se mantém a produção. E com isso, conseguem pagar as contas e adquirir recursos para a próxima safra, sem necessitar tanto de empréstimos e financiamentos.

Em Pinhal Grande é possível observar a diversificação da produção nos estabelecimentos agropecuários. Nos estabelecimentos agropecuários com menores áreas de terra, destaca-se a produção de milho e feijão, que apresentam baixo grau de integração aos mercados locais e regionais, e produção de fumo, que integra o agricultor familiar a setores

industriais nacionais e globais. Além destes produtos, a agricultura familiar, do município, está inserindo outras atividades a fim de diversificar a produção, como hortifrutigranjeiros, gado de leite e corte, piscicultura, produção de pão, queijo, bolachas entre outros. Ainda no município de Pinhal Grande encontra-se a presença da monocultura de soja, trigo e da pecuária extensiva, que é desenvolvida em pequenas, médias e grandes propriedades empresariais (DALLANÔRA, 2018).

A diversificação na agricultura familiar compreende na realização de mais de uma atividade dentro do estabelecimento agropecuário, o que possibilita o agricultor familiar reduzir os riscos, ou seja, o agricultor não fica dependente de uma só atividade para sobreviver. A diversificação pode melhorar a qualidade de vida dos agricultores, por exemplo, se uma atividade não foi bem por algum motivo, seja pelo preço de venda ou fatores climáticos, o agricultor consegue obter renda com as outras atividades (SILVA, et al., 2019).

A diversificação da produção também pode ser explicada pelo fato dos municípios apresentarem aptidões distintas para o desenvolvimento do setor agrícola, principalmente por questões de formação do relevo. Ainda em relação aos estabelecimentos de agricultura familiar existentes nos municípios, nota-se que a maioria são estabelecimentos com área que variam de 10 a menos de 100 hectares, como pode-se observar na Tabela 2.

Tabela 2 - Estrutura dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar de Nova Palma e Pinhal Grande/RS

Grupo de área total (há)	Número de estabelecimentos agropecuários		Número de estabelecimentos agropecuários	
	Nova Palma	%	Pinhal Grande	%
0,5 a menos de 1	-	-	1	0,16
1 a menos de 2	9	1,79	3	0,48
2 a menos de 3	16	3,18	8	1,28
3 a menos de 4	8	1,59	11	1,76
4 a menos de 5	6	1,19	8	1,28
5 a menos de 10	36	7,16	78	12,50
10 a menos de 20	102	20,28	173	27,72
20 a menos de 50	221	43,94	247	39,58
50 a menos de 100	103	20,48	71	11,38
Produtor sem área	2	0,40	24	3,85

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, 2019.

Como observado na tabela anterior, a maior parte dos estabelecimentos de agricultura familiar de Nova Palma, tem área entre 20 a 50 hectares, o que equivale a aproximadamente 44% dos estabelecimentos agropecuários do município. Observa-se também a baixa concentração de estabelecimentos com menos de 10 hectares, cerca de 75 estabelecimentos, totalizando cerca de 15% dos estabelecimentos. Em relação a área dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar do município de Pinhal Grande nota-se que 247 estabelecimentos possuem área de 20 a 50 hectares. Nota-se ainda a representatividade de estabelecimentos de agricultura familiar com área de 10 a 20 hectares, totalizando 27,72% do total de estabelecimentos pertencentes a agricultura familiar.

Ainda em relação à agricultura do município de Pinhal Grande, as mudanças ocorridas na agricultura devido a modernização agrícola, podem ser percebidas, devido a sua dicotomia produtiva. Para Dallanôra (2018), a agricultura localizada na parte norte do município é altamente mecanizada, tendo a soja como principal atividade produtiva. Já na parte sul do município, tem-se o predomínio de atividades policultoras, dependente de recursos naturais e do trabalho familiar, apresentando baixa expressividade no mercado regional e nacional.

Tendo em vista que tanto o município de Nova Palma quanto de Pinhal Grande tem forte presença da agricultura familiar, e que uma das principais políticas públicas para o fomento dessa categoria social é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a seção seguinte apresentará especificamente a dinâmica desse programa nos dois municípios.

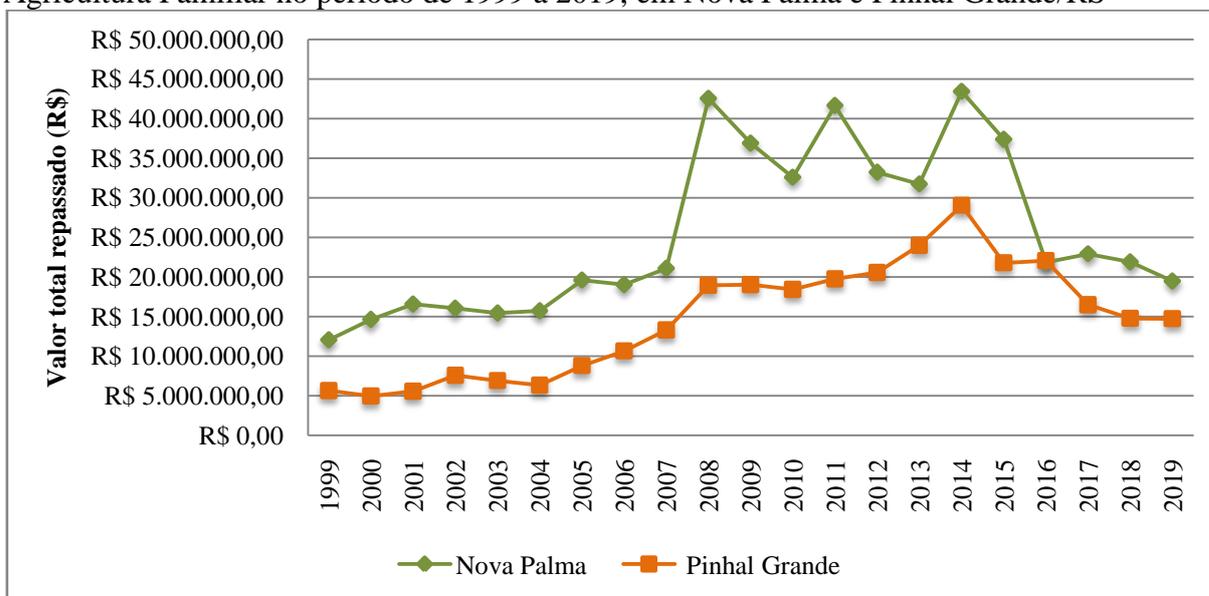
#### **4.2 A dinâmica do Pronaf em Nova Palma e Pinhal Grande: distribuição, linhas de crédito, número de contratos, valor médio dos contratos e culturas financiadas**

A seção tem como propósito apresentar a dinâmica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar nos municípios de Nova Palma e Pinhal Grande, no período de 1999 a 2019. Para a realização do estudo foram utilizados dados do Banco Central do Brasil, os quais foram corrigidos pelo IGP-DI, base junho de 2020. Será apresentado, nesta seção, o montante de crédito repassado pelo programa no período em análise, a distribuição entre as linhas de crédito custeio e investimento, o valor médio dos contratos, bem como as principais culturas e atividades financiadas no período.

Tomando como base o ano de 2020, no município de Nova Palma 581 agricultores familiares possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf ativa. Já, no município de Pinhal Grande, são 385 agricultores familiares com a DAP ativa (MAPA, 2020). A seguir o

Gráfico 2, apresenta o montante de crédito repassado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, aos municípios de Nova Palma e Pinhal Grande, no período de 1999 a 2019.

Gráfico 2 - Montante de crédito repassado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no período de 1999 a 2019, em Nova Palma e Pinhal Grande/RS



Fonte: Elaborado com base nos dados do Banco Central do Brasil (2020).

\*Valores corrigidos pelo IGP-DI para junho de 2020.

Como pode-se observar no Gráfico 2, existem oscilações nos valores distribuídos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar nos municípios de Nova Palma e Pinhal Grande, ao longo do período em estudo. Pinhal Grande apresenta um comportamento moderado, enquanto que Nova Palma possui maiores oscilações. Em Nova Palma, no primeiro ano de análise foram repassados ao município o equivalente a R\$ 12 milhões, aumentando o montante até o ano de 2002. No entanto, há uma leve redução dos recursos nos anos de 2003 e 2004, após esse período o montante volta a crescer constantemente até o ano de 2007. O comportamento do programa é semelhante no município de Pinhal Grande. Em 1999, primeiro ano de análise, foram distribuídos o equivalente a R\$ 5.6 milhões no ano seguinte ocorreu uma leve redução dos recursos, oscilando até 2004. Após esse período o montante de crédito volta a crescer constantemente até o ano de 2007.

Tanto em Nova Palma, como Pinhal Grande é possível observar que em 2008 ocorre um aumento significativo do montante de recursos repassado pelo Pronaf. O montante, em Nova Palma, passa de R\$ 21 milhões, em 2007, para 42.5 milhões em 2008, representando um aumento de aproximadamente 102%. E, em Pinhal Grande, passa de R\$ 13.2 milhões em

2007, para R\$ 18.9 milhões em 2008, o que equivale um aumento de aproximadamente 42%. O ano de 2008 pode ser considerado o primeiro pico do programa, nestes municípios. O segundo pico foi no ano de 2014, momento em que o programa registra o maior volume total de recursos liberados, em todo o período de estudo. Foram liberados o total de R\$ 72.4 milhões neste ano entre os dois municípios, desse montante, 60% foram para Nova Palma e 40% para Pinhal Grande.

O aumento no volume de recursos liberados pelo programa a partir de 2004, pode ser explicado pelas políticas governamentais. De acordo com Bianchini (2015), a partir do Plano Safra 2003/2004, o governo passou a investir mais na agricultura familiar, tendo em vista fortalecer a categoria social, para isso foi ampliado o Pronaf crédito e criado um conjunto de novos instrumentos de políticas públicas. Entre os instrumentos de políticas públicas o autor cita, a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) (2003), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (2003), Seguro-Garantia Safra (2003), Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) (2005), Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (2006), Mais Alimentos (2008).

O elevado montante distribuído a partir de 2007, pode estar relacionado com a inclusão de novos beneficiários, pois na safra 2007/2008, houveram mudanças quanto a classificação dos agricultores, ocorreu a fusão dos Grupos C, D e E, passando a abranger os agricultores familiares mais consolidados e capitalizados, sendo denominado de Grupo Variável, ou Grupo V (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

No período de 1999 a 2019, foram acessados R\$ 844.7 milhões de créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar pelos agricultores familiares de Nova Palma e Pinhal Grande. Cerca de 63% do total de recursos liberados, neste período, foram acessados pelos agricultores familiares de Nova Palma. Como é possível observar no Gráfico 2, apenas no ano de 2016 o valor repassado ao município de Pinhal Grande foi maior que Nova Palma, no entanto, a diferença é pequena, apenas 223.7 mil.

Nos demais anos em análise Nova Palma demandou mais créditos do programa quando comparado com Pinhal Grande. A maior diferença entre o valor repassado aos municípios foi registrada nos anos de 2000 e 2001. Nestes anos os agricultores familiares nova-palmenses, acessaram praticamente o triplo do valor acessado pelos agricultores de Pinhal Grande. Enquanto que os agricultores pinhal-grandenses acessaram em 2000 e 2001, o montante de, respectivamente, R\$ 4.9 milhões e R\$ 5.5 milhões, os de Nova Palma acessaram R\$ 14.6 milhões e R\$ 16.5 milhões, respectivamente. Entretanto nota-se que a partir de 2012

a diferença entre o montante de crédito repassado agricultores familiares dos municípios se aproxima.

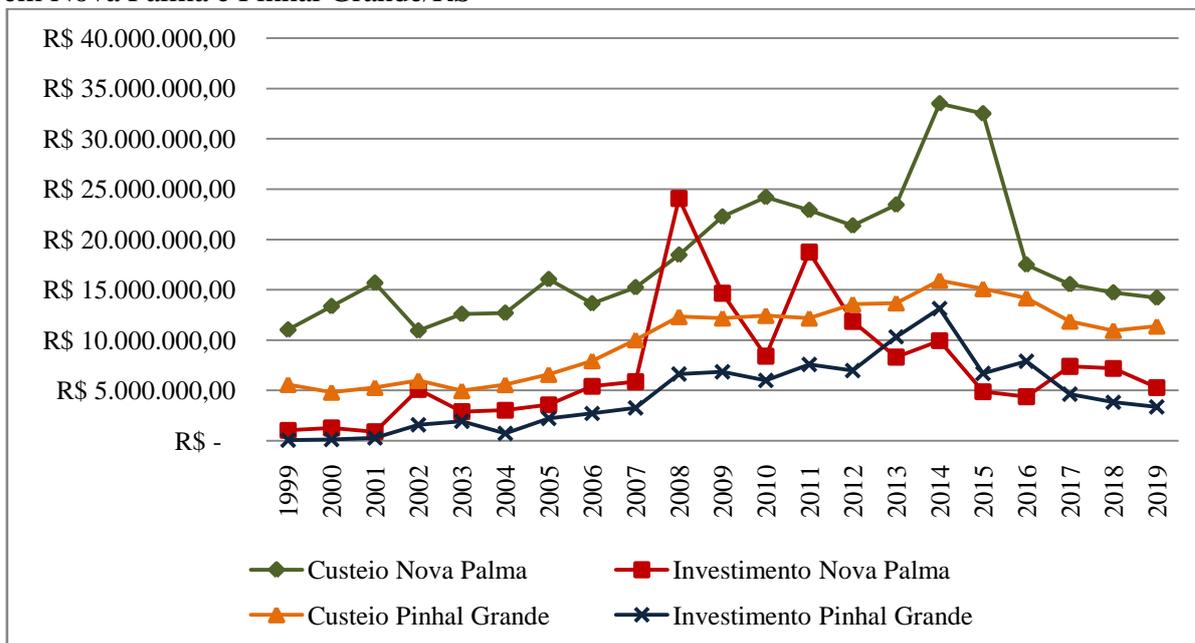
O período mais expressivo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar quando se trata do valor de recursos concedido aos agricultores familiares de Nova Palma foi entre 2008 e 2015. Com destaque para 2014, ano que foi registrado o maior volume de crédito acessado, o total de R\$ 43.4 milhões. Após esse período o montante disponibilizado apresenta uma redução significativa. Passando de R\$ 37.3 milhões, em 2015, para R\$ 21.8 milhões, em 2016, mantendo uma queda constante até o último ano em análise.

O comportamento do programa foi semelhante em Pinhal Grande. O período mais expressivo do Pronaf quando se trata do montante de crédito concedido aos agricultores familiares de Pinhal Grande foi entre 2008 a 2016. Tendo como destaque o ano de 2014, que chegou a conceder R\$ 29 milhões, o máximo distribuído aos agricultores familiares de Pinhal Grande em todo período de análise. Entretanto após 2014 nota-se uma redução dos valores distribuídos pelo programa, o que se mantém até o último ano de análise.

A redução dos recursos disponibilizados pelo Pronaf a partir de 2014, pode ter sido a sinalização da crise que viria se instaurar no Brasil, de acordo com Del Grossi (2019) e Araújo e Vieira Filho (2018) o país ingressou numa crise econômica, seguida de desestabilização política, o que resultou no *impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff. No governo seguinte, o Presidente da República, Michel Temer, iniciou uma série de ações voltadas à reorientação política, caracterizada pelo corte dos gastos públicos e medidas restritivas que impactaram negativamente no desempenho de programas e políticas públicas. Para Ocner Filho (2017), a partir de 2015 devido à crise de liquidez e a volatilidade nos mercados, as políticas creditícias foram comprometidas, afetando principalmente a agricultura.

A seguir, o Gráfico 3, apresenta a evolução dos recursos disponibilizados em cada linha do programa, no período de 1999 a 2019, nos municípios de Nova Palma e Pinhal Grande.

Gráfico 3 - Evolução das linhas de créditos custeio e investimento no período de 1999 a 2019, em Nova Palma e Pinhal Grande/RS



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Banco Central do Brasil (2020).

\*Valores corrigidos pelo IGP-DI para junho de 2020.

A maior parte dos recursos liberados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no período de 1999 a 2019, nos municípios de Nova Palma e Pinhal Grande, foram destinados ao crédito custeio. Do total de recursos distribuídos 70,32% foram destinados ao custeio. Em Nova Palma, o crédito custeio respondeu por 71,27% (R\$381.6 milhões), e em Pinhal Grande 68,68% (R\$ 212.3 milhões). No primeiro ano de análise, 1999, em Pinhal Grande, o crédito custeio foi de R\$ 5.5 milhões, correspondendo 99% do total de recursos, acessado pelos agricultores familiares do município, naquele ano. Já, em Nova Palma, no primeiro ano de análise o crédito custeio correspondeu a 92% do total de recursos liberados.

Analisando o comportamento dos valores repassados entre as linhas de crédito, no município de Pinhal Grande, verifica-se que, o crédito investimento nunca ultrapassou o crédito custeio. A menor diferença entre as linhas de crédito foi registrada no ano de 2014, neste ano houve uma aproximação do crédito investimento e custeio, em que 55% do montante foram destinados ao custeio e 45% ao investimento. Além disso, pode-se dizer que neste ano ocorreu o pico do crédito investimento no município, foram liberados o total de R\$ 13.1 milhões, maior valor registrado no período em análise.

Quanto ao comportamento dos valores repassados entre as linhas de crédito, no município de Nova Palma, verifica-se apenas no ano de 2008 os recursos distribuídos ao

crédito investimento ultrapassaram o valor repassado ao crédito custeio, mas no ano seguinte voltam a ser menores que o crédito custeio. No ano de 2008 o montante repassado a linha de crédito investimento apresentou o maior crescimento do período, chegou a R\$ 24 milhões, representando cerca de 57% dos recursos disponibilizados no ano.

Para Aquino e Schneider (2015), o Pronaf apresenta caráter seletivo e excludente, baseado em um modelo produtivista e setorial. Dessa forma, nas regiões mais capitalizadas o crédito acessado é destinado ao custeio da safra, por estar relacionado ao tipo de política promovida pelo programa, o qual não atende os agricultores familiares de maneira homogênea, estando direcionado para aqueles agricultores voltados à produção de *commodities*, apoiando uma lógica evolucionista, privilegiando agricultores familiares com maiores níveis de renda (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

O aumento no repasse e acesso ao crédito investimento no ano de 2008 pode ser explicado devido as mudanças ocorridas no programa. Em julho de 2008 foi criada a linha Pronaf Mais Alimentos, lançada pelo Plano Safra 2008/2009, tendo como finalidade aumentar a produtividade da agricultura familiar (SCHUHMANN, 2012). Segundo Mattei (2015), o programa Mais Alimentos, tinha como propósito aumentar a oferta interna de alimentos básicos. Com isso, foi ampliado o financiamento de maquinários e equipamentos agrícolas de médio e pequeno porte. Ainda de acordo com o autor, em termos produtivos, essa mudança pode ser considerada positiva, mas “deve-se questionar se essa lógica de “modernização da agricultura familiar” não poderia levar à construção de um processo de produção monocultor e excludente da mesma maneira que ocorreu com a agricultura comercial tradicional em períodos anteriores” (MATTEI, 2014b, p.64).

Tendo em vista essas mudanças ocorridas no programa e analisando o que foi financiado no ano de 2008 em Nova Palma, fica evidente que as mudanças ocorridas no programa influenciaram os agricultores familiares do município. No ano de 2008, ocorreu um aumento significativo na aquisição de tratores. Quando comparado os produtos financiados pelo crédito investimento do ano de 2007 e 2008, em Nova Palma, nota-se o expressivo aumento na compra de tratores. Em 2007 foram realizados 28 contratos para a aquisição de tratores, totalizando o montante de R\$ 1.5 milhão, passando em 2008, para 119 contratos. O aumento no contrato de tratores foi tão significativo, totalizando o montante de R\$ 11.5 milhões, chegando a representar 48,05% do total de recursos do crédito de investimento distribuídos no ano de 2008. Além dos tratores, verifica-se um aumento no valor de crédito disponibilizado para a compra de camionetes e maquinários agrícolas.

O aumento expressivo do crédito investimento, no ano de 2008, em Nova Palma, foi destinado a mecanização agrícola, através da compra de tratores e maquinários agrícolas. Fato que justifica o elevado montante de recursos distribuídos pelo programa no ano. Além disso, isso é reflexo da necessidade de investimentos que a matriz tecnológica impôs aos agricultores familiares nas últimas décadas. Ou seja, para o agricultor se manter na atividade ele deve financiar e se tornar dono dos meios produtivos, ter maquinários, equipamentos e acesso à tecnologia. Caso contrário ele acaba saindo da atividade, se tornando arrendatário ou até mesmo vendendo seu estabelecimento agropecuário. Isso acarreta na diferenciação social, em que os agricultores mais consolidados conseguem permanecer nas atividades, enquanto o menos capitalizados tendem a desistir (TOLEDO; ZONIN, 2021).

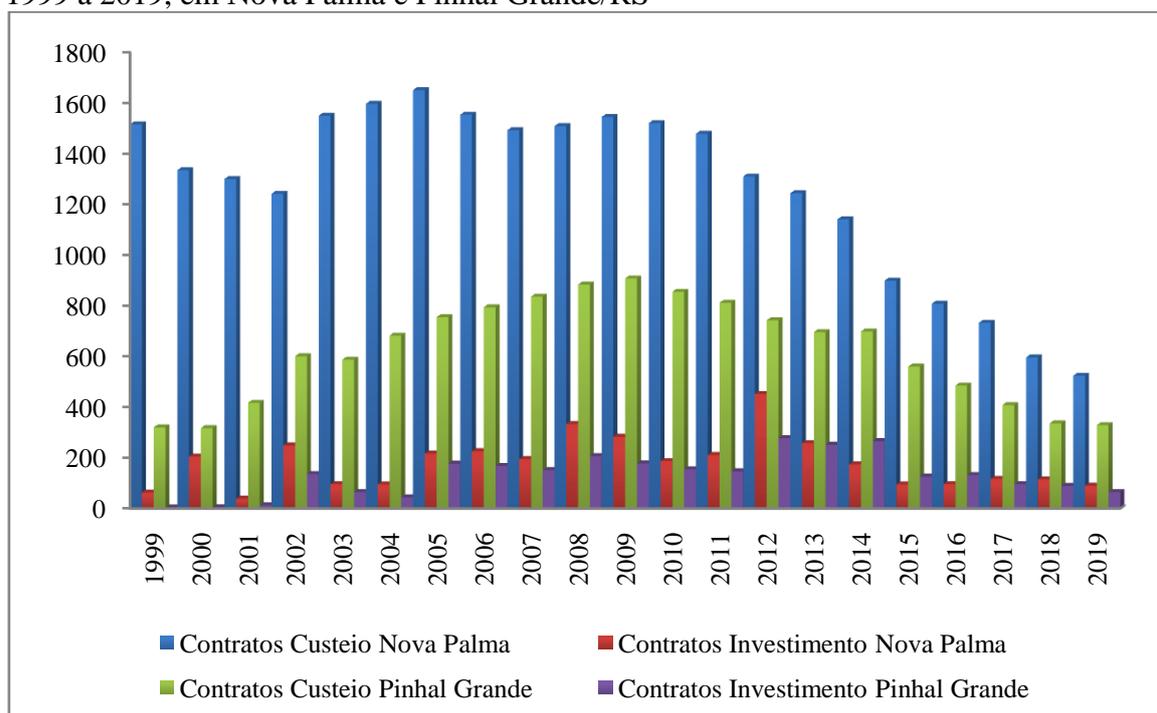
Para Toledo e Zonin (2021), os meios de produção na agricultura familiar vão além da terra e do capital, relacionando-se também com a tecnologia empregada nos maquinários, nas sementes, nos fertilizantes e nos produtos químicos. Ainda de acordo com autores, é notório que essas tecnologias têm contribuído para elevar consideravelmente os custos nas últimas décadas, no entanto, por outro lado, é o que tem sustentado e reformulado a indústria de maquinários e equipamentos agrícolas, que nos anos 2000 encontrava-se em decadência no país.

Mesmo a linha de crédito investimento ter apresentado um comportamento expressivo em 2008, nota-se que nos demais anos em análise, tanto em Pinhal Grande quanto em Nova Palma, o crédito para custeio teve predominância. O mesmo acontece com o número de contratos realizados. No período de 1999, foram realizados o total de 46.120 contratos pelos agricultores familiares nova-palmenses e pinhal-grandenses. Desses, 86% foram destinados ao custeio e 14% a investimento, durante todo o período em análise, foram realizados mais contratos de custeio do que de investimento.

Uma das razões para o crescimento do crédito de investimento pode estar relacionada a política do Governo Lula para enfrentamento da crise macroeconômica a partir de 2008. Visando estimular o crescimento da demanda doméstica foi criada, o Programa Mais Alimentos, tendo como objetivo expandir a oferta interna de alimentos básicos. Dessa forma, expandiu-se o financiamento de maquinários e implementos de pequeno e médio porte para os agricultores familiares (MATTEI, 2014b).

Em relação ao número de contratos realizados pelos agricultores familiares do território em estudo Gráfico 4, apresenta as variações que ocorreram em todo período de análise.

Gráfico 4 - Número de contratos nas linhas de créditos custeio e investimento no período de 1999 a 2019, em Nova Palma e Pinhal Grande/RS



Fonte: Elaborado com base nos dados do Banco Central do Brasil (2020).

É possível observar que tanto em Nova Palma quanto em Pinhal Grande, foram registradas mais contratações de custeio do que de investimento. Isso pode ser explicado pelo fato de que as contratações de custeio são realizadas a cada safra, seja de verão ou inverno. Além disso, é comum o agricultor realizar mais de um contrato de custeio por safra. Por se tratar de uma região com predominância de agricultura familiar é normal, por exemplo na safra de verão, o agricultor realizar contratos para custeio de soja, milho e feijão, ou então no inverno, contratos de trigo e pastagem de inverno. Ou seja, o agricultor não fica preso a apenas uma cultura, planta mais de uma cultura por safra.

Quando se trata do baixo número de contratos de investimentos, pode ser explicado por dois motivos: a) característica dos produtos financiados e relevo dos municípios. Ou seja, os produtos adquiridos pelo crédito investimento, em sua grande maioria são bens duráveis, que apresentam longo tempo de vida útil, não sendo necessário trocar a cada ano/safra. O agricultor familiar que realiza contrato para a aquisição de trator, implementos agrícolas, construção de galpões ou reformas, vai demorar anos para realizar uma nova contratação desses produtos; b) formação do relevo dos municípios. O fato dos municípios apresentarem áreas com elevados declives dificulta o uso de maquinários agrícolas.

Entre 1999 a 2019, foram realizados, pelos agricultores familiares nova-palmenses, o total de 30.343 contratações. Destas contratações 87% foram para custeio e 13% para crédito

investimento. Em todos os anos do período e, estudo, o número de contratos de custeio foram maiores que de investimento. A maior diferença foi no ano de 2001, neste ano, foram realizadas 1.339 contratações, sendo que 97% foram para crédito custeio, e apenas 3% para investimento.

Já a menor diferença entre as contratações por linha de crédito, em Nova Palma, foi registrada no ano de 2012. Neste ano foram realizados 1.762, destas 1310 para contratos de custeio, representando 74%, e 452 contratos para investimento, o equivalente a 26% dos contratos realizados no ano. Além disso, neste ano o número de contratações para crédito investimento atingiu o pico do período, chegando ao total de 452 contratos.

No município de Pinhal Grande, apesar do número de contratos realizados serem menores que em Nova Palma, o comportamento do número de contratações é semelhante. Entre o período de 1999 a 2019, foram realizadas o total de 15.777 contratações de créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, pelos agricultores pinhal-grandenses. Do total de contratos realizados no período, 83% foram para crédito custeio e 17% para investimento. Verifica-se que, do mesmo modo que no município de Nova Palma, em Pinhal Grande, em todo período de análise o número de contratações para investimento nunca ultrapassou o número de contratos para custeio.

A maior diferença registrada entre o número de contratações para custeio e investimento, em Pinhal Grande, foram nos anos de 1999 e 2000. Nestes anos, cerca de 99% dos contratos realizados foram para custeio. Em 1999 foram registrados 323 contratos, destes apenas três foram para investimentos. Já a menor diferença entre as contratações por linha de crédito foi em 2014. Neste ano, foram realizados o total de 965 contratos, sendo 699 para custeio e 266 para investimento, o que equivale a, respectivamente, 72% e 28% dos contratos realizados, no ano.

Observa-se que no município de Nova Palma, no primeiro ano de análise teve 1.579 contratações de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Mantendo um crescimento constante até o ano de 2012. Neste período destaca-se o ano de 2005 como sendo o ano com maior número de contratações, sendo realizados 1.868 contratos. Contudo nota-se uma queda no número de contratações em 2013, se mantendo constante até a última análise, em que registrou 614 contratações, a menor registrada em todo período de análise.

Para Conterato, Bráz e Rodrigues (2021), que realizaram um estudo sobre o Pronaf, na modalidade custeio agrícola, no período recente (2013 a 2019), no Rio Grande do Sul, essa queda no número de contratos pode ser reflexo em parte do desinteresse dos agricultores. De

acordo com os autores “não basta disponibilizar recursos, devem existir instrumentos de política agrícola que sejam efetivos e atrativos, dentre os quais, a observância da taxa de juros dos contratos, prazos de pagamento e diversificação da pauta de produtos financiados” (CONTERATO; BRÁZ; RODRIGUES, 2021, p.196).

Em relação ao comportamento do número de contratações entre as linhas de crédito verifica-se que no primeiro ano de análise, 1999, em Nova Palma, foram realizados 1.516 contratos para custeio. Ocorre uma leve queda no número de contratações entre 2000 e 2002, voltando a crescer a partir de 2003. Nota-se que entre 2003 e 2010, foram realizadas mais de 1.500 contratações a cada ano, chegando ao pico em 2005, que registrou o total de 1.651 contratos para custeio. No entanto, a partir de 2010 verifica-se um comportamento acelerado de queda até o último ano de análise. Sendo que em 2019, foram realizados 524 contratos. Quando comparado com o primeiro ano do período, essa queda representa uma redução de 65% no número de contratos.

Em Pinhal Grande, o número de contratações para custeio, iniciou com 320 contratos, em 1999. Apresentando um crescimento consecutivo até 2009, quando atingiu o pico, registrando 908 contratações, o máximo de todo período de análise. Após esse período, a cada ano que passa vai diminuindo constantemente o número de contratos realizados pelos agricultores familiares pinhal-grandenses. Chegando no último ano do período em análise, 2019, a 329 contratos, apresentando comportamento semelhante ao registrado em 1999.

Quanto ao crédito investimento, em Nova Palma, a variação é elevada no período de análise. No primeiro ano, 1999, foram realizadas 63 contratações. No ano seguinte, 2000, ocorre um aumento expressivo chegando a 205 contratos. Porém, o número de contrato para crédito investimento volta a cair em 2001, sendo realizados apenas 39 contratos no ano, menor número registrado em todo período. O número de contratações de investimento oscila muito, entre 2005 e 2007, se matem estável, girando em torno de 212 contratações por ano. Em 2008 volta a apresentar comportamento de crescimento, sendo realizadas 333 contratações, a segunda maior registrada, atrás apenas do pico em 2012, com o total de 452 contratos realizado. No entanto, após esse período, o número de contratos de investimento diminui constantemente a cada ano, registrando 434 contratos, em 2019.

Em Pinhal Grande, nos primeiros seis anos do período em análise (1999-2004), foram realizados 265 contratos. Nos dois primeiros anos o número de contratos para investimento realizados pelos agricultores familiares pinhal-grandenses foi baixo, foram realizadas, respectivamente, três e quatro contratações. De 2001 para 2002, ocorreu um aumento

significativo de 946% no número de contratações, passando de 13 para 136. Entretanto após esse ano volta a cair, chegando em 44 contratações em 2004.

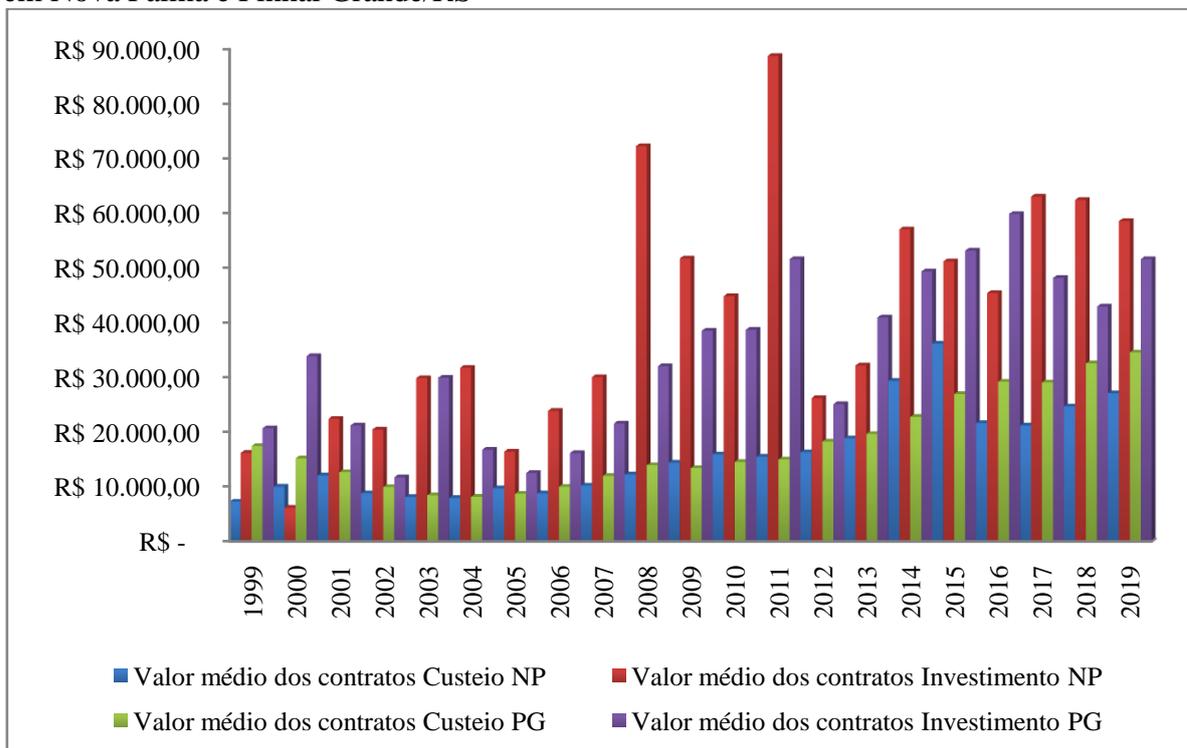
O número de contratos realizados volta a crescer a partir de 2005, mantendo um comportamento estável até 2011. Neste período, destaca-se o ano de 2008, em que foram realizadas 207 contratações para investimento. De todo o período em análise (1999-2019), o período mais expressivo no número de contratos realizados foi entre os anos de 2012 a 2013, sendo realizados mais de 250 contratos a cada ano. Com destaque para 2012, em que foram realizadas 278 contratações, o máximo registrado em todo período de análise. No entanto, após esse período o número de contratações volta a diminuir constantemente até o último ano do período em estudo, que registrou 65 contratos para investimento.

Em relação ao número de contratos para custeio e investimento realizados pelos agricultores familiares pinhal-grandenses, segundo Dallanora (2018), que, em parte de seu estudo, analisou o comportamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no município, entre os anos de 2013 a 2016, algumas considerações foram elencadas. De acordo com a autora a quantidade de contratos feitos nos anos de 2013 e 2014 pode ser explicada devido a facilidades apresentadas no Pronaf Mais alimentos e no crédito custeio. Dentre as facilidades a autora cita a baixa taxa de juros e o longo prazo para quitação do financiamento, até dez anos para investimento. Para Dallanora (2018, p.127), “estas facilidades contribuíram para que muitos agricultores aderissem aos programas, não conseguindo ao longo dos anos cumprirem com os critérios estabelecidos por esta política”.

Além disso, o declínio no número de contratos de custeio a partir de 2015, pode ser justificada pelo fato de que é uma linha de financiamento realizada anualmente, dessa forma se o agricultor não conseguir quitar o montante financiado no término do contrato, acaba ficando impossibilitado de financiar novamente (DALLANORA, 2018).

Tendo em vista variação do volume de crédito acessado e do número de contratos realizados pelos agricultores familiares nova-palmenses e pinhal-grandenses, a seguir será apresentado o valor médio dos contratos em cada ano. O Gráfico 5, apresenta o valor médio dos contratos realizados para custeio e investimento, nos municípios de Nova Palma e Pinhal Grande, no período de 1999 a 2019.

Gráfico 5 - Valor médio dos contratos de custeio e investimento, no período de 1999 a 2019, em Nova Palma e Pinhal Grande/RS



Fonte: Elaborado com base nos dados do Banco Central do Brasil (2020).

\*Valores corrigidos pelo IGP-DI para junho de 2020.

Em relação ao valor médio dos contratos de custeio e investimento, no município de Nova Palma, verifica-se que no decorrer do período analisado o valor médio dos contratos aumentou, tanto dos valores de custeio como investimento. Além disso, nota-se que as maiores oscilações foram no valor médio dos contratos de investimento. O valor médio dos contratos de custeio passou de R\$ 7.2 mil, em 1999 para R\$ 27 mil em 2019. Durante esse período, nota-se um crescimento constante do valor médio dos contratos até o ano de 2013, em que o valor médio era de R\$ 18.8 mil, já no ano seguinte verifica-se um aumento significativo, passando para R\$ 29.3mil. Destaca-se também que o maior valor médio dos contratos de custeio foi registrado no ano de 2015, sendo de R\$ 36.1 mil.

Com relação ao valor médio dos contratos de investimento, em Nova Palma é possível observar que apresentam mais oscilações quando comparados ao de custeio. Apesar de em alguns anos do período de análise apresentar queda no valor médio dos contratos de investimento, nota-se que no período a tendência foi de crescimento. O valor médio dos contratos passou de R\$ 16.1 mil, em 1999, para R\$ 58.5 mil, em 2019. Durante esse período é possível observar diversas variações. No ano de 2000, é registrado o menor valor médio do período, R\$ 6.1 mil.

Verifica-se, que de 2007 para 2008, o valor médio dos contratos de investimento teve um aumento de 58%. Nos anos de 2008 e 2011, são registrados os maiores valores médios dos contratos de investimento, do período em estudo, de respectivamente, R\$ 72.2 mil e R\$ 88.7 mil. No entanto, em ano de 2012, verifica-se uma queda de 70% do valor médio dos contratos, quando comparado com o ano anterior. Voltando a aumentar nos anos seguintes. Nos últimos três anos do período de análise, observa-se que o valor médio dos contratos de investimento se estabilizam, girando em torno de R\$ 60 mil.

Já, o comportamento do valor médio dos contratos de custeio e investimento, no período de 1999 a 2019, em Pinhal Grande é diferente do apresentado no município de Nova Palma. Como pode-se observar no Gráfico 5, o valor médio dos contratos de investimento oscila mais durante o período, do que o valor médio dos contratos para custeio. Nos primeiros anos de análise, 1999, o valor médio dos contratos de custeio era 17.4 mil. Após esse ano, o valor médio dos contratos passa a reduzir constantemente a cada ano, até 2004, momento em que foi registrado o menor valor médio dos contratos de custeio (R\$ 8.1 mil). Após esse período o valor médio dos contratos de custeio volta a crescer, aumentando consecutivamente a cada ano que passa. Chegando, no último ano de análise, em 2019, ao valor médio de R\$ 34.5 mil, o máximo registrado em todo o período de análise.

Ainda em relação aos dados de Pinhal Grande, nota-se que o valor médio dos contratos de investimento, é totalmente variável ao longo do período de análise. Em 1999, o valor médio dos contratos de investimento era de R\$ 20.6 mil. O menor valor médio dos contratos de investimento foi registrado no ano de 2002 (R\$ 11.7mil). A partir de 2005 o valor médio dos contratos de investimento passa a aumentar consecutivamente, a cada ano, até 2011, registrando o valor médio de R\$ 51.5 mil. No entanto, no ano seguinte, observa-se uma queda significativa no valor médio dos contratos de investimento de 106%. Voltando a crescer em 2012 constantemente até 2016, ano em que foi registrado o maior valor médio dos contratos de investimento, R\$ 59.8 mil. Já no último ano do período de análise, 2019, o valor médio dos contratos de custeio foi de R\$ 51.6 mil.

A partir de 2010, o número de contratos para custeio começou a diminuir, tanto em Nova Palma, quanto em Pinhal Grande, até o último ano do período em análise. Porém, percebe-se que neste mesmo período o valor médio dos contratos de custeio aumentou consecutivamente a cada ano. Nota-se que neste período o comportamento do valor médio dos contratos de custeio foi inversamente proporcional ao número de contratações. Ou seja, a partir do momento que o número de contratos diminui, verifica-se um aumento do valor médio dos contratos.

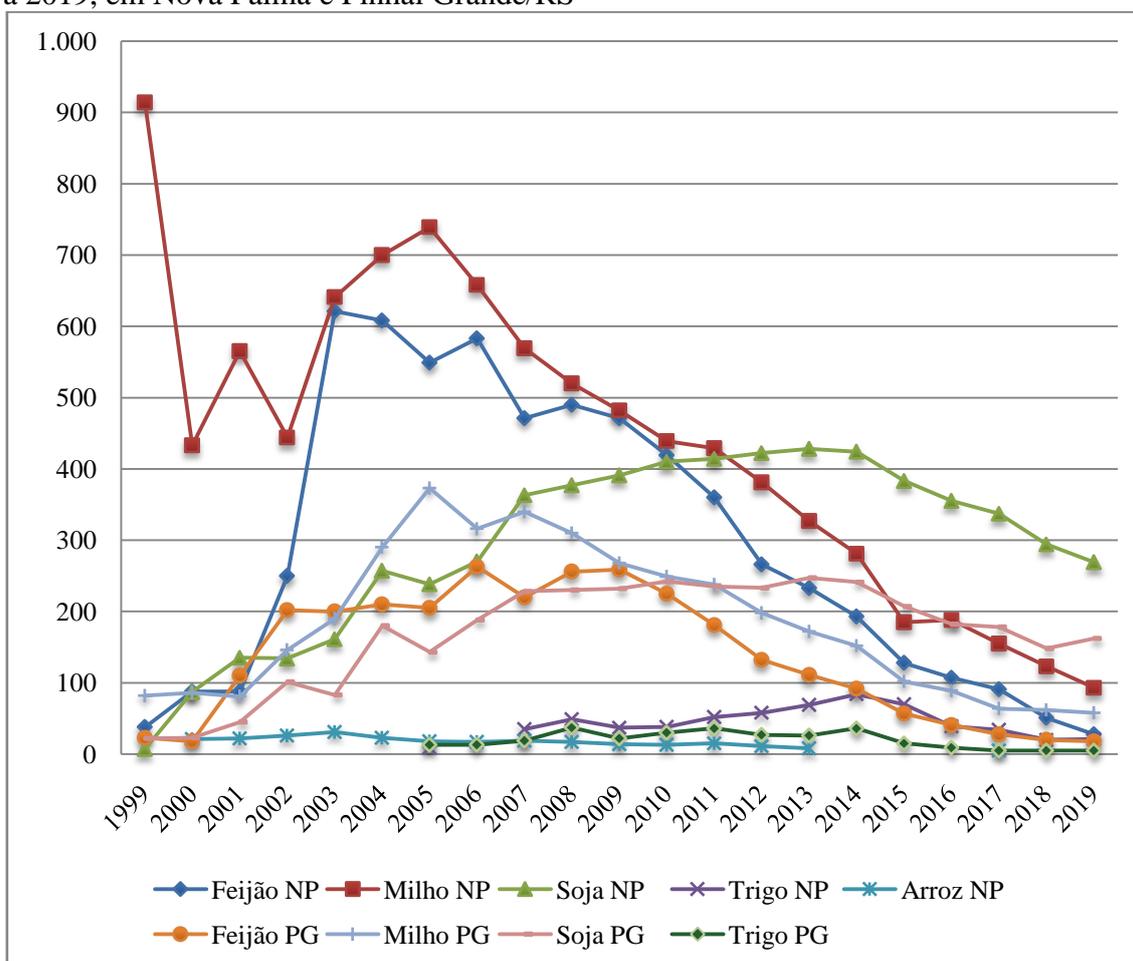
O aumento do valor médio dos contratos de custeio pode ser reflexo de que o agricultor familiar está cada vez mais dependente de recursos financeiros para custear a sua produção. Ou seja, está cada vez mais dependente de crédito para conseguir cobrir os custos da lavoura. Bem como, pode ser explicado pelo fato de que as despesas para produzir aumentaram. Como por exemplo, pode-se citar os o aumento dos custos de produção da soja que contribuíram para aumentar os valores dos financiamentos (CONTERATO; BRÁZ; RODRIGUES, 2021).

Como se pode observar nos Gráficos 2, 3,4 e 5 apresentados anteriormente, em Nova Palma e em Pinhal Grande com o passar dos anos diminuiu o volume de crédito disponibilizado e a quantidade de contratos, no entanto ocorreu aumento do valor médio das operações, isso pode estar relacionado com a situação política e econômica em que o país vivenciado nos últimos anos do período de análise. De acordo com Toledo e Zonin (2021), no que se refere especialmente aos contratos, mesmo que exista uma quantidade expressiva de possíveis agricultores familiares tomadores de crédito, os mesmos vêm sendo recusados por não apresentarem “garantias reais” que os habilitem a acessar os recursos.

Nesse mesmo sentido, Wesz Junior (2021) reforça que a produção de *commodities* vem fortalecendo a seletividade do programa, principalmente, em um contexto socioeconômico de maior vulnerabilidade e de enfraquecimento de outras políticas públicas para agricultura familiar. Portanto, pode-se dizer que a seletividade bancária permanece como um entrave do programa, que, em hipótese, se intensifica no período de crise e se fortalece com os produtores de *commodities* fazendo com que vários agricultores não sejam abarcados com os recursos do programa. Além disso, com o passar dos anos aumentou a burocracia dos agentes bancários em relação a viabilidade técnica dos projetos de financiamentos, isso acabou contribuindo para maior participação no Pronaf dos agricultores mais capitalizados, que tem mais acesso às informações, fortalecendo ainda mais a seletividade (SOUSA; NIERDELE, 2021).

Quando se trata das culturas financiadas pelo Pronaf, no período de 1999 a 2019, no território em estudo, destaca-se em Nova Palma a soja, o milho, o feijão, o trigo e o arroz, e em Pinhal Grande a soja, o milho, o feijão e o trigo. O Gráfico 6, apresenta o número de contratos das culturas financiadas em Nova Palma e Pinhal Grande.

Gráfico 6 - Número de contratos das principais culturas financiadas no período de 1999 a 2019, em Nova Palma e Pinhal Grande/RS



Fonte: Elaborado com base nos dados do Banco Central do Brasil (2020).

\*Obs: foram selecionadas essas culturas, pois, são as que apareceram nos dados do Pronaf, visto que para preservação do sigilo bancário (LC 105/2001), são ocultos produtos cujo número de contratos é inferior a quatro.

Como pode-se observar no Gráfico 6, em relação às culturas financiadas pelos agricultores familiares de Nova Palma e de Pinhal Grande, verifica-se que apesar do número de contratos e do comportamento das contratações de cada cultura ser diferente, ao longo dos anos, em cada município existem pontos em comum. Tanto em Nova Palma como em Pinhal Grande, nos dez primeiros anos de análise as duas principais culturas financiadas que registraram maior número de contratações foram milho e feijão. E nos dez últimos dez anos de análise, as duas culturas que registraram o maior número de contratações foram soja, seguida de milho.

Os principais produtos financiados pelo crédito custeio, no território em estudo, são soja e milho, resultado semelhante quando se trata da distribuição do crédito do Pronaf na região sul do país. De acordo com Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014), existe uma concentração de crédito na região sul do país, que é explicada pelo fato do programa estar

incentivando a agricultura moderna, e de acordo com os autores, nessa região os principais produtos financiados pelo crédito custeio são soja e milho. Ou seja, os recursos estão sendo destinados para produtores de *commodities*.

Tanto em Nova Palma como em Pinhal Grande, apesar das oscilações, no período em estudo, as culturas que apresentaram registros de contratações em todos os anos do período de análise foram milho, soja e feijão. Além disso, nos dois municípios essas três culturas registraram maior número de contratações sendo respectivamente, milho, soja e feijão. Em Nova Palma, a cultura que registrou o maior número de contratos foi a cultura do milho, apresentando o total de 8.352 contratos realizados. Seguido da soja e do feijão, com, respectivamente, 6.149 e 6.095 contratos. As culturas de trigo e arroz apresentam menor representatividade, no período, foram realizadas, respectivamente 615 e 260 contratações. Em Pinhal Grande os agricultores pinhal-grandenses realizaram 3.866 contratos para milho, 3.550 contratos para soja, 2.871 contratos para feijão e 298 contratações para trigo.

Em Nova Palma, em 1999, foram realizadas 914 contratações para custeio de milho, o máximo registrado em todo período de análise dessa cultura. No entanto, no ano seguinte, observa-se uma queda em torno de 53% no número de contratos realizados. O número de contratações de custeio para milho oscila até o ano de 2005, e a partir desse período apresenta queda constante até o último ano de análise. Queda significativa, registrando apenas 93 em 2019. Em Pinhal Grande, como pode-se observar no gráfico anterior, no primeiro ano de análise 1999, a cultura que registrou maior número de contratações foi a cultura do milho, neste ano foram realizados 82 contratos. Nota-se que a partir de 2001 ocorre um aumento significativo no número de contratações para custeio de milho, a cada ano, chegando a registrar 373 contratos em 2005. E a partir de 2007, verifica-se uma queda constante no número de contratações desta cultura.

Para Gazolla e Schneider (2013), o milho é uma cultura que tem duplo papel nos estabelecimentos de agricultura familiar. O milho pode ser tanto destinado para a comercialização, como também destinado para o consumo dos animais, como aves, suínos, ovelhas, entre outros. Portanto, “quando o Pronaf financia a produção de milho, estará fornecendo uma *commodity* quando esta for para os mercados, ou fortalecendo o grupo familiar quando esse produto é utilizado pela família e no trato dos animais” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013, p.54).

A cultura do feijão também é significativa quando se trata do número de contratações realizadas pelos agricultores familiares de Nova Palma. No primeiro ano de análise, 1999, foram realizados 38 contratos, mantendo um aumento no número de contratações até 2004.

Observa-se um aumento de 148,4% no número de contratos para custeio de feijão, do ano de 2002 para 2003, neste ano foram realizados 621 contratos para custeio de feijão, o máximo registrado em todo período de análise. Também, observa-se, a partir de 2008, reduções constantes no número de contratações até o último ano de análise.

Em Pinhal Grande, o número de contratações para custeio de feijão oscila bastante em todo período de análise. Em 1999, foram realizados apenas 23 contratos, observa-se um aumento significativo de 2000 para 2001, passando de 18 para 110 contratos para custeio de feijão, mantendo um comportamento de crescimento até 2006, em que foram realizadas 263 contratações, o máximo registrado em todo período. Verifica-se, a partir de 2009 reduções constantes no número de contratações até o último ano de análise, em que registrou 18 contratos, 93 % a menos do que em 2006 no auge do número de contratações para custeio de feijão.

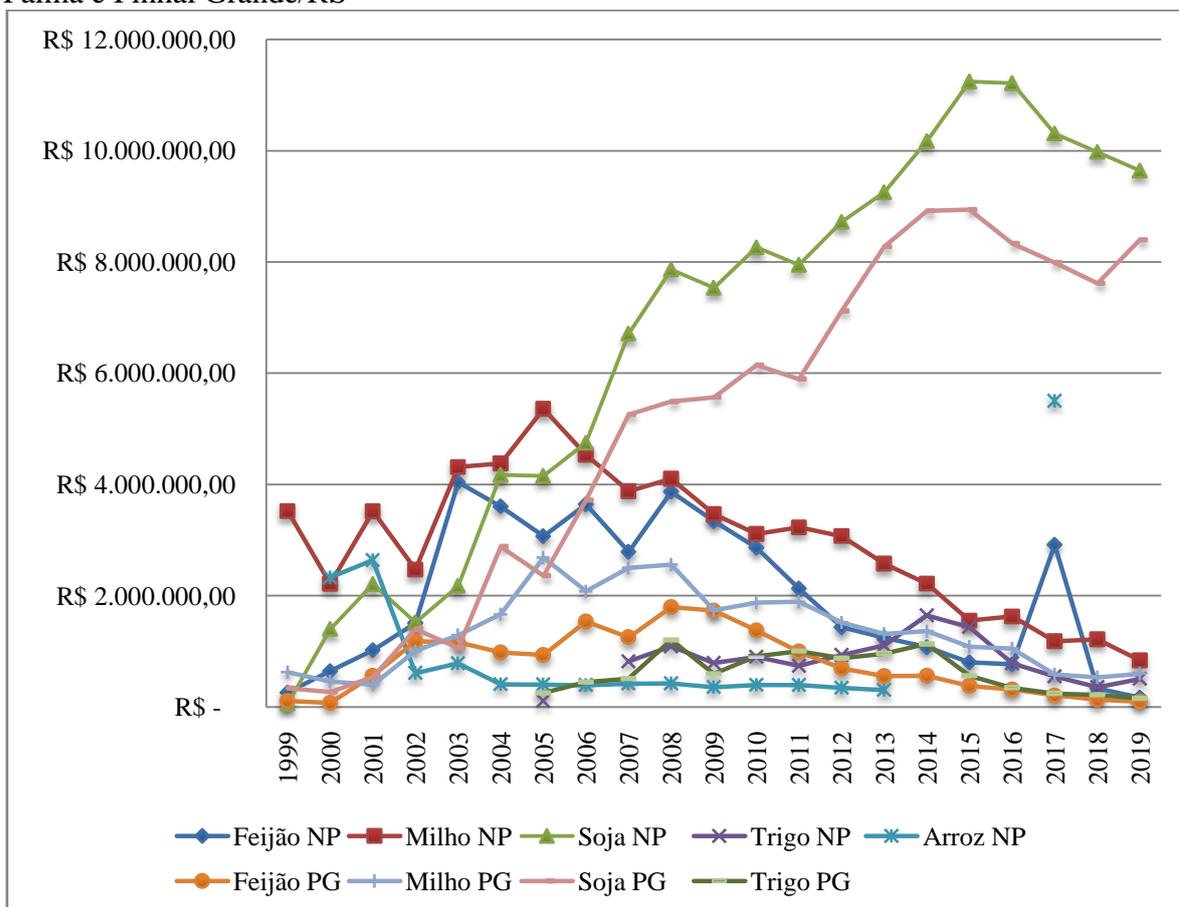
Em relação a cultura da soja, em Nova Palma, observa-se que no primeiro ano de análise, 1999, foram realizadas apenas sete contratações. Ao longo do período o número de contratações vai aumentando a cada ano, chegando a registrar, em 2013, 428 contratações o máximo registrado em todo período. No entanto, após esse período o número de contratos para soja diminui constantemente até o último ano em estudo. Observa-se também, que o número de contratações para soja ultrapassa o número de contratações para feijão em 2011, e ultrapassa o número de contratações para milho em 2012. Dessa forma, se tornando a cultura que mais registrou número de contratações nos anos seguintes até o último ano de análise. Além destas culturas, destaca o arroz, que apresenta contratações consecutivas entre 2000 e 2013, e o trigo, que a partir de 2005 começa a apresentar registros de contratações.

Já em Pinhal Grande, a cultura da soja, em 1999, foram realizados apenas 22 contratos, mas ao longo do período foi aumentando o número de contratações, chegando em 247 contratos, em 2013, representando um aumento de 1.023%. Entretanto após esse ano observa-se a redução constante do número de contratações. Semelhante ao que ocorre no município de Nova Palma, o número de contratações para soja ultrapassa o número de contratações para feijão em 2010, e ultrapassa o número de contratações para milho em 2012. Dessa forma, se tornando a cultura que mais registrou número de contratações nos anos seguintes até o último ano de análise.

Já em relação a cultura do trigo, verifica-se registros de contratos a partir de 2005. Inicia com 13 contratações em 2005 e 2006, apresentando um aumento nos anos seguintes, chegando a registrar 37 contratos, em 2008. Após esse período número de contratos de custeio para trigo oscila bastante. E, a partir de 2014 nota-se a redução no número de

contratos para custeio de trigo, se estabilizando em cinco contratações nos últimos três anos de análise. A seguir o Gráfico 7, apresenta o valor repassado pelo programa, para as culturas financiadas no período em estudo

Gráfico 7 - Valor repassado para as culturas financiadas no período de 1999 a 2019, em Nova Palma e Pinhal Grande/RS



Fonte: Elaborado com base nos dados do Banco Central do Brasil (2020).

\*Valores corrigidos pelo IGP-DI para junho de 2020.

Como pode-se observar no Gráfico acima, em Nova Palma nos primeiros sete anos de análise a cultura que mais captava recursos era milho, o mesmo ocorre em Pinhal Grande nos dois primeiros anos. No entanto, com o passar dos anos nota-se um aumento expressivo dos recursos repassados para a cultura da soja, a partir de 2006 passa a ser a cultura que mais capta recursos do Pronaf, até o último ano de análise.

Enquanto as demais culturas apresentam queda no montante disponibilizado, com o passar dos anos, a cultura da soja apresenta crescimento constante. Quando se trata do montante repassado para o custeio de soja, verifica-se que foram repassados o total de R\$ 139.2 milhões em Nova Palma, e R\$ 106.5 milhões em Pinhal Grande. A valorização dos

preços internacionais da leguminosa e o aumento dos custos de produção contribuíram para aumentar os valores de financiamento (CONTERATO; BRÁZ; RODRIGUES, 2021). As lavouras de soja demandam uso de fertilizantes, agrotóxicos, sementes de qualidade, máquinas agrícolas. Ou seja, é um cultivo que para produzir demanda de muita tecnologia e insumos externos, isso acaba demonstrando que tipo de agricultura o Pronaf está financiando (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

Após a apresentação da dinâmica do Pronaf em Nova Palma e Pinhal Grande, desde a distribuição dos recursos, linhas de crédito, número de contratos, valor médio das operações e culturas financiadas, o próximo capítulo, apresenta os resultados encontrados na pesquisa de campo, na coleta de dados primários, com relação ao Pronaf no processo de (des) territorialização da agricultura familiar do território em estudo.

## **5 O PRONAF E O PROCESSO DE (DES) TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE NOVA PALMA E PINHAL GRANDE/RS**

O capítulo tem como objetivo apresentar os principais resultados encontrados na pesquisa de campo, ou seja, na coleta de dados primários. Inicialmente apresenta-se a caracterização dos agricultores familiares entrevistados e as principais características dos estabelecimentos agropecuários. Em seguida aborda-se acerca da influência do Pronaf no processo de transformação do território em estudo, levando em consideração as dimensões econômica, cultural e natural. Posteriormente, são apresentados os resultados obtidos através das entrevistas com os agentes de desenvolvimento. E, por fim são apresentados os pontos positivos e negativos do Pronaf de acordo com os agricultores familiares e agentes de desenvolvimento.

### **5.1 Caracterização dos agricultores familiares participantes da pesquisa**

A seção busca apresentar as principais características dos agricultores familiares entrevistados. Foram aplicados questionários a 18 agricultores familiares dos municípios de Nova Palma e Pinhal Grande, de sete comunidades distintas, sendo elas: Comércio, Gramado, Linha dos Stefanello, Linha Michelin, Mãe Rainha, Três Passinhos e Limeira. Diante disso, essa seção versará sobre o perfil socioeconômico, tratando sobre a idade, escolaridade, estado civil, utilização da terra, entre outras características relacionadas com o estabelecimento agropecuário, bem como sobre o Pronaf.

Os agricultores familiares participantes da pesquisa, tanto os do município de Nova Palma, quanto os de Pinhal Grande, são do sexo masculino. A escolha dos agricultores familiares levou em consideração a indicação dos agentes de desenvolvimento e também dos próprios agricultores, que ao final de cada entrevista iam indicando outros agricultores que acessavam o Pronaf. A participação na pesquisa não restringia apenas homens a participar, muito pelo contrário, as mulheres também podiam responder o questionário, se quisessem. Mas, em todos os estabelecimentos visitados, quem tomava frente para responder era o homem, pois eram segundo eles, aquele que tinha mais conhecimento sobre a propriedade e sobre o Pronaf. Em algumas propriedades a mulher ficou junto na hora da entrevista, mas poucas falavam e davam opiniões durante as entrevistas.

O fato de nenhuma mulher tomar frente para responder o questionário pode ser explicado pelo fato de que na agricultura familiar o pai (o homem) geralmente é o centro dentro de um processo de hierarquia, sendo ele o responsável pelo estabelecimento, pela

realização das principais atividades e pela tomada de decisão (ZÓTIS, 2011). Para Spanevello (2008), as principais atividades desenvolvidas dentro de um estabelecimento agropecuário são administrativas, agrícola e doméstica, sendo possível verificar o predomínio do pai na realização da primeira. De acordo com a autora, “as atividades administrativas (serviços bancários, venda da produção agrícola, compras de insumos, contatos com técnicos e extensionistas) são realizadas fundamentalmente pelo pai ou chefe do estabelecimento” (SPANEVERELLO, 2008, p.98).

Já nas atividades agrícolas, observa-se que o trabalho é melhor distribuído entre os membros da família, nota-se a presença da mulher e das filhas na capina e colheita, enquanto que o preparo do solo e os tratos culturais são realizados pelos homens (SPANEVERELLO, 2008). No que se refere as atividades domésticas, ainda de acordo com a autora, verifica-se que são realizadas, na grande maioria das vezes, pelas mulheres. Tendo em vista a posição que a mulher ocupa na família, sendo ou esposa ou filha, acaba se tornando subordinada ao homem, e isso acaba contribuindo para a migração dessas mulheres do meio rural, pois a sua importância dentro do estabelecimento agropecuário, acaba se baseando apenas como ajuda nas atividades agrícolas (ZÓTIS, 2011). Ou então, tem seu papel atribuído à função reprodutiva, dos afazeres domésticos e do cuidado dos filhos (COSTA; FROEHLICH, 2014). A seguir, o Quadro 9, apresenta o perfil dos agricultores familiares participantes da pesquisa.

Quadro 9 - Perfil socioeconômico dos agricultores familiares participantes da pesquisa em Nova Palma e Pinhal Grande/RS

Entrevistado	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Nº de pessoas que moram no estabelecimento agropecuário	Participação em cooperativas
Agricultor 1	32	Ensino fundamental completo	Casado	4	Sim
Agricultor 2	58	Ensino fundamental incompleto	Casado	3	Sim
Agricultor 3	71	Ensino fundamental incompleto	Casado	2	Sim
Agricultor 4	58	Ensino fundamental incompleto	Casado	2	Sim
Agricultor 5	34	Ensino fundamental completo	Casado	2	Sim
Agricultor 6	56	Ensino fundamental incompleto	Casado	3	Sim
Agricultor 7	71	Ensino fundamental incompleto	Casado	3	Sim
Agricultor 8	52	Ensino fundamental incompleto	Casado	4	Sim
Agricultor 9	60	Ensino fundamental incompleto	Casado	4	Sim
Agricultor 10	61	Ensino fundamental completo	Casado	3	Sim
Agricultor 11	57	Ensino fundamental incompleto	Casado	5	Não
Agricultor 12	53	Ensino fundamental incompleto	Casado	3	Sim
Agricultor 13	56	Ensino fundamental incompleto	Casado	3	Sim
Agricultor 14	63	Ensino fundamental incompleto	Casado	3	Sim
Agricultor 15	56	Ensino fundamental completo	Casado	3	Sim
Agricultor 16	78	Ensino fundamental incompleto	Casado	2	Sim
Agricultor 17	44	Ensino fundamental incompleto	Solteiro	3	Sim
Agricultor 18	44	Ensino fundamental incompleto	Solteiro	4	Sim

Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo, 2020

Quanto a idade dos agricultores participantes da pesquisa varia de 32 a 78 anos, como pode-se observar na Quadro 9. Dentre os agricultores participantes da pesquisa, apenas dois agricultores têm menos de 35 anos, 50% dos respondentes, possui idade que varia de 55 a menos de 65 anos. Destaca-se também, três entrevistados com mais de 70 anos.

Como pode-se observar no quadro, verifica-se um envelhecimento dos agricultores familiares, que na grande maioria dos casos entrevistados é reflexo da saída do filho do campo para estudar, e este não retorna para o meio rural. Muitas vezes a baixa inserção do jovem no processo de gestão do estabelecimento pode estar relacionada à sucessão tardia, o que faz com que o jovem se sinta desmotivado e saia do campo para buscar autonomia (MATTE et al., 2019).

Para Matte et al., (2019), a permanência do jovem no meio rural depende de vários fatores, não somente do desejo e da escolha em permanecer no campo, e sim de condições para que o jovem possa exercer as atividades com liberdade e autonomia sobre as ações e decisões dentro da propriedade. Os autores apontam fatores internos e externos que influenciam no processo de permanência dos jovens no campo, entre os fatores interno destaca-se a forma como o país passam ou passarão o patrimônio e os negócios aos filhos e a renda satisfatória. Como fatores externos apontam as políticas públicas, compra de terras, acesso à internet e educação.

Referente a escolaridade dos agricultores participantes da pesquisa, variou entre ensino fundamental incompleto e completo. Apenas quatro agricultores completaram o ensino fundamental. Dos agricultores participantes da pesquisa, seis estudaram até a 5ª série, quatro até a 8ª série, três até a 6ª série, dois até a 4ª série, um até a 3ª série, um até a 2ª série e um até a 7ª série. A baixa escolaridade tem relação com a idade avançada dos entrevistados, muitos agricultores relataram no ato da entrevista que antigamente era mais difícil seguir os estudos, não tinham as facilidades deque atualmente, como escolas próximas das propriedades e de transporte público. Além disso, muitos não tinham a opção de estudar, tinham que ajudar em casa, no trabalho da lavoura e o estudo acabava ficando de lado.

Quando se trata do estado civil, 16 agricultores participantes da pesquisa encontram-se casados, dois são solteiros. Como visto, no Quadro 9, 89% dos entrevistados são casados, estes constituíram família. Destaca-se que o número de pessoas que residem na mesma casa varia de dois a cinco. Quatro famílias são constituídas por apenas duas pessoas, sendo formadas pelo entrevistado e sua esposa. Duas destas famílias são compostas por duas pessoas pelo fato que os filhos saíram de casa para estudar e não voltaram, uma pelo fato de que casou

a pouco tempo, está iniciando a construção da família, e a outra devido ao fato que o casal não teve nenhum filho.

Em nove respondentes, o número de pessoas que residem na mesma casa são três. Sendo oito famílias constituídas pelo entrevistado, sua esposa e filho(a), e uma formada pelo entrevistado, seu pai e sua mãe. Nas famílias em que o filho(a) ainda reside na mesma casa, nota-se a baixa perspectiva de continuarem na agricultura. Em três famílias o(a) filho(a) continua morando junto com os pais pois, ainda não concluiu o ensino médio, e quando concluir pretende seguir os estudos e não retornar para o meio rural. Em três famílias entrevistadas, o(a) filho(a) já saiu de casa para cursar o ensino superior e não pretende voltar para casa, só estão em casa devido à pandemia e as atividades acadêmicas estarem sendo remotas. Em uma das famílias entrevistadas, o filho ainda mora na mesma casa, mas trabalha em cooperativa agrícola da região. Apenas em uma das famílias entrevistadas, o filho saiu de casa para cursar técnico em agropecuária e retornou para casa, para ajudar dentro do estabelecimento agropecuário.

Quatro famílias participantes da pesquisa possuem quatro membros residindo na mesma casa. Em dois casos são o entrevistado, sua esposa e dois(duas) filhos(as). Ressalta-se, que nestes dois casos, os(as) filhos(as) mais novos continuam morando com os pais pois ainda não concluíram o ensino médio e quando concluírem pretendem continuar estudando, e os(as) filhos(as) mais velhos estão cursando ensino superior e não pretende voltar para casa, só estão em casa devido à pandemia e as atividades acadêmicas estarem sendo remotas. Em outro caso a família é composta pelo agricultor participante da pesquisa, sua esposa, seu filho recém-nascido e seu pai. E a outra família é formada pelo agricultor participante da pesquisa, seu irmão e seus pais. Apenas uma família possui cinco pessoas residindo na mesma casa, sendo constituída pelo entrevistado, sua esposa, sua filha e seus pais.

Tendo em vista o número de pessoas que residem na mesma casa, nota-se a baixa perspectiva dos filhos em permanecerem na agricultura. Alguns fatores podem contribuir para a saída dos jovens do campo, em um estudo realizado por Breitenbach e Troian (2020), em com jovens rurais de Santana do Livramento/RS, sobre a sucessão e o desejo em permanecer no meio rural, observou-se alguns fatores que influenciam na permanência ou saída do jovem do meio rural, dentre eles destacam a condução do processo sucessório, o diálogo entre os pais e os filhos e a dificuldade de construir família.

Quanto a participação em cooperativas, apenas um dos agricultores participante da pesquisa não é associado de nenhuma cooperativa, mas mesmo assim, compra insumos e comercializa sua produção em cooperativas agrícolas da região. Os outros 17 agricultores

familiares participantes da pesquisa participam de cooperativas, sejam elas agrícolas ou de crédito. Sete entrevistados participam da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma (Camnpal) e da Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos (Cotrijuc), seis participam apenas da Camnpal, um participa apenas da Cotrijuc, um participa da Camnpal e da Sicredi, e dois participam da Camnpal e da Cresol. Destaca-se a grande participação em cooperativas agrícolas pelo fato de comprarem todos os insumos necessários para a lavoura e também pelo fato de comercializarem a produção nestas cooperativas. Além disso, as cooperativas prestam assistência técnica aos agricultores.

A Camnpal surgiu na década de 1960, em Nova Palma, e teve sua origem ligada à necessidade de comercialização agrícola por parte dos agricultores familiares (MANFIO, 2011). Atualmente a cooperativa conta com mais de 5.300 associados e com diversas filiais, em vários municípios, como Dona Francisca, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Júlio de Castilhos. Além das unidades de recebimento e armazenamento de grãos, a cooperativa conta com engenho de arroz, beneficiamento de feijão, moinho de trigo, empacotamento de cereais, posto de leite, insumos, fabricas de rações, supermercados, seção de peças e ferragens, agropecuárias, loja de confecções, borracharia e loja de eletrodomésticos, além de escritórios (CAMNPAL, 2021).

A Cotrijuc, surgiu, na década de 1950, em Júlio de Castilhos, ligada à necessidade encontrar alternativas que reduzissem as dificuldades de beneficiamento, logística e comercialização das safras de trigo. Com o passar dos anos e a expansão da soja e milho, a cooperativa foi crescendo, construindo unidades em diversos locais. Atualmente conta com filiais em Quevedos, Pinhal Grande, Tupanciretã, São Martinho, Ivorá. Tendo seus negócios voltados para assistência técnica, recebimento e armazenagens de grãos, comercialização de insumos, agropecuárias, supermercado, postos de combustível e fábrica de ração (COTRIJUC, 2021).

Após essa breve caracterização do perfil dos agricultores participantes da pesquisa, o Quadro 10, a seguir, apresenta algumas características dos estabelecimentos agropecuários dos agricultores familiares, como a área de terra que possuem, o que produzem, o que é destinado para comercialização e para quem comercializam a produção.

Quadro 10 - Características dos estabelecimentos agropecuários visitados em Nova Palma e Pinhal Grande/RS

Entrevistado	Área de terra (há)						O que produz – Sistema de produção	Produção para a comercialização	Destino da produção para comercialização
	Total	Própria	Alugada de terceiros	Alugada para terceiros	Área para produção	Área de reserva legal			
Agricultor 1	90	0	90	0	70	20	Soja; Gado de Corte	Soja; Gado de Corte	Cooperativa; Atravessadores
Agricultor 2	17	17	0	0	10	7	Soja; Fumo; Milho; Feijão	Soja; Fumo; Milho; Feijão	Cooperativa; Empresas fumageiras
Agricultor 3	14,5	14,5	0	0	11,5	3	Milho; Pastagem; Leite	Leite; Ovos	Cooperativa
Agricultor 4	32	32	0	0	20	12	Soja; Fumo; Feijão	Soja; Fumo; Feijão	Cooperativa; Empresas fumageiras
Agricultor 5	39,8	11,5	28,3	0	22,5	17,3	Soja; Milho; Feijão; Leite	Soja; Milho; Feijão; Leite	Cooperativa
Agricultor 6	12	12	0	0	9	3	Soja; Milho; Feijão; Leite	Soja; Feijão; Leite	Cooperativa
Agricultor 7	25	25	0	0	20	5	Soja; Milho; Feijão; Leite	Soja; Leite	Cooperativa
Agricultor 8	30,8	30,8	0	0	20,8	10	Soja; Milho	Soja	Cooperativa
Agricultor 9	27	27	0	0	23	4	Soja; Milho; Leite	Soja; Leite	Cooperativa
Agricultor 10	38	38	0	0	32	6	Soja; Fumo; Milho; Feijão	Soja; Fumo	Cooperativa; Empresas fumageiras
Agricultor 11	23	23	0	0	20	3	Fumo; Feijão; Milho	Fumo; Feijão; Milho	Cooperativa; Empresas fumageiras; ou atravessadores
Agricultor 12	30	8	22	0	26	4	Soja; Milho; Fumo; Gado de corte	Soja; Milho; Fumo; Gado de corte	Cooperativas; Empresas fumageiras
Agricultor 13	80	12	68	0	66	14	Soja	Soja	Cooperativa
Agricultor 14	48	48	0	0	40	8	Soja; Milho; Gado de Corte	Soja; Milho; Gado de Corte	Cooperativa
Agricultor 15	33	33	0	0	28	5	Soja	Soja	Cooperativa
Agricultor 16	23	23	0	0	12	11	Soja; Milho; Gado de Corte	Soja	Cooperativa
Agricultor 17	48	28	20	0	30	18	Soja; Milho	Soja	Cooperativa
Agricultor 18	21	21	0	5,5	9,5	6	Fumo; Feijão; Milho	Feijão; Milho	Atravessadores; Empresas fumageiras

Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo, 2020

Quanto à área total de terra dos respondentes, varia de 12 a 90 hectares. 17 agricultores familiares entrevistados possuem terra própria, sendo que 12 trabalham apenas em sua terra própria, quatro trabalham em área própria e alugam terra de terceiros e um trabalha em terra própria e aluga terra para terceiros. Apenas um dos entrevistados não possui terra própria, mas aluga a terra de seu pai e de terceiros.

Em relação a utilização da terra, os agricultores familiares produzem soja, milho, feijão, fumo, pastagem, gado de leite e de corte. Alguns estabelecimentos agropecuários são voltados apenas a uma atividade, como é o caso de dois que produzem apenas soja, enquanto outros se dedicam a até quatro atividades.

Com relação ao que é produzido na terra dos agricultores participantes da pesquisa, destaca-se o seguinte: três produzem soja, milho, feijão e gado de leite; dois produzem soja, milho, feijão e fumo; dois soja e milho; dois produzem apenas soja; dois se dedicam a produção de soja; milho e gado de corte; dois agricultores produzem fumo, feijão e milho. Os outros cinco entrevistados se dedicam a uma das seguintes atividades a seguir: soja e gado de corte; milho e pastagem para o gado de leite; soja, fumo, feijão e gado de corte; soja, milho e gado de leite; soja, milho, fumo e gado de corte.

Como visto no quadro, nota-se a predominância da produção de soja. Dos respondentes 15 produzem soja, sendo produzida exclusivamente para a venda, além disso, em todos os casos, é a principal fonte de renda. De acordo com os agricultores, a grande produção dessa cultura está relacionada a rentabilidade e também por ser uma das culturas que não exige tanta mão de obra. Para plantar, cuidar e colher utiliza-se maquinários.

Para Wesz Junior e Bueno (2008), que realizou um estudo sobre a produção de soja em pequenas propriedades familiares na região das Missões/RS, os fatores que influenciam a produção de soja nos estabelecimentos agropecuários com menores áreas estão relacionados a facilidade de comercialização da produção, da existência de crédito para custear as despesas das lavouras e pela falta de conhecimento de outras culturas viáveis. Na figura 2, é possível observar uma lavoura de soja, localizada no município de Nova Palma/RS.

Figura 2 - Lavoura de soja localizada em Gramado, Nova Palma/RS



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Também se verifica a produção de milho em 15 estabelecimentos agropecuários pesquisados e a produção de feijão em oito. No entanto, diferentemente da soja, o milho e o feijão, em alguns casos, não são produzidos para a comercialização. Apenas cinco agricultores produzem milho para a venda e seis produzem feijão para a venda. De acordo com os agricultores o motivo pelo qual produzem feijão apenas para o consumo familiar e não para a comercialização se dá pelo fato de que é uma cultura sensível ao clima e o preço do produto oscila muito a cada safra. Além disso, outro fator para não produzirem feijão para a comercialização é a dificuldade em achar mão de obra disponível para a colheita.

Figura 3 - Lavoura de feijão localizada em Linha Michelin, Pinhal Grande/RS

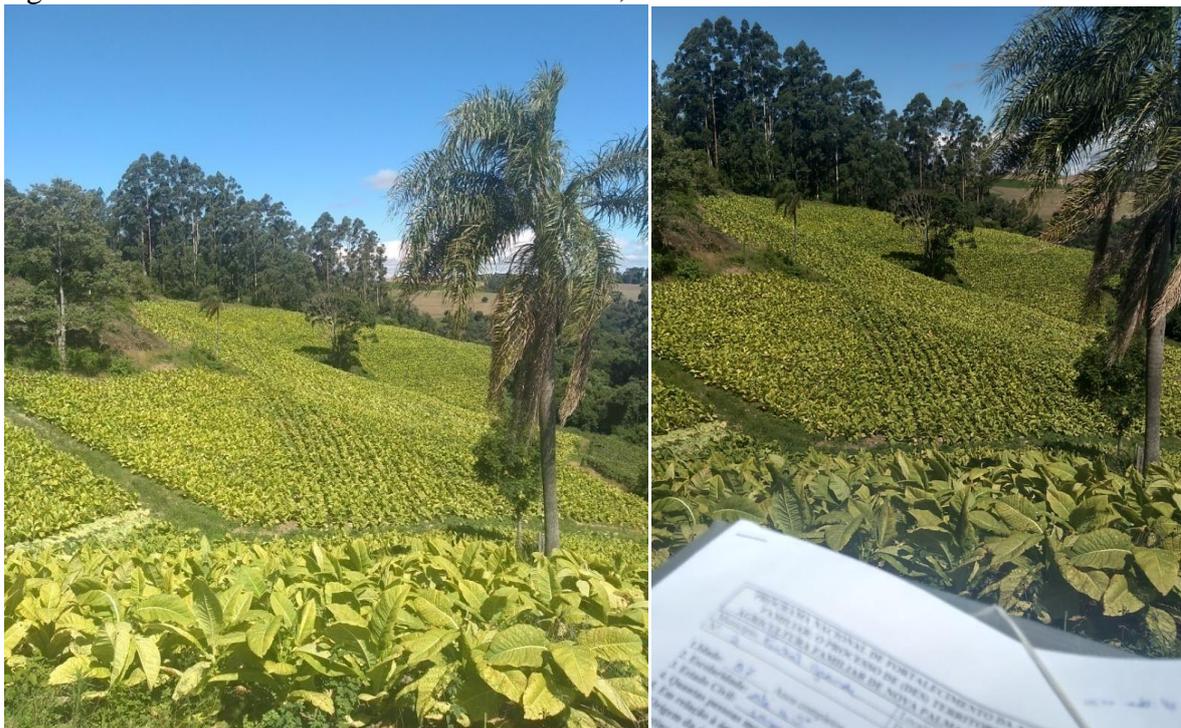


Fonte: Pesquisa de campo, 2020

Quanto ao milho, na grande maioria dos casos é produzido exclusivamente para o abastecimento interno da propriedade, em outros casos é vendido apenas o excedente. Essa cultura é destinada ao consumo dos animais, principalmente nas propriedades com gado de leite, em que é usado para alimentar os animais visando aumentar a produção de leite. Sendo destinado também para a alimentação de suínos e aves.

Também se destaca a produção de fumo, em seis dos agricultores entrevistados. Sendo que em dois desses casos é a principal fonte de renda da família. No entanto foi possível observar o descontentamento dos agricultores em relação a essa cultura. Muitos não têm perspectivas em seguirem nessa atividade, pretendem migrar para outra, pois o produto é pouco valorizado, o preço está baixo, e a cultura exige uma dedicação enorme de mão de obra. A Figura 4 mostra uma lavoura de fumo, do Agricultor 2 PG, a cultura de fumo é a principal fonte de renda deste agricultor.

Figura 4 - Lavoura de fumo em Linha Michelon, Pinhal Grande/RS



Fonte: pesquisa de campo, 2020

Ainda em relação ao que é produzido pelos agricultores respondentes aponta-se a produção de gado de corte e leite. A produção de gado de corte foi observada em cinco entrevistados, sendo quatro casos a produção destinada para a venda, para complementar a renda da família, e em um caso é produzido apenas para o consumo familiar. Em cinco entrevistados tem-se a produção de gado de leite, visando à produção de leite para a

comercialização. Em apenas um desses casos o leite é a principal fonte de renda da família, e nos outros casos a produção de leite é uma maneira de complementar a renda, pois todos recebem pela venda.

A seguir, a Figura 5, evidencia um estabelecimento agropecuário em que a fonte principal de renda é a produção de leite para a comercialização. Também é possível observar na figura uma lavoura de pastagem e ao fundo da figura uma lavoura de milho, ambas destinadas para a alimentação dos animais.

Figura 5 - Estabelecimento agropecuário voltado para a produção de leite, Comércio, Nova Palma/RS



Fonte: Pesquisa de campo, 2020

Referente à produção para o autoconsumo, ela está presente em 100% dos estabelecimentos agropecuários visitados. Os agricultores participantes da pesquisa relatam que é produzido “tudo”. Desde batata, mandioca, ovos, carne, verduras, legumes, até melancia, uva, melão, pipoca. Como muitos relatavam, só não é produzido farinha, sal, açúcar e café. Para Grisa, Gazolla e Schneider (2010), a produção para o autoconsumo é uma importante estratégia de reprodução social da agricultura familiar.

Mesmo com as mudanças técnicas da agricultura na década de 1970, a produção de alimentos para o consumo familiar continua e desempenha diversos papéis na reprodução social, econômica e alimentar. A produção para autoconsumo possibilita os agricultores familiares terem acesso direto aos alimentos, produzindo dentro do próprio estabelecimento e de acordo com os gostos e costumes. Além disso, fortalece a segurança alimentar, devido à

variedade de alimentos que são produzidos e consumidos pela família. Destaca-se ainda que, a produção para o autoconsumo é uma fonte de renda não-monetária, que possibilita as famílias economizarem recursos na compra de alimentos, além de ser uma estratégia de diversificação dos meios de vida, o que contribui para a estabilidade socioeconômica das famílias rurais (GRISA, GAZOLLA;SCHNEIDER, 2010). A Figura 6, mostra alguns alimentos produzidos para o autoconsumo familiar dos agricultores familiares entrevistados.

Figura 6 - Alguns alimentos produzidos para o autoconsumo familiar em Nova Palma e Pinhal Grande/RS



Fonte: Pesquisa de campo, 2020

Com relação ao destino produção agrícola a comercialização se dá em empresas fumageiras<sup>10</sup>, cooperativas agrícolas ou então através de atravessadores. Todos os respondentes que plantam fumo, ou seja, em seis casos a produção é vendida diretamente para a empresa fumageira em que o agricultor tem contrato. A comercialização da produção em cooperativas apareceu em 17 casos entrevistados, principalmente quando se trata da venda de grãos e leite. Já a venda através de atravessadores apareceu em três casos, um caso em que o agricultor comercializa gado de corte, outro caso em que o agricultor alterna a venda de grãos entre cooperativas e atravessadores, e o terceiro caso é de um agricultor que vende toda a sua produção de grãos para atravessadores.

Para Ramírez, Souza e López (2021), a comercialização da produção da agricultura familiar pode ser de duas formas, sendo através de canais longos de comercialização (venda de produtos *in natura* a intermediários ou atravessadores, venda de matéria prima para

<sup>10</sup>As empresas fumageiras adotam um modelo de integração vertical, que é formalizado através de contratos. As empresas fumageiras fornecem aos agricultores os insumos necessários para a produção, a assistência técnica e garante a aquisição da produção, em troca o agricultor é responsável pelo manejo da cultura e qualidade do produto final (SCHIMIDT, et al., 2009).

empresa) e através de canais curtos de comercialização (venda direta ao consumidor, ou seja, a venda do produtor para o consumidor final). Tanto os canais longos quanto os canais curtos de comercialização têm suas vantagens e desvantagens.

Os pontos positivos dos canais longos de comercialização estão relacionados principalmente com o fato do agricultor não ter custos com o transporte até o consumidor, já a desvantagem está relacionada com a imposição do preço por parte de quem compra. Quanto aos canais curtos de comercialização, as vantagens estão relacionadas à construção social dos mercados e com a aproximação entre os agricultores e os consumidores finais, já as desvantagens estão relacionadas com o custo do transporte, principalmente quando se trata de feiras, pois a venda pode não compensar o investimento realizado para o transporte dos produtos (RAMÍREZ; SOUZA; LÓPEZ, 2021).

Como visto anteriormente, no território em estudo o principal destino da produção dos agricultores são para cooperativas agropecuárias da região, isso porque os principais produtos comercializados são grãos e leite. Para Ferreira e Braga (2004), em algumas regiões, as cooperativas são o único canal de comercialização que os agricultores têm para vender a sua produção e também comprar insumos agrícolas. Além disso, as cooperativas podem representar um setor gerador de empregos, reforçando seu papel no desenvolvimento regional.

Em relação às políticas públicas, dos 18 agricultores entrevistados, verifica-se que nenhum é beneficiário do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família<sup>11</sup>. Além disso, nenhum vende ou já vendeu para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a maioria dos agricultores não demonstram interesse em participar, outros nem conhecem o programa.

Quanto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, todos os entrevistados acessam essa política pública. Ressalta-se que, uma das condições para participar da pesquisa era ser usuário do programa. Como pode-se observar no Quadro 11, os agricultores familiares entrevistados acessam o programa há mais de 12 anos, chegando em alguns casos acessarem o programa há mais de 20 anos. Distribuindo-se da seguinte forma:

---

<sup>11</sup>O Programa de Transferência de Renda Bolsa Família tem como população alvo famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. O programa transfere por mês uma quantia em dinheiro diretamente para as famílias beneficiárias e acompanha as famílias nas áreas de saúde e educação. Para ser beneficiário do programa, o principal requisito é a "renda mensal por pessoa". As famílias em situação de pobreza extrema são aquelas que têm renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa, essas famílias podem entrar no Bolsa Família mesmo se não tiver crianças ou adolescentes. Já, as famílias em situação de pobreza são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa. Essas famílias participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. Dessa forma, para participar do programa é preciso se inscrever no Cadastro Único e aguardar a análise de um sistema informatizado (BRASIL, 2021).

três entrevistados acessam o programa há 12 anos, um há 14 anos, cinco há 15 anos, um há 18 anos, um há 19 anos, quatro há 20 anos, dois há 22 anos e um há 23 anos.

Quadro 11 - Período de tempo e destino de crédito acessado pelos agricultores familiares de Nova Palma e Pinhal Grande/RS

Entrevistado	Há quantos anos utiliza o Pronaf?	Crédito acessado		
		Custeio	Investimento	Ambos
Agricultor 1	14			x
Agricultor 2	18	x		
Agricultor 3	20			x
Agricultor 4	15			x
Agricultor 5	15			x
Agricultor 6	15			x
Agricultor 7	20			x
Agricultor 8	22			x
Agricultor 9	15			x
Agricultor 10	22			x
Agricultor 11	20			x
Agricultor 12	23			x
Agricultor 13	12		x	
Agricultor 14	15			x
Agricultor 15	12			x
Agricultor 16	19			x
Agricultor 17	12	x		
Agricultor 18	20			x

Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo, 2020

Os agricultores familiares participantes do estudo utilizam o crédito acessado para custeio e investimento. Como visto no quadro acima, 15 entrevistados acessam os recursos do Pronaf para ambos os créditos, custeio e investimento. Utilizando o montante para cobrir os custos das lavouras e adquirir maquinários e implementos. Apenas um dos entrevistados utiliza o crédito somente para investimento. O agricultor cobre os custos das lavouras com recurso próprio, vem acessando o crédito Pronaf, apenas para a aquisição de uma colheitadeira. Dois entrevistados utilizam o recurso somente para custeio. Após essa caracterização dos agricultores entrevistados e dos estabelecimentos agropecuários, a seguir, será apresentado os resultados obtidos em relação ao Pronaf no processo de transformação do território de Nova Palma e de Pinhal Grande. Para tal, foi levada em consideração a dimensão econômica, cultural e natural do território em estudo.

## **5.2 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no processo de transformação do território da Quarta Colônia de Imigração Italiana: análise de Nova Palma e Pinhal Grande/RS**

O território, para Saquet (2005), é multidimensional, englobando as dimensões econômica, política, cultural e da natureza exterior ao homem, denominada de E-P-C-N. Essa combinação das dimensões sociais somadas com à natureza exterior ao homem influenciam no processo de apropriação e produção territorial (VALE, SAQUET; SANTOS, 2005). Diante disso, na presente pesquisa foi levado em consideração a dimensão econômica, cultural e natural ao analisar se o Pronaf tem gerado ou não transformações no território de Nova Palma e Pinhal Grande.

Tendo em vista coletar essas informações foi elaborado um questionário, (considerando a literatura sobre o tema, tendo como base Saquet (2007, 2009, 2013) e aplicado aos agricultores familiares que compõe o território. Para melhor visualização e compreensão dos achados do estudo serão apresentados três quadros com os resultados encontrados em cada dimensão, iniciando com os resultados da dimensão econômica.

### *5.2.1 Pronaf e as transformações na dimensão econômica do território de Nova Palma e Pinhal Grande/RS*

O Quadro 12, apresenta os resultados encontrados na dimensão econômica do território de Nova Palma e Pinhal Grande. Na dimensão econômica foram abordadas questões de transformações sobre produção, transformação na estrutura do estabelecimento agropecuário, transformações sobre diversificação, transformação sobre capacidade de geração de renda e transformação no modo de comercialização da produção. O quadro apresenta as questões que foram realizadas na dimensão econômica, seguida das respostas dos agricultores. Os números de um a 18 representam cada um dos entrevistados, na ordem de aplicação dos questionários (e apresentados no Quadro 11 acima). No questionário os agricultores tinham a opção de resposta “SIM”, “INDIFERENTE” e “NÃO”, conforme é possível verificar no Apêndice A, dessa forma a opção “SIM” é representada por “✓”, INDIFERENTE é representado por “-”, e “NÃO” é representado por “x”.

Quadro 12 - Pronaf e as transformações na dimensão econômica do território de Nova Palma e Pinhal Grande/RS

		AGRICULTOR:																			
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18		
ECONÔMICO	Transformações sobre produção	O Pronaf possibilitou o aumento da área plantada?	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x	✓	x	✓	✓	x	
		O Pronaf possibilitou o aumento da produtividade?	-	✓	✓	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x	✓	x	✓	✓	x
		O Pronaf permitiu a compra de terra?	x	x	x	x	✓	x	x	✓	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
		O Pronaf permitiu a troca do sistema produtivo?	✓	x	✓	✓	-	x	✓	✓	✓	✓	x	✓	x	x	x	x	x	x	x
	Transformação na estrutura estabelecimento agropecuário	O Pronaf influenciou na aquisição de trator?	✓	-	✓	✓	✓	✓	✓	x	✓	✓	✓	✓	x	✓	x	✓	✓	✓	
		O Pronaf permitiu a compra de implementos agrícolas?	✓	x	✓	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x	✓
		O Pronaf auxiliou na construção de galpão/silos?	✓	x	✓	x	✓	✓	✓	x	x	-	✓	✓	x	x	x	✓	x	x	
	Transformações sobre diversificação	O Pronaf contribuiu para a especialização em determinadas culturas e atividades?	-	x	✓	x	x	x	✓	x	x	x	x	x	x		✓	✓	✓	✓	
		O Pronaf permitiu a diversificação dos cultivos(produção)?	✓	x	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	-	x	x	x	x	
		A partir do Pronaf diminuiu o número de culturas e atividades no estabelecimento agropecuário?	✓	x	✓	x	x	-	x	x	x	x	x	✓	✓	x	-	x	-	x	
	Transformação sobre capacidade de geração de renda	O Pronaf aumentou o endividamento?	✓	x	✓	✓	x	x	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x	x	x	x	x	
		A partir do Pronaf aumentou a renda?	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
	Transformação no modo de comercialização da produção	Com o Pronaf a forma de comercialização da produção mudou?	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x	x	✓	✓	x	x	x	✓	✓	
		O Pronaf possibilitou a ampliação dos mercados compradores?	✓	x	x	x	✓	x	✓	✓	✓	-	x	✓	✓	✓	x	x	x	x	
		O Pronaf facilitou a venda em feiras?	✓	x	-	x	x	x	-	-	-	✓	✓	-	x	-	x	x	x	x	
		O Pronaf estimula a venda no programa de Merenda Escolar (PNAE)	-	x	-	x	x	x	-	-	x	✓	-	-	x	-	x	x	x	x	
		O Pronaf fez com que participasse mais da Camnpal ou outra cooperativa?	✓	-	✓	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x	✓	x	x	x	✓	✓	✓	
		O Pronaf reduziu a participação em cooperativas e associações?	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: pesquisa de campo, 2020.

No território em questão tratando-se de **transformações sobre a produção** nota-se que o Pronaf, tem contribuído para a ampliação da área plantada e aumento da produtividade. Para 15 entrevistados o Pronaf possibilitou o aumento da área plantada e apenas para três a resposta foi negativa. Referente a produtividade 13 entrevistados responderam que o Pronaf é responsável pelo aumento da produtividade, já outros quatro acreditam que a política de crédito não possibilitou o aumento da produtividade, e para um, a política é indiferente, fato que evidencia o caráter produtivista da política pública. De acordo com os agricultores participantes da pesquisa, os recursos disponibilizados pelo Pronaf contribuem para aumentar a produtividade, pois conseguem ter o dinheiro para comprar sementes de boa qualidade e os insumos na hora certa, isso acaba consequentemente aumentando a produtividade.

Além disso, embora o Pronaf não seja uma política pública de para aquisição de terra nota-se que em dois casos pesquisados o programa permitiu a compra de terra. Nesses dois casos os agricultores relatam que mesmo o Pronaf não disponibilizando recursos para a compra de terra, devido ao fato dele disponibilizar recursos para custear as despesas da lavoura, possibilitando o aumento da área plantada e da produtividade, foi possível comprar terra, pois a renda, o capital de giro aumentou. Para 16 entrevistados o Pronaf não permitiu a compra de terra.

Com relação as **transformações na estrutura dos estabelecimentos**, percebe-se que o Pronaf possibilitou a estruturação e modernização dos estabelecimentos agropecuários. Em 14 casos o programa influenciou na aquisição de trator e em 15 casos possibilitou a compra de maquinários e implementos agrícolas. Com isso, fica evidente que a política de crédito cumpre com a função de "modernizar" e tecnificar as unidades de produção.

Para Gazolla, Viganó e Marini (2020) a tendência de aquisição de maquinários é resultado do expressivo volume de recursos distribuídos para o custeio agrícola. Ou seja, devido ao aumento das áreas plantadas de grãos e *commodities* e da redução do número de membros na família para ajudarem nas atividades, o agricultor acaba necessitando de maquinários e tecnologias para desenvolver essas atividades. Formando-se assim um círculo vicioso em torno dos recursos distribuídos pelo Pronaf, em que os recursos disponibilizados para custeio e investimento, acabam tendo um viés tecnológico, voltando-se para a produção das mesmas culturas de grãos e *commodities* (GAZOLLA; VIGANÓ; MARINI, 2020).

Essa modernização da agricultura se consolida no território de Nova Palma e Pinhal Grande e é responsável por parte das características territoriais. Para Saquet e Abrão (2017, p.109) “a paisagem é remodelada a fim de atender às exigências de um mercado

competitivo, imediatista e excludente e não mais às necessidades de consumo dos agricultores familiares.”

Quanto **as transformações sobre a diversificação**, nota-se que no território em estudo o Pronaf não tem tanta interferência. O território tem como característica estabelecimentos agropecuários que desempenham mais de uma atividade, ou seja, na grande maioria dos casos não são propriedades que se especializam em determinada atividade apenas. O Pronaf tem contribuído para manter as atividades que já estavam sendo desenvolvidas pelos agricultores, em alguns 11 casos o programa tem contribuído para diversificar a produção, como é o caso da produção de leite, em que cinco agricultores passaram a desenvolver essa atividade juntamente com as outras, como por exemplo, milho, soja e feijão, que já desenvolviam. Com isso, percebe-se que o Pronaf, no território em questão, fomentou as atividades existentes e, além disso, possibilitou a ampliação das atividades.

O que ocorre em algumas safras, de acordo com os agricultores, é a redução ou aumento da área plantada, por exemplo, diminui a área plantada de feijão e aumenta a de milho, diminui a área de milho e aumenta a área de soja, mas o número de culturas dentro do estabelecimento agropecuário se mantém o mesmo. Para os agricultores o aumento ou redução da área plantada está diretamente ligado ao preço do produto, e não com o Pronaf em si.

Outro ponto que faz com que o agricultor se especialize em determinada atividade é a idade avançada, exemplo disso pode-se citar o Agricultor 3, que quando mais jovem, ele plantava fumo, feijão, milho. Atualmente com 71 anos, e sua esposa, com 70 anos passaram a se dedicar somente a produção de leite. Além da idade avançada outro fator que contribuiu para isso foi a questão de os filhos saírem para estudar e não voltarem para o campo. Diante disso, com toda a propriedade para cuidar decidiram optar por apenas uma atividade que não exigisse tanto esforço físico. Eles continuam plantando milho, mas somente para tratar os animais.

A mão de obra é um fator importante no processo de planejamento e manutenção de um estabelecimento de agricultura familiar, ou seja, a gestão desses estabelecimentos é muito dependente da mão de obra familiar. A partir do momento que os filhos saem do campo surge dificuldade de renovação da mão de obra familiar, resultando em dúvidas do que será feito com o estabelecimento. Dessa forma, tentando suprir a falta de mão de obra, uma das estratégias tem sido o investimento em tecnologias. Além da falta de mão de obra, devido à saída dos filhos do estabelecimento, surgem outras consequências como o envelhecimento e a masculinização do campo (SPANVELLO; MOREIRA; LINKE, 2017).

Para Matte e Machado (2016), os principais fatores que contribuem para a saída dos jovens do campo são a dificuldade de obtenção de terra, falta de incentivo dos pais, penosidadedas atividades realizadas dentro do estabelecimento agropecuário, comparação entre o rural e o urbano, desigualdade de gênero, busca por estudo e expectativa profissional. Por conta disso, tem-se como consequências o envelhecimento da população rural, a masculização, dificuldades na formação de novas famílias, além de pais sem amparo na velhice.

No que se refere as **transformações sobre a capacidade de geração de renda**, verifica-se que para nove respondentes o Pronaf contribuiu para o endividamento, mas de outro lado em todos os casos entrevistados possibilitou o aumento da renda. Para metade dos entrevistados o Pronaf é responsável pelo endividamento. Os agricultores que perceberam o aumento das contas a pagar devido ao Pronaf relatam que as contas aumentaram, pois em muitos casos são financiamentos de tratores, plantadeiras, pulverizadores, colheitadeiras, entre outros implementos agrícolas, mas os agricultores relatam que estão conseguindo cumprir com as suas obrigações.

Os agricultores relatam que sem os recursos do Pronaf seria muito difícil conseguir estruturar a propriedade e adquirir maquinários. Esse aumento das contas a pagar, devido a aquisição de maquinários, conseqüentemente acaba aumentando a renda, pois os agricultores conseguem ter seus próprios implementos para plantar, cuidar e colher as plantações, na hora certa. Em todos os casos pesquisados, os agricultores disseram que o Pronaf aumentou a renda, ficando evidente a importância dessa política pública para a geração de renda e permanência dos agricultores nas atividades.

Já quando se trata das **transformações no modo de comercialização** da produção verifica-se que o Pronaf não tem alterado muito essa questão. A metade dos agricultores entrevistados acredita que com o Pronaf a comercialização mudou, já a outra metade acredita que não. Além disso, dez entrevistados acreditam Pronaf não possibilitou a ampliação dos mercados compradores, sete acreditam que sim e para um a política é indiferente. Conforme relatam os agricultores no território existem cooperativas agrícolas que atuam há anos, sendo o principal destino de comercialização da produção. A grande maioria dos agricultores entrevistados, 17 deles, sempre venderam a produção para cooperativas e continuam vendendo.

Para onze respondentes a política de crédito fez com que participasse mais de cooperativas, seis agricultores relatam que o Pronaf não interferiu nisso, e um acredita que a política é indiferente. De outro lado, observa-se que para todos os entrevistados acreditam que

com o Pronaf não reduziu a participação em cooperativas, pelo contrário o programa fez com que participassem mais das cooperativas. O aumento da participação em cooperativas tem relação com o Pronaf, pois os agricultores relatam que a partir do Pronaf passaram a comprar mais sementes, mais fertilizantes e todos os insumos necessários para produzir. Além disso, as cooperativas da região prestam assistência técnica aos agricultores.

As cooperativas agropecuárias segundo Ferreira e Braga (2004), desempenham um relevante papel econômico e social, isso pelo fato de que em muitas regiões representam uma das poucas possibilidades de agregação de valor ao produto rural, e também por ser um canal de inserção dos pequenos e médios produtores em mercados concentrados. Além disso, são organizações que atuam visando o desenvolvimento local e regional (MORAES; SCHWAB, 2019).

Para Moraes e Schwab (2019), as cooperativas são organizações importantes para o fortalecimento dos pequenos estabelecimentos agropecuários, pois juntos reúnem forças para ter destaque e espaço no mercado competitivo. Além do retorno monetário que as cooperativas geram, os autores destacam dois pontos importantes dessas organizações, o primeiro relacionado à ação das cooperativas como um canal para os agricultores comercializarem a produção, e com isso terem acesso aos mercados institucionais. E o outro ponto, destaca o cooperativismo como um meio de promover a sucessão familiar rural.

No território em estudo o Pronaf não facilitou a venda em feiras, por dois motivos. O primeiro deles pelo fato de não existir feiras no território, e o segundo por atuar nas propriedades que produzem *commodities*. Ressalta-se que nenhum dos entrevistados participa de feiras, os dois agricultores que responderam “sim”, mesmo não participando de feiras, acreditam que o Pronaf facilita a venda em feiras. Do mesmo modo ocorre com a venda para a merenda escolar, nenhum dos entrevistados participa do PNAE, apenas um agricultor acredita que o Pronaf possa estimular a venda no programa de merenda escolar. A maioria optou por responder “indiferente” ou “não”, por não conhecer o programa.

Verifica-se que as principais mudanças ocorridas na dimensão econômica do território de Nova Palma e Pinhal Grande devido ao Pronaf foram a ampliação da área plantada, aumento da produtividade, estruturação e modernização dos estabelecimentos agropecuários. Além destas transformações, mesmo tendo aumentado as contas a pagar devido aos financiamentos do Pronaf, tem-se o aumento da renda dos agricultores devido ao programa. A seguir, a próxima seção apresenta sobre as transformações na dimensão cultural do território de Nova Palma e Pinhal Grande devido ao Pronaf.

### *5.2.2 Pronaf e as transformações na dimensão cultural do território de Nova Palma e Pinhal Grande/RS*

Na dimensão cultural do território abordou-se a questão das transformações sobre relações tradicionais, transformações sobre identidades, transformações no modo de fazer, transformações nas relações com a comunidade. A seguir, o Quadro 13, apresenta os resultados encontrados no estudo.

Quadro 13 - Pronaf e as transformações na dimensão cultural do território de Nova Palma e Pinhal Grande/RS

		AGRICULTOR:																		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
CULTURAL	Transformações sobre relações tradicionais	A partir do Pronaf aumentou a dependência de agências bancárias?	✓	✓	✓	-	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x	x	✓	✓	✓
		A partir do Pronaf aumentou a dependência de cooperativas?	x	✓	x	x	x	✓	✓	✓	x	✓	x	✓	✓	x	x	-	x	✓
		O Pronaf melhorou as perspectivas para os filhos continuarem na agricultura?	✓	x	x	x	-	x	✓	x	✓	✓	✓	x	x	✓	x	-	-	-
		O Pronaf influencia os filhos a ficarem na propriedade?	✓	x	✓	x	-	x	✓	✓	✓	✓	✓	x	x	✓	x	-	-	-
		A partir do Pronaf houve aumento na participação das mulheres nas atividades do estabelecimento agropecuário?	x	-	✓	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x	✓	-	-
		A partir do Pronaf houve aumento na participação das mulheres na gestão?	x	-	x	✓	-	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x	x	✓	✓	-	-
		O acesso do Pronaf aumentou a participação dos filhos nas atividades do estabelecimento agropecuário?	-	✓	x	x	-	x	✓	x	✓	✓	✓	x	x	✓	x	-	-	-
		O acesso do Pronaf aumentou a participação dos filhos na gestão?	-	✓	x	x	-	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x	x	x	-	-	-
	Transformações sobre identidades	O Pronaf alterou a paisagem do território/da comunidade que você mora?	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
		Com o Pronaf ocorreu perda das características do território/comunidade?	x	x	✓	-	✓	x	v	x	-	x	x	✓	✓	x	-	x	x	x
		A partir do uso do Pronaf a paisagem da comunidade mudou?	x	-	✓	✓	x	✓	x	✓	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Transformações no modo de fazer	O Pronaf alterou a forma como é realizada a produção de alimentos para o consumo familiar?	-	x	✓	✓	✓	x	✓	✓	✓	x	x	x	x	✓	x	x	✓	x
		A partir do acesso ao Pronaf diminuiu a plantação de alimentos básicos para o consumo familiar?	✓	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	✓	x
		A partir do Pronaf foi deixado de lado as experiências e os costumes no modo de plantar e colher?	✓	x	✓	x	x	x	✓	✓	✓	✓	x	x	✓	x	x	✓	x	-
	Transformações nas relações coma comunidade	Com o Pronaf diminuiu o trabalho comunitário/mutirão?	✓	✓	✓	x	x	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x	x	✓	✓	x
		Com o Pronaf diminuiu a cooperação entre vizinhos?	✓	✓	✓	x	x	x	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x	x	✓	x	x
		Com o Pronaf diminuiu a sociedade/ plantar em parceria com parente/amigo?	✓	✓	✓	-	-	x	✓	✓	✓	x	x	x	✓	x	x	✓	x	x
		Devido ao Pronaf diminuiu a participação nos eventos realizados pelas comunidades (festas, torneios.)?	x	✓	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	✓	x	x	✓	x	x
		A partir do Pronaf diminuiu a frequência com que vão a igreja?	x	x	x	x	x	x	✓	x	x	-	✓	✓	✓	x	x	x	x	x
		Com o Pronaf aumentou a competitividade entre vizinhos e familiares?	x	x	✓	✓	x	x	✓	✓	✓	-	✓	✓	✓	x	x	✓	✓	x

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Quanto a **transformação sobre as relações tradicionais** nota-se que para 15 agricultores, devido ao Pronaf, aumentou a dependência de agências bancárias, apenas para dois a política de crédito não desencadeou no aumento da dependência, e para um participante o programa é indiferente. Com isso percebe-se que a partir do Pronaf os agricultores se tornaram mais dependentes das agências bancárias. Isso, porque a cada ano safra recorrem às agências para financiarem a produção, ou então contratar o crédito investimento.

Já em relação à dependência de cooperativas, para nove agricultores participantes da pesquisa o Pronaf não tem interferido, mesmo antes de existir o Pronaf os agricultores já compravam insumos e comercializavam a produção nas cooperativas, visto que é região em que existem cooperativas com mais de 50 anos de atuação. Para oito entrevistados o Pronaf foi responsável pelo aumento da dependência de cooperativas, e para um a política de crédito é indiferente. O que aconteceu a partir do Pronaf foi que os agricultores passaram a demandar insumos, sementes, agrotóxicos, em quantidades maiores, pois as áreas de plantio aumentaram.

Nota-se também que o Pronaf não influencia os filhos a ficarem na propriedade a continuarem na agricultura. Dos 18 agricultores familiares respondentes em apenas um caso o filho continua na propriedade, mesmo após ter concluído um curso técnico. Isso demonstra a necessidade de existir políticas públicas específicas para apoio e incentivo da permanência dos jovens no meio rural. Neste sentido, para Abramovay et al., (2001), que realizaram um estudo sobre a questão sucessória no oeste de Santa Catarina, os fatores determinantes para a permanência ou saída do jovem do campo estão relacionados à expectativa de geração de renda e a baixa escolaridade. Para os autores existe uma relação inversamente proporcional entre o grau de escolaridade e a permanência do jovem no campo, ou seja, quanto mais escolarizado for o jovem, menor é a probabilidade dele permanecer no campo.

Ressalta-se também, que a partir do Pronaf aumentou a **participação das mulheres nas** atividades dentro do estabelecimento e na gestão. Em onze casos aumentou a participação das mulheres nas atividades do estabelecimento agropecuário, devido ao Pronaf, em três casos não, e para quatro agricultores a política de crédito é indiferente. A partir do Pronaf aumentou a participação das mulheres na gestão em dez casos, em quatro casos não e para os outros quatro entrevistados a programa é indiferente nesse quesito.

Conforme relatado pelos agricultores entrevistados, as suas esposas as mulheres participam nas mais diversas atividades dentro das propriedades rurais, desde o cuidado com a horta, com os animais, nas plantações e colheitas de fumo, milho, feijão até dirigir trator. Além disso, em todos os casos entrevistados, que tinham como uma de suas atividades a

produção de leite, os agricultores relatam que são as mulheres que realizam todas as atividades da ordenha. Quanto a parte de gestão, mesmo sendo o homem que, na grande maioria das vezes, vai até as agências bancárias para realizar o custeio ou investimentos, as decisões são tomadas em conjunto.

Para Dorregão (2018), que estudou sobre a participação das mulheres na atividade leiteira de Orleans/SC, as mulheres participam ativamente da atividade leiteira, cuidando dos animais, da higienização e da ordenha, são protagonistas do processo produtivo, no entanto muitas vezes não se reconhecem como tal. Apesar de desempenharem um papel importante na atividade, a parte de gerencia e comercialização da produção fica sob responsabilidade do homem. Para Magalhães (2009), a partir do momento que a produção de leite se torna destinada para a comercialização, os homens passam a exercer o controle da atividade, acentuando ainda mais o domínio masculino sobre produção familiar e aumentando as desigualdades de gênero no acesso aos recursos. Ou seja, as mulheres atuam no processo produtivo, mas não na tomada de decisão, na gestão.

Referente influência do Pronaf nas **transformações sobre identidades**, verifica-se que ocorreram mudanças, principalmente na paisagem do território. Para 17 entrevistados o Pronaf alterou a paisagem do território, no entanto 13 entrevistados consideram que não ocorreu a perda das características do território. As principais mudanças relatadas são a expansão das lavouras, derrubada de matas, substituição de bois por tratores, a melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos agropecuários e melhoria da qualidade de vida. O Agricultor 10, relata que com o passar dos anos foi aberto lavouras no território, em lugares em que não ia nem boi e carroça, hoje vai trator.

Quanto a transformação no modo de fazer nota-se que ocorreram algumas mudanças como no modo de plantar e de colher. Em oito casos, a partir do Pronaf foi deixado de lado as experiências e costumes no modo de plantar e de colher, para os agricultores participantes da pesquisa isso não é algo negativo, pelo contrário estas mudanças foram positivas. Conforme relatou o Agricultor 3, devido ao Pronaf, o processo de plantar, cuidar a plantação e colher se tornou menos “sofrido” e mais rápido, ele conta que antigamente para plantar usavam cavadeira, era demorado, levavam dias para plantar uma lavoura, atualmente com os maquinários comprados com os recursos do Pronaf, para plantar a mesma lavoura são questão de horas. Para nove entrevistados o acesso ao Pronaf não influenciou, não fez com fosse deixado de lado às experiências e os costumes no modo de plantar e colher, e para um agricultor familiar participante da pesquisa o programa é indiferente nessa questão.

Quanto a produção de alimentos para consumo familiar, não diminuiu devido ao Pronaf, pelo contrário aumentou. Para 15 respondentes a partir do Pronaf não diminuiu a plantação de alimentos básicos para o consumo familiar, apenas três relatam que diminuiu. Os agricultores comentam que devido as facilidades do Pronaf, principalmente pela questão de ter os maquinários para trabalhar nas lavouras, sobrou mais tempo para cuidar e produzir alimentos para o consumo da família.

Para Saquet e Abraão (2017), os territórios são formados em períodos longos de tempo e as mudanças que ocorrem com o passar do tempo, não necessariamente alteram a configuração territorial anterior. As mudanças ocorridas no território de Nova Palma e Pinhal Grande, devido ao Pronaf, são exemplos disso. Na agricultura familiar do território em estudo, há uma intensa produção grãos, como soja e milho, mas ao mesmo tempo a produção de subsistência permanece, como a produção de mandioca, batata, ovos, carne, frutas, verduras. A produção de alimentos para o consumo familiar é uma característica resultante do processo histórico de formação do território de Nova Palma e Pinhal Grande, e se mantêm até os dias de hoje.

Em relação **as transformações com a comunidade**, verifica-se que para 12 respondentes, a partir do Pronaf, reduziu o trabalho comunitário/mutirão, para seis a política de crédito não interfere nisso. Os agricultores relatam que antigamente era comum fazer “puxirão”, mas que a partir do Pronaf isso diminuiu, pois, cada agricultor passou a ter seus próprios maquinários. Outro ponto que vale destacar é que, para dez entrevistados, a partir do Pronaf aumentou a competitividade entre vizinhos, enquanto que para sete o programa não aumentou a competitividade e para um entrevistado a política de crédito é indiferente nesse quesito. Na conversa realizada durante a aplicação dos questionários, os agricultores que acreditam que o Pronaf tenha influenciado na competitividade entre vizinhos e parentes dizem que, se um compra um trator o outro compra um melhor.

Nota-se que com o Pronaf não diminuiu a participação nos eventos realizados pela comunidade e na frequência em que vão à missa. Para 13 entrevistados o Pronaf não reduz a frequência com que vão a igreja, para um a política de crédito é indiferente, e para quatro o programa tem influência nesse quesito. O mesmo ocorre com a participação nos eventos realizados pelas comunidades (festas, torneios de futebol), para 15 agricultores a partir do Pronaf não diminuiu a participação em eventos, apenas três casos relatam que diminuiu a participação nesses eventos. Os agricultores que responderam “sim” justificam a escolha dizendo que a partir do Pronaf passaram a trabalhar mais para pagar as contas e consequentemente o tempo para descansar/sair diminuiu.

Devido ao Pronaf, as principais transformações que ocorreram na dimensão cultural do território de Nova Palma e Pinhal Grande foram o aumento da dependência de agências bancárias, aumento da participação das mulheres nas atividades e na gestão dos estabelecimentos agropecuários, mudanças na paisagem do território (mais lavouras, estabelecimentos agropecuários mais estruturados), redução do trabalho comunitário e aumento da competitividade entre vizinhos. A seguir, a próxima seção apresenta as transformações ocorridas na dimensão natural do território em estudo.

### *5.2.3 Pronaf e as transformações na dimensão natural do território de Nova Palma e Pinhal Grande/RS*

Já na dimensão ambiental, levou-se em consideração transformações concentradoras, degradantes e poluidoras, e transformações no modo de manejo do solo, como pode-se observar no Quadro 14, a seguir.

Quadro 14 - Pronaf e as transformações na dimensão natural do território de Nova Palma e Pinhal Grande/RS

		AGRICULTOR:																		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
NATURAL	Transformações concentradoras e degradantes	Com o Pronaf aumentou o uso de agrotóxico?	✓	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x	x	✓	✓	✓	
		Com o Pronaf diminuiu a área de preservação ambiental?	x	x	x	x	x	x	✓	x	✓	x	✓	x	✓	x	x	x	✓	x
		O Pronaf influenciou nas mudanças no uso da terra – plantio direto ou cultivo mínimo?	-	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x
		A partir do Pronaf aumentou a derrubada de mato nativo para fins de plantio?	-	x	x	x	x	x	✓	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	✓
		Devido ao Pronaf diminuiu a preservação de nascentes e fontes de água?	-	x	x	x	x	x	✓	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
		Devido ao Pronaf as embalagens de agrotóxico passaram a ser descartadas de maneira diferente?	x	x	✓	-	x	✓	✓	x	✓	x	-	x	✓	x	-	x	✓	x
	Transformações no modo de manejo do solo	A partir do Pronaf aumentou a rotação de culturas?	✓	✓	x	x	-	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x	x	✓	x	✓	✓
		Devido ao Pronaf aumentou o uso de práticas corretivas do solo?	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	-	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Quanto a dimensão natural, percebe-se que o Pronaf tem contribuído para transformações no território. Referente as **transformações concentradoras e degradantes**, em 15 aumentou o uso de agrotóxicos devido ao Pronaf, em apenas três casos que não aumentou. De acordo com os relatos dos agricultores, isso está relacionado com o aumento das áreas plantadas, pelo fato de plantar mais o agricultor conseqüentemente compra mais agrotóxicos para as suas lavouras.

Outra mudança que teve foi em relação ao uso da terra, em 15 casos a partir do Pronaf os agricultores passaram a adotar o plantio direto. Devido à compra de maquinários agrícolas os agricultores deixaram de lado o boi e a carroça, pararam de lavrar a terra e passaram a realizar o plantio direto, isso em certa medida é bom, pois reduziu as erosões no solo. O plantio direto é resultado da busca por tecnologias sustentáveis para a agricultura por existirem muitos estabelecimentos com áreas degradadas, devido ao fato de utilizarem técnicas de produção que prejudicam o solo e a água. A técnica do plantio direto vem sendo utilizada na agricultura visando à conservação do solo e a diminuição do consumo de água, sendo eficiente no controle de erosão e plantas daninhas (OLIVEIRA et al., 2018).

Para Oliveira et al. (2018, p.78) “o plantio direto não pode ser considerado apenas como uma técnica de cultivo, mas sim como um sistema de produção e exploração agropecuário que movimenta uma pequena fração do solo procurando garantir juntamente com a rotação de culturas uma proteção permanente da terra”. Além disso, ainda de acordo com os autores, o plantio direto é uma tecnologia agrícola sustentável, que pode ser utilizada tanto dentro de estabelecimentos grandes quanto pequenos, gerando lucro e protegendo o meio ambiente.

Para 14 agricultores não diminuiu a área de preservação ambiental e em 16 casos não foi realizada a derrubada de mato para fins de plantio, devido ao Pronaf. Em alguns casos a área de preservação aumentou. O que ocorreu foi que áreas antes destinadas para potreiro se tornaram lavouras.

Referente as **transformações no manejo do solo**, percebe-se mudanças positivas. A partir do Pronaf onze agricultores passaram a realizar rotação de culturas, seis não e para um o programa é indiferente nessa questão. Além disso, em 17 casos aumentou o uso de práticas corretivas do solo, apenas para um entrevistado o a política de crédito é indiferente nesse quesito. Essas mudanças são positivas, pois os agricultores sabem que além de plantar, colher é importante cuidar do solo.

Para Franchini et al., (2011), as vantagens da rotação de culturas estão na melhora da qualidade física, química e biológica do solo e no controle de pragas, doenças e plantas

daninhas, resultando no aumento da produtividade das culturas e redução de custos devido a racionalização do uso de insumos. Os autores afirmam que a rotação de culturas é um investimento de médio-longo prazo que tem retorno garantido, pois é possível utilizar diferentes espécies de vegetais para a produção de grãos/ou forragens o que amplia a diversificação de renda dentro dos estabelecimentos, diminuindo os riscos de mercado e clima ligados à atividade agrícola.

As principais transformações na dimensão natural do território devido ao Pronaf foram o aumento do uso de agrotóxicos, o plantio direto, a rotação de culturas e a utilização de práticas corretivas de solo. O aumento do uso de agrotóxicos está relacionado com o aumento das áreas de plantio, com o passar dos anos devido ao Pronaf aumentou a área plantada, conseqüentemente os agricultores passaram a utilizar mais agrotóxicos. Mesmo com o aumento do uso de agrotóxicos, verifica-se de outro lado a preservação, principalmente do solo. A partir do Pronaf os agricultores passaram a realizar plantio direto, rotação de culturas e práticas corretivas do solo. Após essa apresentação dos resultados obtidos com a aplicação dos questionários aos agricultores familiares de Nova Palma e Pinhal Grande, a próxima seção apresenta os resultados das entrevistas com os agentes de desenvolvimento de ambos os municípios.

### **5.3 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no processo de transformação do território de Nova Palma e Pinhal Grande/RS: percepção dos agentes de desenvolvimento**

A presente seção apresenta os resultados das entrevistas realizadas com os agentes de desenvolvimento do território de Nova Palma e Pinhal Grande. As entrevistas buscaram informações em relação ao Pronaf no processo de transformação do território dos municípios de Nova Palma e Pinhal Grande. Para tal, o roteiro de entrevistas levou em consideração a dimensão econômica, cultural e natural do território (APÊNDICE B). A seguir serão apresentados os resultados iniciando com as transformações na dimensão econômica do território.

Na dimensão econômica do território foram realizadas questões referentes às transformações sobre a produção; transformações sobre a estrutura dos estabelecimentos agropecuários; transformações sobre a diversificação; transformações sobre a capacidade de geração de renda; e, transformação no modo de comercialização da produção. As questões tinham como propósito verificar se o Pronaf está gerando ou não transformações no território

em estudo, de acordo com a percepção dos agentes de desenvolvimento que atuam nos municípios e tem relação com o programa e com os agricultores familiares.

Referente as **transformações sobre produção** foi questionado se o Pronaf contribuiu para o aumento e ampliação da área plantada e o aumento da produtividade. Todos os entrevistados respondem afirmativamente, que o Pronaf contribuiu, no entanto um deles não menciona de que forma se dá a contribuição do programa. Para três, dos nove entrevistados, o Pronaf possibilitou o aumento da **produtividade**, conforme fala a seguir:

[...]ele favoreceu os agricultores terem um recurso pra poder colocar mais a produção na sua propriedade. Por exemplo, ele pode financiar calcário para melhorar a produção, ele pode fazer o custeio da lavoura para ele poder ter uma maior produtividade e assim ter uma assistência técnica, que aqui é deficiente por parte do órgão governamental, mas pelas cooperativas ele tem essa assistência (Agente 1, PG).

Para dois entrevistados o Pronaf **beneficia o pequeno produtor**, conforme ressalta o entrevistado: *“Com certeza, o pequeno produtor se beneficia desse Pronaf ali, com certeza [...] Através dos financiamentos pro cultivo da safra atual ou seguintes, financiamentos de máquinas, tudo é nessa formação”* (Agente2, NP).O Pronaf, para dois entrevistados, também contribui para a **expansão da área plantada**,*“[...] facilitou, facilitou os produtores com o financiamento de ter uma expansão maior da área de produção, porque se fosse com recurso próprio eles não teriam possibilidade de expandir a parte produtiva”* (Agente1, NP).Destaca-se ainda que o Pronaf dá **voz a categoria agricultura familiar**, conforme mencionado por um entrevistado:

[...] ai então quando vem o Pronaf, ele dá voz a uma categoria que é a agricultura familiar. Essa política pública de crédito não reconhecia esse público, ai o médio e o grande que, que conseguiam os recursos pra se modernizar. A partir do Pronaf com Mais Alimentos, com vários outros projetos junto ali, começa a estruturar. Hoje, tu vai nas propriedades eles tem trator, eles tem uma série de benfeitorias que não tinha antes. Então, o Pronaf foi importantíssimo (Agente5, PG).

Referente às **transformações na estrutura dos estabelecimentos agropecuários**, os entrevistados foram questionados se o Pronaf permitiu modificar a estrutura das propriedades. Assim, dos nove entrevistados todos responderam positivamente, entretanto dois entrevistados não mencionam de que forma o Pronaf contribui para modificar a estrutura das propriedades. Para cinco agentes de desenvolvimento entrevistados o Pronaf auxilia na **aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas**. Como é possível ver na fala a seguir,

Com certeza, tanto no maquinário como melhoria das propriedades. [...] Na medida que tu tem que o pequeno produtor tem acesso a um melhoria, ao financiamento de um maquinário novo, ao financiamento de melhoria em casa, não só a casa mas como todos os outros, como é todas as benfeitorias ele consegue produzir mais, ele consegue armazenar mais, ele tem mais produtividade(Agente 3, PG).

Para quatro entrevistados o Pronaf contribui para a **melhoria dos estabelecimentos agropecuários**. Além disso, para três agentes de desenvolvimento entrevistados o programa tem ajudado no aumento da **produtividade** nos estabelecimentos agropecuários. Conforme destaca o entrevistado de Nova Palma:

Mas quanto a propriedade não tenho dúvidas, a gente consegue melhorar a estrutura da propriedade, diminuir o trabalho, fazer com que o agricultor passe menos trabalho, e estruture melhor a propriedade, com equipamentos, com a organização da propriedade também, em cercas, melhorias da produtividade, com certeza ajuda bastante(Agente 3, NP).

Destaca-se ainda que para dois entrevistados o Pronaf tem contribuído para a **redução da penosidade do trabalho no campo**. Pode-se apontar o Pronaf Mais Alimentos como o responsável por isso, visto que o programa possibilita a compra de máquinas e equipamentos agrícolas, além de melhores tecnologias de produtividade, reduzindo assim a penosidade do trabalho e suprimindo a carência de mão de obra. Além disso, pelo fato do programa possibilitar a redução da penosidade do trabalho, acaba contribuindo para a questão da sucessão familiar, incentivando os filhos a continuarem no meio rural (CAMARA et al., 2020). Como destacado pela entrevistada:

[...] melhorou muito as propriedades, e que as pessoas puderam trabalhar com menos sofrimento, com equipamentos, com mecanismos assim que são tratorizados, mecanizados, que são..,é menos uso de animais também na força do trabalho, então eles favoreceram a sofrer menos também(AGENTE 1, PG).

Os entrevistados foram questionados acerca da influência do Pronaf em relação a diversificação dentro dos estabelecimentos - **transformações sobre diversificação**. Para três entrevistados o programa pode tanto contribuir como não contribuir para a diversificação de cultivos nos estabelecimentos agropecuários. Para dois entrevistados o programa contribui devido ao fato de **financiar diferentes culturas**, como menciona a entrevistada “[...] *na agricultura familiar, aonde que é o forte do Pronaf, e é na agricultura familiar que ele só atua, teve diversificação, produção de leite, tem as agroindústrias, tem a produção de grãos, tem a fruticultura, enfim expandiu*” (Agente 1, NP).

A diversificação nos estabelecimentos agropecuários, para uma entrevistada, está relacionada a melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos agropecuários, conforme pode-

se observar em seu discurso: “*Com certeza, sim. Ele ajudou muito porque muitos tiveram o melhoramento lá da propriedade, melhorou as culturas*” (Agente 1, PG). Para uma entrevistada a diversificação está relacionada com a questão dos produtores com mais recursos, conforme relata a entrevistada:

[...] a diversificação ela vem, normalmente, associada a investimento. Então, muitas vezes as pessoas têm esse medo inicial de investir pelo recurso, então o Pronaf ajudou a acessar esse recurso com uma facilidade maior pra ter essa diversificação, essa mudança, ou mudança de atividade, muitas vezes, ou a melhoria naquela atividade. A partir de você ter esse recurso e já poder em um curto prazo de tempo, pode está trabalhando nessa atividade (Agente 4, NP).

No entanto, para os três entrevistados o programa ao mesmo tempo que contribui para a diversificação não contribui, pois se limita a algumas culturas, fortalecendo a monocultura, principalmente de soja, conforme menciona a entrevistada “*muito na área mecanizada ficou muito individualizado tipo soja, soja e mais soja*” (Agente 1, PG). Para um entrevistado poderia existir mais diversificação, mas os agricultores se limitam as culturas que já estão acostumados a produzir conforme ele relata “*basicamente a gente trabalha demandado, buscando o que o cliente nos procura, então ele vem financiar o que ele já estava fazendo, dificilmente tem, é muito raro ter alguma coisa nova*” (Agente 3, NP). Para três entrevistados, quando se trata de diversificação da produção, o programa é indiferente ou não souberam responder.

Para Gazolla e Schneider (2013), o Pronaf tem lógica dupla. De um lado financia atividades produtivas habituais dos agricultores, como grãos e *commodities*, principalmente milho e soja. Com isso, ocorre aumento da especialização produtiva dos estabelecimentos agropecuários, da vulnerabilidade social das famílias e dos processos de mercantilização social e econômica. Aumenta-se a compra de insumos e tecnologias externas. De outro lado o programa também fortalece o processo de diversificação econômica das atividades produtivas, como pequenas criações, cultivos e alimentos básicos ao consumo familiar, que servem para a segurança alimentar e nutricional do grupo familiar. No entanto, esse fortalecimento é periférico e indireto sobre as unidades familiares, visto que recebe menos recursos e fomento, quando comparado com o anterior.

Quando questionados sobre se a partir do Pronaf os agricultores passaram a investir em determinadas culturas/atividades, cinco entrevistados acreditam que sim, destacando a questão da **monocultura** principalmente a produção de soja, como relata “[...] *Eu acho que o pequeno produtor antigamente não plantava soja, era só aquela... ele não plantava soja, não*

*plantava aquela grande produção e a partir do Pronaf ele passou a ter essa oportunidade”(Agente 3, PG ).*

Para Grisa, Wesz e Buchweitz(2014), esse processo de comoditização trata-se de um produtivismo territorializado do Pronaf, marcado especialmente pela produção de milho e soja, nas regiões sul e centro-oeste do país. Segundo Menezes e David (2015), a produção de soja é resultado de um conjunto de relações estabelecidas pelo produtor com diversos agentes(Estado, agências bancárias, cooperativas, empresas, etc.) que estão envolvidos direta ou indiretamente com a produção e contribuem de maneira significativa para a territorialização dessa oleaginosa.

Entretanto, para uma entrevistada o Pronaf tem contribuído para o financiando diferentes culturas, conforme relata *“tivemos um desenvolvimento muito bom na produção de leite, que é onde o pessoal investe nas estruturas, na qualificação, investe nos animais, na pastagem”* (Agente 1, PG). Além disso, para uma entrevistada, o Pronaf contribuiu para a **expansão da agroindústria**, conforme menciona *“através do Pronaf o que a gente tá vendo aqui no nosso município, assim ó, a expansão da agroindústria, aonde até em tão não se tinha e hoje tem nove, então é considerável isso, via todos Pronaf”* (Agente 1, NP). Já para um entrevistado o Pronaf tem contribuído para manter o estabelecimento agropecuário já vem desenvolvendo, conforme relata

Eu acho que eles mantiveram, mantiveram. Acho que sem o Pronaf algumas não teriam mais, por exemplo o feijão que é bem sensível, o milho também que é bem sensível a estiagem, com o Pronaf ele tem junto o seguro agrícola e tem também dentro do Proagro que garante a operação, tem o Proagro Mais, que garante mais, que garante um pedacinho da renda do agricultor naquele ano, então, não fosse o financiamento..esse ano a gente está tendo uma procura muito grande, mas não para a diversificação, mais gente que não financiava está procurando o banco pra financiar, porque tem uma expectativa alta de estiagem, então com certeza ele ajuda, mas não na diversificação, está mantendo o que já tinha, e talvez sem o financiamento, se não tivesse essas coberturas, talvez alguns agricultores tivessem parado de plantar feijão por exemplo, que é bem sensível, milho também, teria diminuído a área (Agente 3, PG).

Quanto as **transformações sobre a capacidade de geração de renda** os agentes de desenvolvimento foram questionados se o Pronaf contribuiu para aumentar a renda dos agricultores e se o Pronaf tem contribuído para aumentar a inadimplência entre os agricultores. Referente a questão da renda, para oito entrevistados o Pronaf contribuiu para aumentar a renda, sendo que destes dois não mencionam de que forma o programa contribuiu. Para uma entrevistada o programa é indiferente na de renda do estabelecimento agropecuário.

Para três entrevistado o programa contribui para o aumento da renda pois **fortalece a produção** dentro dos estabelecimentos agropecuários, conforme ressalta o entrevistado:

Na medida que o produtor ele tem um financiamento tanto de investimento como de custeio, ele teve um aumento na sua renda com produção, tanto produção, daquelas atividades, normais como soja e gado, milho, como ainda existe um Pronaf outras... outras linhas dele, que inclusive tinha o Pronaf mulher, que pra outros tipos de atividades, tipo uma agroindústria e assim vai (Agente 3, PG).

Para dois agentes de desenvolvimento entrevistados o Pronaf também contribui para aumentar a renda dos agricultores familiares devido ao aumento da **produtividade**, conforme menciona o entrevistado:

[...] ter o dinheiro na hora de comprar a semente melhor, comprar a semente certa, comprar o insumo na hora certa. E também com o financiamento, o vencimento da operação, quando ele tem que pagar o custeio para o banco, normalmente ele tem 90 dias depois da colheita, então ele não tem a obrigação, não tem a pressão de fazer a venda na hora da colheita que é quando o preço ta mais baixo. Então o Pronaf ajuda a melhorar a renda da propriedade e melhorar o ganho por não tem a pressão de venda na hora da colheita (Agente 3, NP).

Uma entrevistada menciona que além dos agricultores aumentarem a renda devido a produção, também aumenta devido a **aquisição de maquinários**, conforme relato “[...] *foi uma política muito bem construída, que teve seu objetivo de proporcionar o aumento da renda através da produção, ou a aquisição de algum equipamento que te desse um retorno maior*” (Agente 4, NP). Além disso, para uma entrevistada o programa **beneficia o pequeno produtor**, conforme menciona a entrevistada “[...] *eu acredito que aquela que foi uma parcela dos agricultores que não tinham acesso passaram a ter, e também puderam fazer benfeitorias, adquirir implementos, adquirir carro, tem gente que construiu instalações, fez melhorias na propriedade*” (Agente 4, PG).

Por outro lado, para uma entrevistada o motivo pelo qual o Pronaf pode não contribuir para o aumento da renda é a questão do **endividamento**, conforme ressalta a entrevistada:

[...] a questão do endividamento é muito grande. Porque com o passar do tempo, tu vai acessar um crédito ele te da, por exemplo, dez anos pra ti pagar, e esses dez anos tu já tem que pensar né, que aquele investimento que tu está fazendo, como o próprio nome diz, investimento, tu teria que por si só ter o retorno esperado pra pagar esse teu investimento, que muitas vezes não acontece, principalmente na questão dos maquinários. Muitas vezes o pessoal está acessando pela facilidade do crédito, mas ao mesmo tempo não está aumentando a renda, a produção pra pagar esse investimento (Agente 4, NP).

Pode-se dizer que a agricultura familiar é uma empresa a céu aberto, estando sujeita a diversos riscos, entre eles os riscos climáticos, como estiagem, granizo, vendavais, enchentes,

ou seja, a agricultura familiar é dependente dos fatores naturais. Além desses riscos, pode-se apontar ainda a questão financeira. Nesse sentido, quando se fala em endividamento na agricultura familiar, principalmente devido ao Pronaf pode-se apontar diversos determinantes para que isso ocorra, para Dumer et al., (2017), as causas do endividamento devido ao Pronaf, se dão pela falta de planejamento dos agricultores familiares, e também por perda de safra. Costa e Neto (2011) apontam como fatores a baixa escolaridade e a pouca experiência na atividade agropecuária desenvolvida podem levar ao endividamento dos agricultores ao acessarem crédito. Já Amorim et al., (2014), destacam como causas do endividamento o descontrole financeiro e a falta de gestão nos estabelecimentos agropecuários. Nesse sentido, de acordo com Bianchini (2015), uma das maneiras para reduzir o endividamento pelo Pronaf é fortalecer o vínculo da assistência técnica e extensão rural.

O segundo questionamento feito aos entrevistados, sobre as transformações na capacidade de geração de renda, foi se o Pronaf está contribuindo para aumentar a inadimplência entre os agricultores. Para cinco, dos nove entrevistados, a resposta foi negativa. No entanto, um dos entrevistados não menciona a razão para o seu posicionamento.

Um dos motivos pelo qual o Pronaf não contribui para a inadimplência, para dois entrevistados, é a questão de os **produtores terem mais recursos**, o que acaba diminuído o endividamento, conforme relata o entrevistado:

[...] tem ajudado a diminuir o endividamento do cliente, ou melhorar o perfil da dívida. Ao invés dele dever para uma empresa que cobra 2% ao mês, pelo insumo que ele vai pagar na safra, na hora da safra, pega o dinheiro com o banco, compra à vista na empresa, [...] consegue desconto, e tira a pressão de pagamento na hora certa, então ele não atrapalha. Também, porque a seleção dos financiamentos, dos investimentos pesados por exemplo, a gente tem critérios de seleção, não é solto, o cliente pedir e ele vai levar o financiamento, a gente vê se ele tem capacidade de pagamento, se ele consegue com a atividade dele (Agente 3, NP).

Outro motivo pelo qual o programa não contribui para a inadimplência, para dois entrevistados, é devido as **exigências do programa**, o acompanhamento técnico, conforme menciona a entrevistada:

[...]pra ele acessar de novo ele tem que ter pagado. No caso antigamente, eu acho que tinha muito endividamento porque até a maneira de acessar, não tinha acompanhamento. Hoje é uma das exigências, ter no mínimo um acompanhamento técnico assim, pra auxiliar(Agente 4, PG/Emater).

Já, para quatro entrevistados o programa está contribuindo para aumentar a inadimplência dos agricultores familiares. Dois entrevistados acreditam que a inadimplência é

resultado do **mau uso do recurso**, conforme menciona o entrevistado “*O que aumenta a inadimplência é, além de alguma ocasião não prevista, é o mal uso do recurso*”(Agente 3, PG). A afirmação é reforçada pelo relato da entrevistada:

Então a questão do endividamento a gente tem muito, eu acho que aumentou bastante e vem aumentando, principalmente por isso, pela facilidade do acesso, mas pela dificuldade do pagamento. Porque normalmente as pessoas elas estão acessando, digamos porque já tem uma dívida maior do outro lado, então as vezes faz um Pronaf pra pagar outro. Que vai girando, girando, então as vezes chega, aqui por exemplo nós da Emater, a questão das prorrogações de dívidas, são dívidas muito antigas(Agente 4, NP).

Outro motivo para o aumento da inadimplência, para uma entrevistada, é a questão da **falta de gestão e assistência técnica**, de acordo com a entrevistada “*se tivesse uma boa gestão, aprenderem a fazer a boa gestão e também a assistência técnica por parte do governo federal, um subsidio com certeza isso não aconteceria*” (Agente 1, PG). Além disso, para uma entrevistada, a estiagem e o preço defasado dos produtos podem resultar no endividamento, conforme relata a entrevistada:

[...] Então, aumentar a inadimplência, eu digo assim, ela aumentou sim, porque os investimentos... os financiamentos tanto de custeio como de investimento. Vamos supor assim, o ano que passou, a estiagem, a estiagem fez com que muitos não puderam a cumprir com os seus pagamentos né, suas parcelas. Isso não é só agora, outros tempos, também o preço dos produtos, também com o preço defasado, esse ano está bem, mas os outros anos muito baixo, então também condiciona a não ter condições de não cumprir com as suas parcelas (Agente 1, NP).

Como menciona a entrevistada o preço defasado dos produtos contribui para o endividamento. Para Guanzirolli e Di Sebbato (2014, p.94), os agricultores veem os preços diminuírem à medida que aumenta a oferta, e isso acaba colocando os agricultores em risco. Dessa forma, para compensar a tendência de queda dos preços, os agricultores reagem aumentando a produção, seja por meio do aumento da produtividade ou da área, ficando presos à tesoura clássica “custos altos e preços baixos, que é a dinâmica que garantiu historicamente o “*squeeze*” da agricultura em benefício da indústria”. Segundo Ploeg (2008), o *squeeze* da agricultura, se configura em uma situação em que se tem a estagnação dos preços pagos aos produtos e aumento dos custos de produção, isso faz com que os agricultores não consigam ser compensados pelos rendimentos obtidos na venda da produção.

Com relação as **transformações no modo de comercialização** da produção, foi questionado aos entrevistados como ficou a comercialização da produção a partir do Pronaf. Para quatro entrevistados a comercialização a partir do Pronaf se direcionou para a **venda em**

**cooperativa**, principalmente pela questão da maioria da produção ser grãos, conforme relata o entrevistado “[...] *aqui que a grande maioria vende, que é o nosso grande maior foco é soja, vende pra cooperativa [...] A questão da cooperativa é bem forte*” (Agente 3, PG). Ou seja, a comercialização da produção acabou fortalecendo as cooperativas da região, conforme ressalta a entrevistada:

[...] olha isso, realmente acho que fortaleceu também. Foi uma cadeia que..o próprio custeio mesmo ele te ajudou a questão de tu produzir mais, a parte de grãos. E automaticamente isso, as cooperativas, enfim, elas tiveram que se adequar. Hoje, por exemplo, assim pra ti acessar um custeio obrigatoriamente tu tem que contratar o seguro desse custeio. Pra ti contratar esse seguro, automaticamente tu tem que ter a comprovação física, de todos os teus insumos. Então isso fortaleceu também as empresas que vendem insumos, tiveram que emitir nota, fazer dentro do legal, e até a parte da comercialização (Agente 4, NP).

No entanto, a comercialização da produção ainda é uma lacuna. Para dois entrevistados **falta organização da comercialização**, como mencionado pelo entrevistado: “*Olha nosso município é bem precário isso, a parte de comercialização. Acaba ficando cada um pra si, cada um organiza a sua comercialização, não vejo organização nesse sentido*” (Agente 2, PG). Outra questão que emerge no decorrer da pesquisa é ausência de feiras. Para dois entrevistados, não existem feiras nos municípios em estudo. Existe a perspectiva de criar uma feira conforme relata a entrevistada:

[...] a gente está trabalhando é assim de organizar os produtores em feiras no município, não se tem a feira ainda, a estrutura. Se tinha, se teve, mas por contratos não tão bem feitos, se perdeu. Mas o que se propõe é que tenha a estrutura da feira e os nossos produtores tenham essa condição (Agente 1, NP).

A comercialização em cadeias curtas representa a interação da agricultura familiar com a dinâmica local do desenvolvimento. Essas cadeias possibilitam a comercialização da produção com maior aproximação entre os produtores e os consumidores finais, criando um vínculo que possibilita maior interatividade, construindo relações de confiança (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012). Para Martins e Sonáglio (2019), as cadeias curtas de comercialização atuam na conexão entre produtores e consumidores, representando um mecanismo de ressocialização e re-espacialização do alimento. Além disso, são importantes para o desenvolvimento social e econômico dos agricultores, visto que, através da geração de trabalho e renda no campo, os ganhos financeiros provenientes das atividades proporcionam melhoria da qualidade de vida e oferta de alimentos saudáveis.

Outra questão que dificulta a comercialização em alguns casos, apontada por dois entrevistados são as **exigências sanitárias**, conforme ressalta a entrevistada:

[...] nós sabemos fazer o queijo caseiro, nós temos a dúzia de ovos que sobra para gente vender, nós temos o salame que a gente carneia o porco e não consegue comer tudo, a gente gostaria de poder vender, uma galinha caipira que a gente cria não pode vender, porque a legislação não deixa(Agente 1, PG).

Para Fischer et al., (2016), os agricultores reconhecem a necessidade das normas sanitárias, no entanto, pelo fato de serem exigências excessivas e valor elevado, acaba dificultando as adequações, principalmente para aqueles agricultores com baixa escala de produção e renda. Assim, essa parcela de agricultores que não conseguem se adequar as normas da vigilância sanitária acabam sofrendo a exclusão do mercado. Dorigon (2010), menciona que pela falta de infraestrutura, capital e acesso aos serviços de assistência, esses agricultores que não conseguem se adequar as normas sanitárias, acabam entrando no mercado informal.

No entanto, Dorigon (2010, p.20), reconhece que esses agricultores, por estarem mais isolados do mundo tecnológico e científico são os que os que mais mantêm as características coloniais e do saber-fazer dos colonos. O autor ainda afirma que “a imposição destas normas causa a descaracterização dos produtos tidos como coloniais ao ponto de seus consumidores não os reconhecerem mais como tal, identificando-os como industriais”. Com isso, a agente de desenvolvimento entrevistada ressalta **a necessidade de uma linha dentro do Pronaf para produção artesanal**, conforme menciona a entrevistada

Então, que se trabalhasse dentro do Pronaf uma política artesanal, de produção artesanal, aquela que tu faz dentro da sua cozinha, que se tem um trabalho, se é municipal, seja o que for, que o governo trabalhe isso, pra nós manter essas poucas famílias ainda que estão no meio rural, que estão nessas áreas ai acidentadas, que tem uma grande dificuldade(Agente 1, PG).

Para que a produção artesanal se mantenha e possa ser uma fonte de renda para os agricultores familiares, não necessariamente precisa de uma linha de crédito específica dentro do Pronaf para a produção artesanal, e sim que as normas e exigências sanitárias reconheçam as especificidades da agricultura familiar. Segundo Fischer et al., (2016), para que as exigências sanitárias sejam realmente efetivas é preciso que sejam estruturadas levando em consideração as características sociais, culturais e econômicas de cada região ou município. Além disso, os autores citam que são necessárias ações de apoio, como treinamentos, assistência técnica, financiamentos e um programa de extensão rural. Ou seja, é um conjunto

de ações que devem ser pensadas e bem definidas, quando se trata das exigências sanitárias dos produtos artesanais da agricultura familiar.

Verifica-se que as transformações que ocorreram na dimensão econômica do território de Nova Palma e Pinhal Grande devido ao Pronaf, de acordo com os agentes de desenvolvimento entrevistados, foram a expansão da área plantada e aumento da produtividade devido aos recursos disponibilizados pelo programa. O programa possibilitou a melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos agropecuários e aquisição de maquinários, reduzindo a penosidade do trabalho do campo. O Pronaf no território em estudo contribuiu para aumentar a renda dos agricultores familiares pois, fortalece a produção e contribuiu para o aumento da produtividade.

Destaca-se ainda, que o Pronaf ao mesmo tempo que possibilitou o financiamento de diferentes culturas e atividades, como produção de leite e agroindústrias, fortaleceu também a monocultura, principalmente de soja. A seguir, a próxima seção apresenta sobre as transformações que ocorreram na dimensão cultural do território.

Na dimensão cultural do território analisado, foram realizadas perguntas referentes a transformações sobre relações tradicionais; transformações sobre identidades; transformações no modo de fazer; e, transformações nas relações com a comunidade. As questões, do mesmo modo que na dimensão econômica, tinham como intuito descobrir se o Pronaf está gerando ou não transformações no território em questão.

No que se refere as **transformações sobre relações tradicionais** os agentes de desenvolvimento foram questionados sobre a participação dos filhos e das mulheres na gestão dos estabelecimentos agropecuários a partir do Pronaf. Quando questionados se a partir do Pronaf os filhos passaram a ter interesse e participar da gestão dos estabelecimentos agropecuários, cinco entrevistados responderam que depende muito de cada caso. Para dois entrevistados em alguns casos os filhos ficam no meio rural, no entanto ressaltam que **faltam políticas fundiárias para aquisição de terra**, conforme pode-se observar no discurso da entrevistada

Sim, ali tem um condicionante que é a pouca área. A pouca área pros filhos, digamos assim, a permanecerem né, eles até teriam interesse, a gente vê comunidades que a nossa juventude deseja ficar, só que a pouca área, o que falta programas fundiários né. Programa fundiário pra que eles possam conseguir algum pedaço de terra, a se somar com aquela do pai né, do pai e da mãe, pra permanecer. Mas há o interesse, só que eu digo tem que ter políticas públicas que condicionem a permanência deles (Agente 1, NP).

Para dois entrevistados um dos motivos pelo qual os filhos ficam no meio rural, dando continuidade nos estabelecimentos agropecuários dos pais é devido a melhoria na infraestrutura dos estabelecimentos e aquisição de maquinários, que o programa proporcionou, conforme menciona o entrevistado

[...] não todos, mas muitos ficaram na área e tão assumindo o negócio do pai, e continuando. [...]Mas muitos ficaram justamente por causa dessa melhoria, porque tem maquinário novo, toca o negócio do pai, que se é um negócio que vem mantendo a família, e as vezes até já criando a sua..o seu próprio.. a sua própria propriedade, a gente tem casos assim (Agente 3, PG).

Para um entrevistado o acesso ao Pronaf facilitou o crédito, isso acabou ajudando na permanência dos filhos no meio rural, conforme menciona o entrevistado *“Eu fiz vários projetos assim pra jovens, filhos de agricultores, mais no sentido assim deles, incentivar eles permanecer na agricultura, mas tem ajudado, o Pronaf tem ajudado porque facilitou o credito para o jovem”* (Agente 2, PG).

A juventude rural, a partir da safra 2003/2004, tornou-se beneficiária do Pronaf Jovem, uma linha de crédito voltada, especialmente para os jovens rurais, para fomentar a permanência do jovem no meio rural e possibilitar autonomia financeira (MARIN, 2020). No entanto Barcellos (2017), aponta alguns entraves dessa linha de crédito, como a dificuldade dos jovens em qualificar a viabilização dos projetos técnicos e encontrar apoio nas agências bancárias, além da ausência de vinculação do jovem a DAP familiar, que é um dos requisitos para a concessão de crédito. Essa política de crédito, destinada aos jovens, para Marin (2020, p. 17), é *“uma ideia muito bem delineado no papel, mas de difícil objetivação na realidade dos jovens rurais”*.

Para quatro entrevistados o Pronaf não contribui para a permanência dos jovens no campo, no entanto, um dos entrevistados não menciona os motivos para tal resposta. Para dois entrevistados faltam políticas públicas direcionadas especialmente para os jovens, conforme relata a entrevistada *“ainda não tem uma política pronta pro jovem, uma política que funcione, não essas assim que vem na carona de outras e não da certo muito”* (Agente 4, PG).

Para Castro (2016), um dos principais fatores que influencia os jovens rurais deixarem o campo é a ausência de políticas públicas específicas para a juventude rural. Além disso, as políticas públicas existentes para os jovens precisam de readequações, tendo a participação dos jovens como atores sociais na formulação das políticas e não apenas como população alvo. A autora aponta a necessidade de políticas públicas que garantam aos jovens rurais acesso à educação, à qualificação profissional, à saúde, melhores condições de trabalho no

campo, como o acesso à terra, crédito, tecnologia e assistência técnica, infraestrutura para lazer e cultura.

Para uma entrevistada o motivo da não permanência dos jovens no campo e na gestão está atrelada a questão da **frustração e endividamento**, conforme relata

Olha eu acredito que da pra dizer que não, visto hoje quem acessa, não digo em um todo, mas pela questão da frustração, do endividamento, da frustração, não provocada por quere, ou enfim, mas aquilo que eu falei tu pegou o dinheiro e tu vai ter que devolver. E muita gente, principalmente gente nova, achou que ia ser muito fácil isso (Agente 4, NP).

Referente as mulheres na gestão, dos nove entrevistados, seis acreditam que a partir do Pronaf  **aumentou a participação das mulheres na gestão**. No entanto, ressalta-se que isso não aconteceu em todos os estabelecimentos agropecuários. Um entrevistado confirma que aumentou a participação das mulheres na gestão, no entanto não especifica os motivos para ter essa percepção.

Um dos motivos para o aumento da participação das mulheres na gestão, para três entrevistados, está relacionado com a **atividade leiteira**, como menciona a entrevistada “[...] *as mulheres na questão do leite, do Pronaf Mulher... que se o marido investe nos galpões, ela investe na produção do leite, muitas vezes ela pode investir numa horta melhorada, nas estufas, desde que tenha capacidade de pagamento*” (Agente 1, PG).

Os resultados de estudos mostram que a participação das mulheres muitas vezes é resumida apenas ao processo produtivo, como cuidado dos animais, higienização e ordenha (DORREGÃO, 2018). Ou então, que são os homens que assumem a parte administrativa da produção leiteira, acentuando as desigualdades entre homens e mulheres (MAGALHÃES, 2009). No entanto, percebe-se que no território em estudo, o Pronaf tem ajudado a modificar essa lógica, segundo os agentes de desenvolvimento entrevistados, o programa tem aumentado a participação das mulheres na gestão.

Além disso, para dois entrevistados, aumentou a participação das mulheres na gestão, devido as **questões burocrática do programa**, a mulher começou a participar mais da gestão, conforme relata a entrevistada:

[...] um grande, um grande avanço, um grande avanço que se teve foi assim oh, o...a participação das mulheres. A DAP, o primeiro passo pra você conseguir o Pronaf, tem que ter a assinatura dela. ALELUIA, demorou. Mas já né, governos que tiveram esse olhar de que a mulher também pode fazer a sua gestão, e eu digo assim, além de lá na sua propriedade ela também gerenciar, dar a sua opinião, também toda a

legalização né, a DAP, os financiamentos, tudo a mulher tem que assinar também né (Agente 1, NP).

São perceptíveis o avanço e a organização nos estabelecimentos agropecuários em que as mulheres ajudam na parte da gestão, pelo fato de serem mais **detalhistas** e organizadas conforme menciona o entrevistado:

[...] e o que a gente tem visto quando a mulher ajuda na gestão, é outro nível de propriedade. Um controle maior, o resultado é maior também, [...] tudo, planejamento, controle de gastos. Mulher é muito mais detalhista, então quando a mulher ajuda na gestão, quando faz junto isso. O que a gente vê que funciona melhor assim, o homem na operação, fazendo acontecer a lavoura, o investimento lá e a mulher na gestão, a mulher administrando, controlando os pagamentos, fazendo os custos. É mais atenciosa, cuida mais os detalhes, funciona melhor quando tá junto (Agente 3, NP).

Para dois entrevistados, o Pronaf não tem contribuído para o aumento da participação das mulheres na gestão dos estabelecimentos agropecuários, segundo eles **falta política pública específica** para isso, conforme relata a entrevistada: “[...] e cai na mesma, e cai na mesma situação do jovem, não tem uma política pública ainda” (Agente 4, PG). Para uma entrevistada mesmo que, em alguns estabelecimentos agropecuários, a partir do Pronaf aumentou a participação das mulheres na gestão, devido a atividade leiteira, ela menciona que a baixa participação das mulheres na gestão está relacionada com a **questão cultural**:

Não é uma questão de machismo ou feminismo, é muito cultural, eu acho que veio da nossa cultura italiana, o homem e a mulher. Então, às vezes, elas não têm muito interesse de ficar sabendo dos negócios do marido, mas eu acredito que não teve esse objetivo o Pronaf, não. Não contribuiu muito com a questão do fortalecimento da mulher como gestora (Agente 4, NP).

Na agricultura familiar o patriarcalismo está presente. Os homens são considerados como os principais trabalhadores, chefes da família e responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários. Já, as mulheres têm suas funções atribuídas aos trabalhos domésticos, cuidados com a família e realização dos trabalhos não remuneráveis, ocupando, muitas vezes, lugares como ajudante e/ou esposa do agricultor. Ou seja, mesmo realizando as mesmas atividades ou até mais atividades que os homens, seu trabalho não é reconhecido (BUENO; SILVA, 2020).

O patriarcalismo também é uma característica das famílias descendentes de italianos, em que o pai de família, era o detentor da autoridade sobre a família (DE PAULA, 2008). A mulher assumia posição de inferioridade, era submissa ao homem, apenas rezava e trabalhava, muitas vezes, tinha dupla jornada de trabalho e o lazer resumia-se à missa dominical. E, os

filhos obedeciam aos pais, sem contrariar. Além disso, era o pai que gerenciava o dinheiro da família (GUERRA, 2001).

Quanto as **transformações sobre identidade**, os entrevistados foram questionados se o Pronaf tem contribuído para alterar a paisagem do município. Oito, dos nove entrevistados responderam afirmativamente ao questionamento. Para quatro entrevistados, a alteração da paisagem se deu devido a **expansão das lavouras** conforme relata o entrevistado:

Na realidade paisagem, que tem alterado é a própria produção, tanto é que a maioria é Pronaf mesmo. Não sei se alterou pra melhor ou pra pior, mas houve. Claro, deve ter alterado sim, porque muito produção, muita área que era nativa virou área de cultura (Agente 3, PG).

Também, para dois entrevistados, percebe-se a **melhoria na infraestrutura dos estabelecimentos agropecuários**, conforme menciona a entrevistada *“antes não tinha, a gente não tinha, por exemplo, melhores lavouras, a gente não tinha os recursos, os seus espaços, era tudo braçal, judiava muito, mas melhora a paisagem sim, com novas estruturas”* (Agente 1, PG). Outra mudança na paisagem, para dois entrevistados, se deu pela **aquisição de maquinários** conforme relata o entrevistado *“o PRONAF ele transformou o rural, quem viu antigamente o que era a agricultura familiar e que vê hoje, a agricultura familiar hoje tem que resultado, em dinheiro, em mecanização, em qualidade de vida. Então nesse sentido, sim”* (Agente 5, PG).

Para uma entrevistada a paisagem, a partir do Pronaf, alterou principalmente devido a **monocultura da soja**. Como é possível ver no discurso a seguir,

[...] hoje a gente tem um exemplo bem claro que é a questão da soja. Até pouco tempo atrás a gente tinha campo, tinha gado. Hoje a questão, banhados foram drenados, campos foram lavrados, topo de morro que antes era plantado milho, feijão foi deixado, porque as máquinas não vão lá. Então a alteração da paisagem negativa, muito mais negativa do que positiva, mas sim com relação a biodiversidade de fauna e de flora, isso diminuiu muito. As pequenas capoeiras não existem mais, porque hoje o grão, a soja ela ta tomando o espaço, onde vai máquina é lavoura, é área consolidada, é área produtiva (Agente 4, NP).

De acordo com Machado e Saquet (2010), a paisagem é resultante da ação humana no espaço, isso significa que as transformações que ocorrem no espaço são resultados da ação humana. Dessa forma, cada sociedade molda as características do território, que, por sua vez se revela através da paisagem. No território em estudo, a partir do Pronaf, os agricultores familiares passaram a produzir soja, essa ação realizada pelos agricultores acabou se tornando uma característica do território, que é perceptível na paisagem, através das lavouras dessa oleaginosa. Para Machado e Saquet (2010, p.132), a relação entre espaço, território e

paisagem “é encontrada por meio dos processos de territorialização que em geral se apresenta como formas de alteração da paisagem por meio da atuação da sociedade.” Nesse sentido, a territorialização da monocultura da soja contribuiu para alterar a paisagem, num primeiro momento desterritorializando para em seguida reterritorializar.

Já para um entrevistado, o Pronaf não mudou a paisagem, o programa está contribuindo para manter o que já tem, conforme menciona “[...] *a gente tem mantido o estágio que a gente tá, a gente tem mantido as culturas, não tem, não se vê muito assim abrir área, melhorar a área ou trocar a cultura de uma forma que vá interferir muito*” (Agente 3, NP).

Referente as **transformações no modo de fazer**, os agentes de desenvolvimento foram questionados se a partir do Pronaf foi deixado de lado as experiências e costumes no modo de plantar e colher e se a produção se tornou mais voltada para a comercialização, reduzindo a produção para o autoconsumo. Em relação as **experiências e costumes no modo de plantar e colher**, para sete agentes de desenvolvimento entrevistados, a partir do acesso ao Pronaf foi sendo deixado de lado as experiências e costumes. Isso, para quatro agentes de desenvolvimento é resultado da **inserção de tecnologias e mecanização**, conforme relata a entrevistada:

Uma vez tu tinha a produção bem menor, mas teu custo era baixíssimo, a semente era própria, se usava muito a questão da matéria orgânica, que a área era pequena. Hoje não, hoje é máquina e máquina e máquina. [...] Com certeza ele facilitou o crédito, facilitou a melhoria em máquinas e equipamentos e a questão cultural do plantio e da colheita mudou totalmente (Agente 4, NP).

Para um entrevistado a inserção de tecnologias e a mecanização não é totalmente negativa, pois **reduziu a penosidade do trabalho no campo**, como destaca o entrevistado “[...] *alguma coisa mudou sim, mas essa é outra questão que a gente tem que pensar também. Essas tecnologias trouxeram mais conforto para os agricultores, a gente tá falando da parte de mecanização de tecnificação do campo*” (Agente 5, PG). Além disso, as tecnologias e mecanização buscam suprir a **falta de mão de obra da agricultura familiar**, conforme menciona uma entrevistada:

[...] o que era de outros tempos, tudo manual, tudo..hoje em dia, inclusive pela escassez da mão de obra né, pouca gente pro trabalho no meio rural, as famílias são menores, isso condicionou a ser mecanizado, né, a ser mecanizado e com isso facilitou, facilitou, toda, toda a infra da propriedade né. Então, mudou. O pessoal mudou, muito, muito (Agente 1, NP).

A mecanização na agricultura familiar possui pontos positivos e negativos. Como pontos positivos, pode-se apontar o crescimento da produção e da produtividade (TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005). Para Alves, Mantovani e Oliveira (2005), mesmo com muitas críticas a respeito da mecanização na agricultura familiar, não dá para negar que a utilização de maquinários e implementos agrícolas são fundamentais para a realização dos serviços dentro do prazo e de acordo com as exigências de qualidade e clima, também proporcionou a redução do esforço físico dos trabalhadores, ou seja, reduziu a penosidade do trabalho do campo, e buscou reduzir os custos de produção. No entanto, a mecanização pode acarretar a exclusão social e altos custos ambientais (TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005). Balsan (2006), também aponta alguns impactos causados pela modernização da agricultura como êxodo rural, diferenças estruturais, processo de especialização, concentração fundiária, concentração de renda e exploração da mão de obra.

No entanto uma entrevistada reconhece que devido a inserção de máquinas e tecnologias ocorreu a **perda dos saberes dos pais e antepassados**, conforme relata

Com certeza ficou pra trás, ficou pra trás porquê [...] se perdeu a nossa sabedoria cultural, que veio da sabedoria dos nossos pais, dos nossos avôs, ficou. Se entrou mais numa era mecanizada, mais numa era assim... que não foi se trabalhado esses outros trabalhos. Trabalhou mais a questão de produzir grãos, produzir soja, milho, e mais essas coisas assim de comércio, não de alimentação (Agente 1, PG).

Conforme menciona a entrevistada os agricultores passaram a plantar grãos que são voltados para a comercialização e deixando de lado a produção de alimentos. No entanto, para Gazolla e Schneider (2007), a produção para o autoconsumo é importante em diversas aspectos, dentre eles, devido a transmissão dos conhecimentos de geração para geração dentro das famílias, é um importante instrumento de sociabilização das famílias e comunidades rurais. Destaca-se ainda, que a produção para o autoconsumo proporciona maior autonomia das famílias frente ao contexto social e econômico que rodeia as unidades de produção. Devido a produção para o autoconsumo as famílias ficam menos dependentes de mercados pois, produzem o próprio alimento em casa. Além disso, é essencial, pois está relacionada com a reprodução social e alimentar dos agricultores familiares.

Para Grisa (2007), a produção de alimentos para o autoconsumo familiar é importante para a condição socioeconômica e autonomia das famílias rurais. Dentre os pontos relevantes da produção para o consumo familiar, pode-se apontar que a produção contribui para a segurança alimentar e nutricional e internalização de recursos e tarefas; propicia diversificação dos meios de vida reduzindo a vulnerabilidade; permite economizar recursos

financeiros; potencializa os recursos locais através da co-produção entre homem, natureza e trabalho; atende ao consumo familiar e pode se tornar valor de troca em virtude da característica de alternatividade; promove a sociabilidade e reciprocidade; e, fortalece a identidade dos agricultores familiares.

Para um agente de desenvolvimento entrevistado a partir do Pronaf não se perdeu as experiências e costumes, os agricultores não esqueceram, eles **aprimoraram os conhecimentos**, conforme menciona *“Olha, plantar e colher, o produtor ele é pequeno produtor é Pronaf, está procurando mais assistência técnica, plantar direitinho, cultivar direitinho, ter um maior aumento de produção. Acho que esquecer não, mas ele está aprimorando na sua propriedade”* (Agente 2, NP). E, para um entrevistado o Pronaf não interferiu na questão das experiências e costumes, o que aconteceu é resultado da **evolução natural**, conforme relata *“[...] isso houve com certeza, mas não foi por causa do Pronaf, foi por causa que é a evolução, é a evolução natural. Ninguém mais planta com o arado, é tudo no plantio direto”* (Agente 3, PG).

Quanto a produção ser mais voltada para a comercialização e ter reduzindo a produção para o autoconsumo, dos nove entrevistados, sete responderam afirmativamente essa questão, para eles a partir do Pronaf diminuiu a produção de alimentos para subsistência. No entanto um dos entrevistados não menciona de que forma o programa contribui para isso. Para três agentes de desenvolvimento a **produção se tornou voltada para a comercialização**, conforme relata o entrevistado:

É, dá para se dizer que quase toda a comercialização, toda a produção acaba sendo, acabou sendo focada para a comercialização. O consumo, muito pouco para a subsistência, o pessoal acaba produzindo muito pouco, no sentido assim de diversificar mais a propriedade. Duas, três culturas e acaba comprando bastante produto com o retorno dessas culturas (Agente 2, PG).

Para dois entrevistados isso é resultado da **monocultura da soja**, como é possível observar no discurso do entrevistado:

[...] O que a gente vê é a soja tomando conta das áreas, em função da rentabilidade das áreas, e mantendo um pouco da agricultura pra manutenção. Por exemplo, milho todo mundo deveria ter um pouco de milho pra manter os animais em casa. Mas termina fazendo, planta tudo de soja e compra a alface né. Acho que tem diminuído sim um pouco a agricultura de manutenção e voltado mais, com a influência principalmente da soja, a gente tem o arroz, aqui em baixo, que então são mais voltadas, vou ganhar dinheiro com isso, que não deixa de está certo também. Minha área tem uma vocação, vou explorar o máximo a vocação dessa área e ganhar dinheiro com aquilo que eu consigo fazer e se isso sustenta a família, se isso mantém um nível adequado de renda, abandona praticamente a agricultura de subsistência né ou de manutenção de propriedade (Agente 3, NP).

Para uma entrevistada, outro motivo pelo qual aumentou a produção para a comercialização, foi a **necessidade de aumentar a renda**, conforme relata “*Sim, sim, é isso que eu digo. Ela automaticamente obrigou que as pessoas, claro pensando naquelas que acessam o programa, obrigou que as pessoas aumentassem a área, aumentasse a renda, até por questão de pagar a dívida*” (Agente 4, NP).

Já, dois entrevistados, acreditam que não reduziu a produção para o autoconsumo, pelo fato de **manterem a tradição**, conforme menciona o entrevistado “*sim, mas o pessoal aqui continua mantendo a tradição, as famílias têm*” (Agente 5, PG)

Mesmo que em muitos casos a produção tenha se tornado voltada para a comercialização, produzindo principalmente grãos, ou seja, contribuindo para a territorialização de uma agricultura produtivista, voltada para o mercado. O programa não desterritorializou aquela agricultura para o autoconsumo, visto que a produção para o consumo próprio se mantém, como visto nas entrevistas realizadas com os agricultores familiares. Apesar de ter uma intensa produção de mercadorias, tem-se ao mesmo tempo a produção de alimentos para subsistência, sendo uma característica resultante do processo de formação deste território, visível na paisagem (SAQUET; ABRAÃO, 2017).

Quanto as **transformações nas relações com a comunidade**, os entrevistados foram questionados se a partir do Pronaf a cooperação entre vizinhos, se o trabalho em sociedade mudou. Para cinco, dos nove entrevistados, a partir do Pronaf ocorreu a **individualização do trabalho**, os agricultores passaram a trabalhar cada um para si. Essa individualização, para quatro entrevistados, está atrelada a questão da aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas, como relata uma das entrevistadas

Mudou, mudou. Não se tem mais, assim aquele costume dos mutirões, das famílias umas se ajudarem com a outra, até porque com as máquinas né, os implementos que estão ali eles vieram pra ajudar, em menos tempo você faz, né. Então essa questão da ajuda entre vizinhos, entre produtores se perdeu muito, se perdeu...foi para o lado do individualismo (Agente 1, NP).

Para três entrevistado a questão da cooperação entre vizinhos e o trabalho em sociedade **continua como era**, no entanto, não justifica a sua resposta. Dois relatam que mesmo com a inserção dos maquinários a ajuda entre vizinhos permanece, conforme menciona o entrevistado “[...] *até é interessante, porque com os tratores agora a silagem pro pessoal do leite, eles continuam trabalhando em sistemas de ajudas né, na silagem, trocas de serviço*” (Agente 5, PG). Para um agente entrevistado o Pronaf vai contra a questão da ajuda,

**contra a questão da cooperação**, no entanto ele **fortalece a autonomia**, conforme é possível observar no relato:

O Pronaf vai contra isso, porque todo mundo que ter seu próprio trator, sua própria colheitadeira, ele quer ter. Tem máquina pra fazer a área de toda a volta, tem equipamento pra mais do que precisa. Mas isso também deixa ele menos dependente de hora de plantio, normalmente não são muito grande as áreas, então ele precisa plantar naquele dia que tem a umidade certa, não pode esperar pra trocar serviço com o vizinho. Então o Pronaf atrapalha isso da cooperação e da mais autonomia (Agente 3, NP).

As principais transformações ocorridas na dimensão cultural do território de Nova Palma e Pinhal Grande, devido ao Pronaf, de acordo com os relatos dos agentes de desenvolvimento entrevistados foram: aumento da participação das mulheres na gestão dos estabelecimentos agropecuários, em decorrência da atividade leiteira e das exigências do programa, em que precisa a assinatura da esposa para realizar o financiamento; mudanças na paisagem, como expansão das lavouras, melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos agropecuários, aquisição de maquinários, e presença da monocultura da soja; perda das experiências e costumes no modo de plantar e colher devido a inserção de tecnologia e mecanização, no entanto reduziu a penosidade do trabalho do campo; a produção se tornou mais voltada para a comercialização; e, ocorreu a individualização do trabalho, os agricultores passaram a trabalhar cada um pra si.

Em relação a dimensão ambiental foram abordadas questões sobre transformações concentradoras, degradantes e poluidoras e sobre transformações no modo de manejo do solo. Referente as **transformações concentradoras, degradantes e poluidoras**, foram abordadas questões sobre desmatamento, uso de produtos químicos/agrotóxicos e sobre área de preservação ambiental.

Os agentes de desenvolvimento foram questionados se a partir do Pronaf aumentou o desmatamento. Cinco entrevistados responderam negativamente, para três entrevistados o que ocorreu a partir do Pronaf foi a utilização de **áreas perdidas para lavoura**, como relata o entrevistado *“Desmatamento em si não, mas assim ampliou, onde que era um potreirinho, mas desmatamento, desbravamento pra agricultura não, foi ampliado as áreas que estavam meio ociosas ai, foi usada pra lavoura né”* (Agente 2, NP). Cabe destacar, que devido a ser um território com declividade elevada não existe campo nativo na maior parte do território. Dessa forma, quando os agentes se referem a potreiro significa aquelas áreas que são destinadas a pastagens para os animais, e não campo nativo.

Para dois entrevistados são outros fatores que contribuem para o aumento do desmatamento e não o Pronaf em si, conforme menciona o entrevistado

[...] não é o Pronaf que afeta. [...] não é o fato de ter financiamento ou não que vai fazer mudar a área. O que aumenta desmatamento é a abertura, a necessidade de uso né, da propriedade. [...] então é complicado isso também, mas acho que o fato do financiamento ou não, não vai interferir, mais é a necessidade mesmo de aumentar a renda, de aumentar a área (Agente 3, NP).

Para quatro entrevistados a partir do Pronaf aumentou o desmatamento em Nova Palma e Pinhal Grande. No entanto, um dos entrevistados não especifica de que maneira. Dois entrevistados acreditam que aumentou o desmatamento a partir do programa, mas destacam também a questão dos preços dos produtos (grãos), conforme menciona *“não somente pela questão do Pronaf, mas pela questão do preço dos produtos”* (Agente 4, PG). E, para um entrevistado o Pronaf contribuiu para o desmatamento, porém devido as exigências tanto do programa quanto de outros órgãos, é controlado, conforme relata *“[...]mas é tudo controlado, tem, já foi mais, mais liberal. Hoje em dia tem essa questão do CAR, que é o certificado de ambiental, o próprio governo tem, então assim,ta sendo, ta sendo controlado”* (Agente 3, PG).

Quando questionado os agentes de desenvolvimento se a partir do Pronaf aumentou o uso de produtos químicos/agrotóxicos, oito entrevistados responderam afirmativamente. No entanto, quatro entrevistados não especificam os motivos disso ter acontecido. Para dois entrevistados o aumento no uso de agrotóxicos devido ao Pronaf está ligado a questão do **pacote tecnológico** que induziu os agricultores se adequarem ao modelo de produção, conforme relata a entrevistada:

[...] é a agricultura do século XXI, isso infelizmente. É o pacote tecnológico, isso veio. Hoje tu vai fazer um custeio, por exemplo, de uma cultura, ele te obriga a ter um projeto técnico, e esse projeto técnico ele te obriga que tenha desde a semente, fertilizante, enfim, todo o pacote tecnológico. Então por automaticamente por tu querer produzir tu usa, as vezes usa sem necessidade. Por isso que o custo está tão elevado, mas não que esse custo deveria ser elevado, mas é que ta o uso exagerado, descontrolado, sem necessidade. Então ele aumentou (Agente 4, NP).

A utilização dos chamados “pacotes tecnológicos” na agricultura contribuiu para aumentar a produtividade, no entanto esse processo não aconteceu de maneira uniforme (SOUZA FILHO et al., 2011). Para Bittencourt (2003), o SNCR financiou o processo de modernização da base técnica da agricultura. A disponibilização de crédito estava relacionada ao uso de “pacotes tecnológicos”, composto por insumos químicos e industriais, o crédito era

direcionado a um grupo restrito de agricultores, ampliando as desigualdades de renda entre os agricultores e também entre as regiões. Costa (2013) ressalta que a modernização da agricultura através do uso de pacotes tecnológicos, resultou no agravamento de problemas socioeconômicos, visto que é um processo desigual e excludente, bem como a degradação ambiental e cultural dos agricultores (COSTA, 2013).

Dois entrevistados reconhecem que a partir do Pronaf aumentou o uso de agrotóxicos, mas ressaltam que deve ser levado em conta outras questões, a partir do uso de agrotóxicos **reduziu a penosidade do trabalho do campo**, conforme menciona o entrevistado *“[...]diminuiu a enxada, eu acho que é essa questão que tem que levantar também. Porque o produto químico, por mais que a gente não seja a favor do uso indiscriminado, mas na questão da pessoa que tinha que pegar a enxada lá o dia inteiro”* (Agente 5, PG).

Já, para um entrevistado a partir do Pronaf não aumentou o uso de agrotóxicos, pelo contrário devido ao programa os agricultores passaram a usar de forma consciente pelo fato da exigência de **assistência técnica**, conforme relata o entrevistado.

Acho que não por causa do uso mais consciente. Com a assistência, a gente pedindo a assistência, pra que ele tenha o projeto de como fazer a sua lavoura, vai ter o uso mais consciente e mais adequado né, as dosagens certas, os manejos corretos. Acho que não influi o Pronaf, o financiado ou não, no uso, ao contrário, ele diminui porque vai usar mais conscientemente (Agente 3, NP).

Quando questionado os agentes de desenvolvimento se a partir do Pronaf diminuiu área de preservação ambiental, sete responderam que não diminuiu. Para três entrevistados devido as **exigências do programa**, acaba interferindo indiretamente nessa questão como afirma o entrevistado,

[...] acho que não diretamente o financiamento. O que vai fazer, todo mundo quer usar o máximo a sua propriedade, o que vai fazer respeitar a norma vai ser fiscalização. Então, indiretamente é o contrário, porque se não financia não tem que prestar contas né, de cadastro, de condição da propriedade, quando se financia sim. Por exemplo, o CAR e manter o cumprimento de legislação pra quem financia é maior do que quem não financia. Então ele contribui ao contrário, ele contribui para preservação (Agente 3, NP).

Para dois entrevistados, o que ocorreu a partir do Pronaf foi a **exploração de áreas que já estavam desmatada** como menciona a entrevistada *“[...] Eu acho que não reduziu, a mata, mata ela ta preservada, ta preservada [...]o que eu quero dizer assim que o Pronaf ajudou, foi pra explorar áreas desmatadas, mas assim que elas eram inaproveitadas”* (Agente 1, NP). Além disso, para dois entrevistados **áreas foram recomposta** pelo fato de ter

diminuiu a população no meio rural, como relata o entrevistado *“Tem casos que diminuiu partes, mas tem outros casos que foram recompostas de novo, e ate porque o pessoal acabou, os produtores acabaram abandonando o meio rural muitas vezes, indo pra cidade e muitos locais de área dobrada vegetou”* (Agente 2, PG).

Para dois entrevistados a partir do Pronaf a área de preservação ambiental diminuiu. No entanto um dos entrevistados não menciona as razões disso ter acontecido. Para uma entrevistada ocorreu o desmatamento e redução das áreas de preservação conforme relata *“[...] por exemplo a questão de beiras de rio, de sangas, áreas de banhado, nascentes, que tudo isso seriam APPs, já não existem mais”* (Agente 4, NP)

Em relação as **transformações no modo de manejo do solo**, foram abordadas questões sobre rotação de cultura e correção de solo. Para oito entrevistados não aumentou a rotação de culturas devido ao Pronaf. No entanto, destes, três não mencionam o motivo pelo qual não ocorreu rotação de culturas. Para três entrevistados o motivo por não ocorrer rotação de culturas está relacionado com a **monocultura da soja**, conforme relata a entrevistada

É a área de grãos, a área de grãos principalmente de soja não tem muita..no meu entender, no meu ver, não teve muita rotação não, né. Predomina soja, e eles procuram aquelas áreas que são favoráveis, pra colheitadeira, pra essas máquinas maiores, permanece, permanece esse tipo de grão né (Agente 1, NP)

Um entrevistado aponta que o Pronaf acaba não contribuindo para a rotação de culturas devido a **questão cultural**, conforme menciona *“Não,não ajuda, porque é questão cultural também”* (Agente 3, NP). Ainda, outro entrevistado acredita que o Pronaf está contribuindo nessa questão, mas não menciona de que forma isso aconteceu.

Quanto a correção de solo, para oito agentes de desenvolvimentos entrevistados a partir do Pronaf aumentou as práticas de correção do solo. Para três entrevistado isso se deu devido as **exigências do programa**, como menciona a entrevistada *“aumentou, porque é meio que usual, o projeto prevê que seja feita a adubação, a calagem e análise de solo, e correção”*(Agente 4, PG). Para dois entrevistados, a partir do Pronaf, os agricultores passaram a realizar o plantio direto e isso acaba contribuindo para a preservação do solo como relata a entrevista *“[...] eu digo que todo manejo hoje ele é direto né, tem um outro comportamento de trabalhar o solo, então isso também veio pra fortalecer e contribuir na produção”* (Agente 1, NP).

Para um entrevistado outro motivo que fez com que os agricultores tivessem maior cuidado com o solo foi devido ao **avanço da tecnologia**, a partir do momento que investe no solo ele tem resultados na produção, conforme menciona o entrevistado:

A correção de solo todo produtor ta fazendo. Até procuram muito aqui pra fazer as análises de solo, interpretação, pra ver, fazer a correção, o que precisa. Quanto a isso o produtor, ta seguindo, porque quem não segue uma regra hoje, a tecnologia que ta evoluindo, vai fica pra trás. Então teve casos que “ah eu vou fazer o ano que vem”. Perdeu dinheiro e sabe quando tu perde dinheiro tu corre atrás (Agente 2, NP).

Para um entrevistado aumentou as práticas de correção do solo devido ao **incentivo de órgão públicos**, como relata *“Tem, tem ajuda, a parte de correção de solo, a parte de calagem. Alguma coisa incentivada pelos órgãos públicos, a parte de adubação”* (Agente 2, PG). E para um dos entrevistados é pelo fato do **programa financia a correção de solo**, como pode-se observar no discurso *“[...]até porque o, o Pronaf financia a correção de solo”* (Agente 3, PG, Banco do Brasil).

Já para uma das agentes de desenvolvimento entrevistada, apesar de reconhecer a importância do programa para a questão da correção de solo, ela acredita que no município em que atua tem poucas ações em prol da correção de solo e dos cuidados com o meio ambiente, como pode-se verificar no discurso, *“Mas pensando em Nova Palma não. Claro, tu te obriga a prática de correção de solo eu digo calcário, ph. Mas conservacionista, cobertura enfim, essas coisas muito pouco”* (Agente 4, NP).

As principais transformações que se percebe na dimensão ambiental do território de Nova Palma e Pinhal Grande devido ao Pronaf, de acordo com os agentes de desenvolvimento entrevistado, aumento do uso de agrotóxicos e aumento de práticas corretivas do solo. O aumento do uso de produtos químicos/agrotóxicos está atrelado ao pacote tecnológico e também a monocultura de soja, no entanto a partir do uso desses produtos reduziu a penosidade do trabalho do campo, os agricultores pararam de usar enxada o dia todo. Outra mudança foi o aumento das práticas de correção do solo, devido as exigências do programa e avanço da tecnologia. A seguir o Quadro 15, apresenta as principais transformações ocorridas no território em estudo a partir do Pronaf, na percepção dos agentes de desenvolvimento.

Quadro 15 - Síntese das transformações ocorridas no território de Nova Palma e Pinhal Grande a partir do Pronaf: percepção dos agentes de desenvolvimento<sup>12</sup>

<b>ECONÔMICO</b>	<b>Transformações sobre produção</b>	Aumento da produtividade- três entrevistados Expansão da área plantada- dois entrevistados Beneficia o pequeno produtor- dois entrevistados Dá voz a agricultura familiar- um entrevistado
	<b>Transformação na estrutura do estabelecimento agropecuário</b>	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas- cinco entrevistados Melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos agropecuários- quatro entrevistados Redução da penosidade do trabalho do campo- dois entrevistados
	<b>Transformações sobre diversificação</b>	Financia diferentes culturas- dois entrevistados Fortalece a monocultura da soja- cinco entrevistados Expansão da agroindústria- um entrevistado
	<b>Transformação sobre capacidade de geração de renda</b>	<b><u>Aumento da renda</u></b> Fortalece a produção- três entrevistados Aumento da produtividade- dois entrevistados Aquisição de maquinários- um entrevistado Beneficia o pequeno produtor- um entrevistado Produtores tem mais recursos- dois entrevistados
		<b><u>Endividamento</u></b> Mau uso do recurso- dois entrevistados Falta de assistência técnica- um entrevistado
<b>Transformação no modo de comercialização da produção</b>	Direcionou a venda em cooperativas- quatro entrevistados Falta organização da comercialização- dois entrevistados Ausência de feiras- dois entrevistados	
<b>CULTURAL</b>	<b>Transformações sobre relações tradicionais</b>	Aumentou a participação das mulheres na gestão- seis entrevistados Atividade leiteira- três entrevistados
	<b>Transformações sobre identidades</b>	Expansão das lavouras- quatro entrevistados Melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos agropecuários- dois entrevistados Aquisição de maquinários- dois entrevistados Monocultura da soja- um entrevistado
	<b>Transformações no modo de fazer</b>	Inserção de tecnologia- quatro entrevistados Produção se tornou voltada para a comercialização- três entrevistados Monocultura da soja- dois entrevistados Necessidade de aumentar a renda- um entrevistado Redução da penosidade do trabalho do campo- um entrevistado Perda dos saberes dos pais e antepassados- um entrevistado
	<b>Transformações nas relações com a comunidade</b>	Individualização do trabalho- cinco entrevistados Programa vai contra a questão da cooperação- um entrevistado Fortalece a autonomia- um entrevistado
<b>NATURAL</b>	<b>Transformações concentradoras, degradantes e poluidoras</b>	Utilização de áreas perdidas para lavoura- três entrevistados Aumentou o uso de agrotóxicos- oito entrevistados Reduziu a penosidade do trabalho do campo- dois entrevistados
	<b>Transformações no modo de manejo do solo</b>	Aumentou as práticas de correção do solo- oito entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

<sup>12</sup> No quadro não foram usadas todas as categorias da análise das entrevistas, apenas as transformações/o que na percepção dos agentes de desenvolvimento alterou no território a partir do Pronaf.

Após as questões específicas sobre a atuação do Pronaf nas três dimensões do território, foram realizadas questões mais gerais sobre o programa. As respostas dadas pelos agentes de desenvolvimento nessas questões reforçaram o que já apareceu no decorrer da pesquisa.

Os agentes de desenvolvimento foram questionados ainda se o Pronaf está contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar do território. Oito agentes de desenvolvimento entrevistados responderam afirmativamente. Para quatro entrevistados o Pronaf contribui para o desenvolvimento da agricultura familiar devido a **disponibilidade de crédito**. A disponibilidade de crédito, para dois entrevistados, possibilitou a melhoria da produção e da infraestrutura dos estabelecimentos agropecuários, bem como a aquisição de maquinários conforme relata o entrevistado *“Sim, com certeza. [...] através do microcrédito, microcrédito, porque eles buscam o banco pra poder girar o ano agrícola, plantar e produzir, vender, ajudou tanto na cultura como em máquinas, em bens né dentro da propriedade, se estruturando”*(Agente 2, NP).

A disponibilidade de crédito, além de contribuir para a melhoria dos estabelecimentos agropecuários, para dois entrevistados, está contribuindo para o agricultor permanecer no campo, conforme menciona o entrevistado *“Sim, eu acredito que tá contribuindo porque ele facilita o crédito, o acesso ao crédito, isso faz com que os agricultores acabam ficando mais no campo porque tem esse incentivo”* (Agente 2, PG).

Para um entrevistado o Pronaf está contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar devido as informações que o programa acaba levando até os agricultores, conforme relata o entrevistado:

Eu acho que é a informação, chegando conhecimento através da exigência do custeio, a gente faz..exige que o produtor converse com a Emater, converse com a cooperativa pra fazer o projeto com a assistência técnica. Então isso vão fazendo ele se atualizar, da mais conhecimento (Agente 3, NP).

Uma entrevistada relata que o Pronaf está contribuindo para a monocultura da soja, conforme é possível observar no discurso a seguir:

Olha, como a maioria são pronafianos aqui em Pinhal Grande, desenvolveu muito. Dez anos atrás e hoje a produção da soja triplicou muito, aqui tem mais de 12 mil hectares de plantio soja, quanto a 400 hectares de fumo, quanto a 600 hectares de milho, quer dizer o carro chefe ficou soja (Agente 1, PG).

Já, uma das entrevistadas não sabe se o Pronaf está contribuindo ou não para o desenvolvimento da agricultura, conforme menciona: *“eu não sei se seria o Pronaf que contribuiu ou não contribui. O problema que hoje a agricultura familiar ela está digamos assim, num ponto de redução”* (Agente 4, NP).

Os entrevistados foram questionados se percebem mudanças no modo de produção dos agricultores familiares devido ao Pronaf. Sete agentes de desenvolvimento responderam afirmativamente. Para quatro entrevistados ocorreu a melhoria da produção, o fato dos agricultores familiares terem melhorado a produção, para dois entrevistados se dá devido a tecnificação e uso de tecnologias. Para dois entrevistados, devido ao aumento da produtividade como pode-se ver no relato do entrevistado:

[...] percebe que o produtor busca também dar uma melhorada nessa parte de adubação, parte de produção, e utilizando as tecnologias que ele se dispõe né, também buscado aumentar a produtividade das áreas. As áreas continuam talvez não aumentando em proporção de área, mas sim a produtividade aumentando (Agente 2, PG/Projetos).

A melhoria da produção, para um entrevistado está relacionada às exigências do programa que acaba fazendo com que o produtor procure assistência técnica e conseqüentemente acaba aumentando a produtividade, conforme menciona *“[...] em função da exigência de projeto né, e a exigência da produtividade. Ele vai ao criticar a sua produção, ao ter que conversar com a assistência para ver como ele esta produzindo, faz melhorar, faz procurar melhoria”* (Agente 3, NP).

Para três entrevistados as mudanças que percebem na agricultura familiar devido ao Pronaf é a redução da diversificação e aumento da monocultura da soja, conforme menciona a entrevistada: *“A grande questão é que grande parte foram para as commodities, pela facilidade de venda”* (Agente 5, PG).

Para dois agentes de desenvolvimento o modo de produção dos agricultores familiares não mudou a partir do Pronaf. Para um entrevistado a mudança é decorrente da agricultura e não do programa, conforme relata *“Como o Pronaf é muito antigo, a mudança de produção vem de acordo com toda a agricultura, porque na realidade antigamente o produtor pequeno tinha o seu método mais artesanal, isso não existe mais né[...]e se a agricultura evoluir eles vão evoluir junto”* (Agente 3, PG). Já para outro entrevistado que não percebe mudanças no modo de produção devido ao Pronaf, acredita que os agricultores estão produzindo normal, conforme menciona *“Não, produção eles estão produzindo normal. Claro, eles tão melhorando a sua produtividade, como eu disse anteriormente eles estão correndo atrás,*

*umentando sua produtividade, dando retorno”* (Agente 2, NP). A seguir, será apresentado sobre os principais pontos positivos do Pronaf, destacados pelos entrevistados da pesquisa.

#### **5.4 Aspectos positivos e negativos do Pronaf: percepção dos agricultores familiares e agentes de desenvolvimento de Nova Palma e Pinhal Grande**

Após os agricultores responderem as questões fechadas sobre o Pronaf no processo de transformação do território de Nova Palma e Pinhal Grande, foi questionado quais os pontos positivos e negativos do programa. As respostas dadas pelos agricultores familiares foram anotadas no caderno de campo, as quais foram fundamentais para a realização dessa seção. Os resultados confirmam o que já foi apresentado ao longo do estudo, como pontos positivos do estudo, onze entrevistados destacam que o Pronaf possibilita a compra de maquinários e insumos para a lavoura. Cinco agricultores familiares entrevistados apontam como um dos pontos positivos os juros baixos quando comparado com outros financiamentos.

Para quatro agricultores participantes da pesquisa o ponto positivo do Pronaf está relacionado a disponibilização de crédito. Três entrevistados destacam que o programa possibilita o agricultor familiar estruturar a propriedade, adquirir bens. Também para três entrevistados o Pronaf possibilitou a redução da penosidade do trabalho do campo. Outros pontos positivos citados pelos agricultores familiares entrevistados foram o prazo de pagamento, apontado por dois agricultores, a questão de ter seguro agrícola o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), mencionado por dois entrevistados, o aumento da renda, para um entrevistado, e a melhoria da qualidade de vida, apontado por um agricultor entrevistado.

Os resultados encontrados na pesquisa se assemelham resultados de Camara et al., (2020), que destacam como aspectos positivos do Pronaf, principalmente através da linha Mais Alimentos, o aumento da produtividade, a melhoria e facilitação dos processos produtivos, devido a aquisição de maquinários agrícolas, o que consequentemente contribuiu para reduzir a penosidade do trabalho no campo, também o aumento da qualidade de vida dos agricultores e o incentivo aos jovens a continuarem no meio rural. Para os autores, devido os aspectos positivos elencados, o programa cumpre com o seu principal objetivo que é melhorar a qualidade de vida da população rural.

A partir dos pontos positivos apontados pelos agricultores familiares é possível notar que a disponibilização de crédito é importante para o desenvolvimento das atividades dos agricultores familiares. Além disso, uma coisa está ligada na outra, ter crédito possibilita

investir em maquinários e insumos, o que possibilita a redução da penosidade do trabalho do campo, pois a maioria dos serviços são realizados com os maquinários, e aumenta a produtividade, melhorando assim a renda e a qualidade de vida dos agricultores familiares.

Quanto aos principais pontos negativos do Pronaf citados pelos agricultores familiares entrevistados aponta-se os juros altos, mencionado por três entrevistados; as exigências burocráticas, apontado por dois entrevistados, e o prazo de pagamento que poderia ter um prazo mais longo, citado por um entrevistado. Além disso, um agricultor aponta a necessidade de uma linha de crédito para aquisição de terra, e outro destaca a falta de instrução do programa, a necessidade de existir uma capacitação aos agricultores, de como usar o recurso, de como administrar os recursos do programa.

A metade dos agricultores entrevistados, nove deles, não percebem pontos negativos do Pronaf. E, para três entrevistados o que muitas vezes acontece é o mal-uso dos recursos, a falta de administração, não sendo um ponto negativo do programa em si, e sim do beneficiário.

Os agentes de desenvolvimento também foram questionados sobre os aspectos positivos e negativos do Pronaf. Como pontos positivos, quatro entrevistados destacam que o programa é uma política diferenciada para os agricultores familiares, conforme menciona a entrevistada:

Os pontos positivos é que é uma política diferenciada, entre a grande propriedade e as menores, que somos nós até quatro módulos fiscais. Essa diferença que tem que continuar, que o agricultor pequeno é nós, nossa categoria então teria que ter mais ainda incentivo e a grande já ta, ela se supera, ela vive sozinha, ela não precisa de subsídio, ela não precisa de recurso subsidiado, ela que atende as políticas de mercado (Agente 1, PG)

Três agentes de desenvolvimento entrevistados, citam como ponto positivo do programa o incentivo pra a tecnificação e modernização das propriedades, conforme relata a entrevistada *“o Pronaf [...]tem esse lado positivo que é a questão de proporcionar acesso a bens, que com recursos próprios talvez a pessoa não conseguiria, teria mais dificuldade ou levaria mais tempo”*(Agente 4, NP).

Para dois agentes de desenvolvimento entrevistados o ponto positivo do programa é a facilidade de crédito. Também para dois entrevistados um ponto positivo é o seguro agrícola, o Proagro. Além da disponibilização de informações que o programa proporciona para os agricultores, citado por um agente de desenvolvimento, conforme mencionado pelo entrevistado:

O principal é esse de levar conhecimento, forçar o produtor a buscar conhecimento, buscar tecnologia, técnicas de produção. E o outro, é diminuir o estresse financeiro com dinheiro, com financiamento, com capital de giro, por ter o dinheiro na hora certa pra comprar, não precisar ter dinheiro na hora que vende, e a garantia, junto com o financiamento, ele tem a garantia de não perder o ano. a gente pensa que quando da uma estiagem perdeu só o recurso, mas é o tempo que foi perdido, o trabalho daquele ano inteiro foi fora. Então com o seguro dentro do Pronaf, esse ano a gente teve um seguro diferenciado, o seguro agrícola, que ele cobria além do que o Proagro cobre, então dava mais cobertura, ele garante uma produtividade maior também para o agricultor. É um pouco mais caro, mas tem por outro lado o subsídio do governo, e teve até o final do mês passado. Então, o acesso ao seguro através do financiamento é o terceiro ponto mais importante do financiamento, do Pronaf para a agricultura (Agente 3, NP).

Para um agente de desenvolvimento entrevistado, o ponto positivo do Pronaf é que mantém o agricultor familiar no campo, conforme relata, *“Pra mim o maior ponto positivo é manter o produtor no campo produzindo[...] produzindo e se mantendo, com certeza”* (Agente 3, PG). Quanto aos pontos negativos do Pronaf, dois agentes de desenvolvimento entrevistados destacam a falta de instrução. O programa não disponibiliza um treinamento de como o agricultor pode administrar o recurso da melhor maneira, como mencionado pelo entrevistado:

Eu acho que os pontos negativos, muitas vezes não se tem acompanhamento público pra isso. Ele disponibiliza o crédito para o produtor, mas aí cada produtor acaba fazendo de sua forma, não tendo aquele incentivo pra determinadas culturas ou produção pra comercialização[...] falta mais a parte de acompanhamento, assistência, orientação pra ajudar na organização do produtor (Agente 2, PG).

Outro ponto negativo do Pronaf, citado por uma entrevistada, são os juros elevados e as exigências burocráticas do programa, como pode-se observar no relato:

Juros altos. Juros altos, e ta crescendo a burocracia [...] tem que ser uma coisa mais flexível, fiscalizado sim, acho que isso não pode, não pode desmerecer os cuidados, mas assim que seja uma coisa mais leve para os agricultores [...] esse ponto é muito negativo, e o juro sem isso é unanimidade (Agente 1, NP).

Para uma entrevistada o ponto negativo do programa é o endividamento, mas não cita as razões disso. Para cinco agentes de desenvolvimento entrevistados o programa não tem ou não percebem pontos negativos. Desses, para um o que acontece é o mau uso do recurso, como menciona *“Eu acho que assim, o ponto negativo não é do Pronaf, é de pessoas que se favorecem do Pronaf. Na realidade ele não tem pontos negativo, o ponto negativo pra mim é pessoas que não querendo se favorecer”* (Agente 3, PG). E, para um entrevistado que não vê pontos negativos do programa, mas destaca a necessidade de se pensar nos jovens:

[...] poderia se pensar na questão de permanência do jovem, tinha que o Pronaf prever uma melhoria do Pronaf, que seja um incentivo real para o jovem ficar no campo. Nesse sentido sim, é uma parte que poderia melhorar. Por que a gente nem faz aqui essa DAP sucessória, porque não tem interesse nenhum (Agente 5, PG).

Como visto na fala do entrevistado, mesmo ele não identificando pontos negativos do Pronaf ressalta a necessidade de uma atenção especial quanto aos jovens. Existe uma linha dentro do Pronaf destinada aos jovens, o Pronaf Jovem, no entanto segundo Marin (2020), é uma linha de crédito muito bem pensada no papel, mas quando colocada em prática não atende as reais necessidades dos jovens rurais. Para Barcellos (2017), os principais entraves do Pronaf Jovem, estão nas dificuldades que os jovens enfrentam para viabilizar os projetos técnicos e encontrar apoio nas agências bancárias, além da ausência de vinculação do jovem a DAP familiar, que é um dos requisitos para a concessão de crédito. A seguir o Quadro 16, apresenta aspectos positivos e negativos do Pronaf, de acordo com as percepções dos agricultores familiares e agentes de desenvolvimento de Nova Palma e Pinhal Grande.

Quadro 16 - Aspectos positivos e negativos do Pronaf: percepção dos agricultores familiares e agentes de desenvolvimento de Nova Palma e Pinhal Grande/RS

Aspectos Positivos	Aspectos negativos
Possibilita a compra de maquinários e insumos- onze entrevistados Juros baixos, quando – cinco entrevistados Disponibilização de crédito- quatro entrevistados Política diferenciada para os agricultores familiares- quatro entrevistados Proagro- quatro entrevistados Incentivo para a tecnificação, modernização das propriedades- três entrevistados Possibilita o agricultor se estruturar- três entrevistados Redução da penosidade do trabalho do campo- três entrevistados Prazo de pagamento- dois entrevistados Facilidade do crédito- dois entrevistados Mantém o agricultor no campo- um entrevistado Disponibilização de informação aos agricultores- um entrevistado Aumento da renda- um entrevistado Melhoria da qualidade de vida- um entrevistado	Falta instrução para o agricultor- três entrevistados Juros altos- quatro entrevistados Exigências burocráticas- dois entrevistados Endividamento- um entrevistado Prazo de pagamento- um entrevistado Falta uma linha de crédito para compra de terra- um entrevistado

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Os principais pontos positivos do Pronaf citados pelos agricultores familiares e agentes de desenvolvimento são semelhantes aos encontrados em outros estudos. O programa ao longo de sua atuação é reconhecido pelo aumento do volume de recursos disponibilizados (MATTEI, 2015). Além do aumento do montante de recursos distribuídos para financiar as atividades produtivas, ocorreu o aumento do número de beneficiários (RESENDE; MAFRA, 2016). Os agricultores citam as taxas de juros e o prazo de pagamento como pontos positivos,

isso é resultado dos avanços do programa também na redução das taxas de juros, melhores condições de pagamento, diversificação do público beneficiário, simplificação das condições de acessos ao programa (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014).

Também como ponto positivo é citado, pelos agricultores, o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida, e os agentes de desenvolvimento destacam que o programa contribui para a permanência do agricultor no campo. Além disso, é citado a questão da compra de maquinários e implementos agrícolas. Para Gazolla e Schneider (2013), o Pronaf tem melhorando as condições de produção, fortalece a inserção de tecnologias na atividade rural, fomentando a permanência dos agricultores no campo, além de contribuir para o aumento da oferta de alimentos e da produtividade (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

Em relação aos aspectos negativos do Pronaf, foi citado pelos agricultores familiares as exigências burocráticas do programa. Para Sousa e Nierdele (2021), com o passar dos anos aumentou a burocracia dos agentes bancários em relação à viabilidade técnica dos projetos de financiamentos. Para os autores, a partir do momento que aumenta a burocracia, acaba-se fortalecendo a seletividade, ou seja, os agricultores com mais acesso a informação e mais capitalizados passam a ter maior participação no programa.

Após a apresentação dos aspectos positivos e negativos do Pronaf, na percepção dos agentes de desenvolvimento e dos agricultores familiares que reforça o que já foi debatido ao longo do estudo, o próximo capítulo apresenta as considerações finais desta pesquisa.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar é uma categoria heterogênea, e devido a sua diversidade é necessário que existam políticas públicas específicas que atendam às reais necessidades da categoria social. No entanto, por muito tempo os agricultores ficaram as margens dos programas de apoio à agricultura, principalmente quando se trata de crédito rural. Os agricultores familiares disputavam crédito com médios e grandes produtores, com elevadas taxas de juros, e que não tinham o objetivo de fomentar a categoria social. Após muitas lutas e reivindicações, em 1996, foi criado o Pronaf, uma política de crédito rural específica para atender os agricultores familiares, representando um marco de reconhecimento da agricultura familiar.

O programa, nos seus mais de 20 anos de atuação, disponibiliza recursos para custeio e investimento, tendo como objetivo fomentar a agricultura familiar e melhorar as condições de vida dos agricultores familiares. Diante disso, é importante conhecer e entender a dinâmica do programa no território em que está atuando. Assim, o estudo buscou identificar a contribuição do Pronaf no processo de territorialização/desterritorialização da agricultura familiar dos municípios de Nova Palma e Pinhal Grande, localizados no território da Quarta Colônia de Imigração Italiana, situado na região central do Rio Grande do Sul.

De forma ampla, o território em estudo (Nova Palma e Pinhal Grande) localiza-se na região central do Rio Grande do Sul e é pertencente da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana. No território há predomínio da agricultura familiar, entre os estabelecimentos agropecuários. Em Nova Palma 88% dos estabelecimentos são considerados de agricultura familiar e em Pinhal Grande 92%. Nos municípios tem-se a diversificação da produção, desde produção de feijão, milho, trigo, arroz, fumo, soja, até a criação de bovinos de corte e leite, suínos, ovinos, além da produção em agroindústrias.

Por ser um território com forte presença da agricultura familiar, o Pronaf acaba desempenhando um papel significativo no desenvolvimento do território, visto que os agricultores familiares acessam os recursos do programa para fomentarem as atividades dentro de seus estabelecimentos. No período de 1999 a 2019, foram acessados R\$ 844.7 milhões de reais em créditos do Pronaf pelos agricultores familiares de Nova Palma e Pinhal Grande. Do total de recursos distribuídos, a maior parte foi destinada ao crédito custeio, representando 70,32% do montante distribuído no período.

Em Nova Palma e Pinhal Grande, com o passar dos anos diminuiu o volume de crédito disponibilizado e a quantidade de contratos, no entanto ocorreu aumento do valor médio das

operações, isso pode estar relacionado com a situação política e econômica em que o país vivenciado nos últimos anos do período de análise. Ou seja, o programa apresenta caráter seletivo, dificultando a entrada de novos beneficiários e fortalece a produção de *commodities*. Especialmente em relação ao aumento do valor médio dos contratos, estes estão relacionados com o aumento do custo de produção, o que conseqüentemente faz os agricultores demandarem mais recursos para custear a produção, se tornando cada vez mais dependentes de recursos financeiros para cobrir os custos de produção das lavouras.

Quando se trata das culturas que estão sendo financiadas com os recursos do Pronaf, no território em estudo, destaca-se em Nova Palma a soja, o milho, o feijão, o trigo e o arroz, e em Pinhal Grande a soja, o milho, o feijão e o trigo. Apesar do número de contratos e do comportamento das contratações de cada cultura ser diferente, ao longo dos anos, em cada município existem pontos em comum. Tanto em Nova Palma como em Pinhal Grande, nos dez primeiros anos de análise as duas principais culturas financiadas que registraram maior número de contratações foram milho e feijão. E nos dez últimos dez anos de análise, as duas culturas que registraram o maior número de contratações foram soja, seguida de milho. Fica evidente que os recursos do Pronaf estão sendo destinados a produtores de *commodities*.

A cultura da soja, além de ser uma das que mais registrou contratações no período em análise, é também a que, a partir de 2006, passa a captar a maior parte dos recursos do Pronaf até o último ano de análise. Enquanto as demais culturas apresentam queda no montante disponibilizado, com o passar dos anos, a cultura da soja apresenta crescimento constante, devido principalmente a valorização dos preços internacionais desse grão e do aumento dos custos de produção.

Cabe destacar que, em diversos momentos, é possível observar que o comportamento do Pronaf no território em estudo responde as mudanças que ocorrem em nível nacional. Em 2008 ocorreu um aumento significativo do montante de crédito repassado pelo Pronaf no território em estudo. Também em 2008 teve um aumento significativo do crédito investimento, esse aumento no repasse e ao crédito investimento pode ser explicado devido as mudanças ocorridas no programa. A partir de 2014 verifica-se redução do montante distribuído pelo Pronaf, no território, que pode estar relacionada com a crise que viria se instaurar no país. Diante disso, fica evidente que o comportamento do programa no território de Nova Palma e Pinhal Grande, reage as mudanças econômicas que ocorrem no país e que tem um comportamento semelhante do programa a nível nacional.

Quanto as principais transformações que o Pronaf está gerando no território em estudo de acordo com os agricultores familiares entrevistados, na dimensão econômica do território

nota-se ampliação da área plantada, aumento da produtividade, estruturação e modernização dos estabelecimentos agropecuários. Além destas transformações, mesmo tendo aumentado as contas a pagar devido aos financiamentos do Pronaf, tem-se o aumento da renda dos agricultores devido ao programa.

Para os agentes de desenvolvimentos, as mudanças que ocorreram na dimensão econômica do território devido ao Pronaf, foram a expansão da área plantada e aumento da produtividade devido aos recursos disponibilizados. O programa possibilitou a melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos agropecuários e aquisição de maquinários, reduzindo a penosidade do trabalho do campo. O Pronaf no território em estudo contribui para aumentar a renda dos agricultores familiares pois, fortalece a produção e contribui para o aumento da produtividade. Destaca-se ainda, que o Pronaf ao mesmo tempo que possibilitou o financiamento de diferentes culturas e atividades, como produção de leite e agroindústrias, fortaleceu a monocultura, principalmente de soja.

Diante disso, percebe-se que no território em estudo o Pronaf contribuiu para a territorialização de uma agricultura familiar mecanizada e com melhores infraestrutura dos estabelecimentos agropecuários. A mecanização da agricultura familiar contribuiu para a redução da penosidade do trabalho e agilidade dos processos de produção, visto que plantar, cuidar da plantação e colher se tornou um processo mais rápido. A mecanização da agricultura familiar possibilitou também a autonomia dos agricultores familiares, ou seja, serem donos de seus meios de produção. Pode-se dizer que a agricultura familiar, no território em estudo vive em um círculo vicioso. Ao passo que aumenta a área plantada e produtividade os agricultores têm condições de investir em maquinários e implementos agrícolas. E no momento que investem em maquinários e implementos agrícolas passam a aumentar a área plantada e a produtividade.

Mesmo o Pronaf tendo contribuído para a territorialização da produção de grãos, voltadas para a comercialização, a produção diversificada para o autoconsumo está presente. Visto que os territórios são formados em longos períodos de tempo, o que não significa que as mudanças que ocorrem com o passar do tempo alterem a configuração territorial anterior. Ou seja, as mudanças ocorridas no território de Nova Palma e Pinhal Grande, devido ao Pronaf, são exemplos disso. Na agricultura familiar do território em estudo, há uma intensa produção de grãos, como soja e milho, mas ao mesmo tempo a produção de subsistência permanece, como a produção de mandioca, batata, ovos, carne, frutas, verduras. A produção de alimentos para o consumo familiar é uma característica resultante do processo histórico de formação do território de Nova Palma e Pinhal Grande, e se mantém até os dias atuais.

As principais transformações que ocorreram na dimensão cultural do território de Nova Palma e Pinhal Grande, de acordo com os agricultores foram o aumento da dependência de agências bancárias, aumento da participação das mulheres nas atividades e na gestão dos estabelecimentos agropecuários, mudanças na paisagem do território (mais lavouras, estabelecimentos agropecuários mais estruturados), redução do trabalho comunitário e aumento da competitividade entre vizinhos.

Para os agentes de desenvolvimento as principais transformações que ocorreram na dimensão cultural do território foram: aumento da participação das mulheres na gestão dos estabelecimentos agropecuários, em decorrência da atividade leiteira e das exigências do programa, em que precisa a assinatura da esposa para realizar o financiamento; mudanças na paisagem, como expansão das lavouras, melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos agropecuários, aquisição de maquinários, e presença da monocultura da soja; perda das experiências e costumes no modo de plantar e colher devido a inserção de tecnologia e mecanização. No entanto reduziu a penosidade do trabalho do campo; a produção se tornou mais voltada para a comercialização; e ocorreu a individualização do trabalho, os agricultores passaram a trabalhar cada um para si.

Diante disso, mesmo o Pronaf tendo aspectos de desterritorialização, como a redução da cooperação entre os agricultores devido a inserção de tecnologias e maquinários. O programa apresenta uma reterritorialização como a mulher mais ativa e presente, seja nas atividades dentro do estabelecimento, na ajuda na gerencia, dirigindo tratores, como também na participação dos compromissos com as agências bancárias.

Outro ponto que merece destaque, foi a territorialização da soja no território em estudo a partir do Pronaf. A produção de soja alterou a paisagem do território e modificou as estruturas dos estabelecimentos. Tornou-se, em diversos casos, a principal fonte de renda dos estabelecimentos agropecuários. A territorialização dessa oleaginosa tem seus pontos negativos e positivos. Os pontos negativos estão relacionados à dependência que os agricultores têm tanto em agências bancárias quanto ao uso de tecnologias para produzir a oleaginosa, destaca-se também os altos investimentos que a cultura demanda e a redução da diversificação dentro dos estabelecimentos, fomentando a especialização produtiva. No entanto, a produção de soja, em alguns casos, está mantendo os jovens no campo e reduzindo o êxodo rural. Visto que devido à idade avançada dos agricultores familiares, produzir soja é que matem eles no meio rural, pois é uma cultura que não exige esforço físico, já que se usa maquinários.

Na dimensão natural, as principais transformações que ocorreram de acordo com os agricultores, foram o aumento do uso de agrotóxicos, o plantio direto, a rotação de culturas e a utilização de práticas corretivas de solo. O aumento do uso de agrotóxicos está relacionado com o aumento das áreas de plantio, com o passar dos anos devido ao Pronaf aumentou a área plantada, conseqüentemente os agricultores passaram a utilizar mais agrotóxicos. Essas mudanças também foram citadas pelos agentes de desenvolvimento. Mesmo com o aumento do uso de agrotóxicos, verifica-se por outro lado a preservação, principalmente do solo. A partir do Pronaf os agricultores passaram a realizar plantio direto, rotação de culturas e práticas corretivas do solo.

Dessa forma, considerando as questões iniciais da pesquisa destaca-se: o Pronaf, no território em estudo, tem contribuído tanto para a territorialização da agricultura familiar, como para a sua desterritorialização e uma possível reterritorialização.

A forma com que o crédito é usado, a tomada de decisão dos agricultores que é baseada em uma série de fatores alheios ao Pronaf, como o preço das *commodities*, por exemplo é o que define o que acontecerá no território e como o recurso será usado. Por isso, destaca-se a necessidade dos órgãos públicos conhecerem as características e especificidades dos agricultores e também do território em que o programa atua. Além de identificar quais os pontos fortes e os pontos fracos do programa em cada território, a fim de criar estratégias que possam aperfeiçoar a política pública.

Nos mais de 20 anos de atuação, pode-se dizer que o Pronaf está contribuindo em partes para o desenvolvimento territorial de Nova Palma e Pinhal Grande. O programa disponibiliza recursos, dessa forma os agricultores familiares conseguiram expandir as áreas de plantio, comprar insumos de qualidade e investir em maquinários, e com isso aumentou-se a produtividade. Os agricultores passaram a ter mais renda devido à produção, reduziu-se a penosidade do trabalho no campo devido à mecanização, melhorou-se a infraestrutura das propriedades, e conseqüentemente melhorou a qualidade de vida dos agricultores familiares e sua família. No entanto, em certos momentos o programa, deixa de lado as características culturais dos agricultores, o saber fazer, as experiências e costumes, a cooperação entre vizinhos, volta-se para uma produção destinada a comercialização.

Diante disso, a partir dos resultados encontrados no estudo se reafirma a premissa levantada no início do estudo. O Pronaf tem contribuído parcialmente para o desenvolvimento do território. O programa vem sendo usado para custear a produção, com isso garante renda e a reprodução social, mantendo a população no campo. No entanto, o programa está financiando a monocultura da soja e do milho, estimulando a produção de *commodities* e com

isso, a perda das características locais de solo, relevo, vegetação, bem como altera as relações do homem com o ambiente e a perda dos laços culturais, do saber fazer presentes no território.

Acredita-se que, através dos resultados obtidos, a pesquisa possa contribuir socialmente para que o Pronaf seja revisto e busque alterações na configuração e na estrutura operacional de forma a colaborar no processo de desenvolvimento dos territórios, em especial melhorando as condições de vida dos agricultores familiares. Por fim, verifica-se a carência de políticas públicas específicas para o fomento e permanência dos jovens no território em estudo, bem como a falta de assistência técnica e cursos de gestão para os agricultores familiares, políticas estas que complementariam o programa de crédito no esforço de garantir a melhoria na qualidade de vida no campo.

## REFERÊNCIAS

AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G. S. **Pesquisa de Marketing**. Traduzido por Reynaldo Cavalheiro Marcondes. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ABAF- Anuário Brasileiro de Agricultura Familiar, 2019. Editora: Bota Amarela, 2019. *Online*. Disponível em: < [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/edicao-dccb1c3a558c50d389c24d69a9856730.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/edicao-dccb1c3a558c50d389c24d69a9856730.pdf) > Acesso, 15 de janeiro de 2020.

ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G. e LATTUADA, M.(orgs.) **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ciccus. 2006.

ABRAMOVAY, R. et al. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. **Anais..** Brasília: SOBER, 2001.

ABRAMOVAY, R. et al., **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padres sucessórios**. Brasília: Edições Unesco, 1998.

ALVES, E., MANTOVANI, E.C., OLIVEIRA, A. J. Benefícios da mecanização na agricultura. *Agroanalysis*, v. 25, n. 10, p. 38-42, 2005.

ARAÚJO, P. F. C.; MEYER, R. L. Agricultural Credit Policy in Brazil; Objectives and Results. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 55, n.5. p. 957- 961, dez. 1977.

ARAÚJO, J. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Análise dos impactos do Pronaf na agricultura do Brasil no período de 2007 a 2016**. Texto para Discussão (IPEA), v. 2412, p. 7-52, 2018.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Os presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. 4 ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2009.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. (Des) Caminhos da Política de Crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. **Anais...I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade**, Natal, 2010.

AQUINO, J. R; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C (Org.); SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

AMORIM, F. R., et al. O grau de inadimplência do Pronaf no assentamento de reforma agrária de Ibitiúva no município de Pitangueiras – SP. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, v.4, n.1, p.53-62, 2014.

BACHA, C. J. C.; DANELON, L.; DEL BEL FILHO, E. Evolução da taxa de juros real do crédito rural no Brasil – período de 1985 a 2003. **Revista Teoria e Evidências Econômicas**, Passo Fundo, v. 14, n. 26, p. 43-69, maio 2006.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **IGP-DI**. Brasília: Bacen, 2017b. Disponível em:<<https://www.portalbrasil.net/igp.htm>> acesso em: 22 de janeiro de 2020

BARCELLOS, S. B. As políticas públicas para a juventude rural: o Pronaf em debate. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.48, jan-jun, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**.São Paulo: Edições 70, 2011.

BELIK, W. O financiamento da agropecuária brasileira no período recente. Texto para Discussão/Instituto de Pesquisa Aplicada,**IPEA**, Brasília, v. 1, p.1-65, 2015.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF**, 1995-2015: avanços e desafios. Brasília: SAF; MDA, 2015.

BIANCHINI, G. N.; AREND, S. C.; KARNOPP, E. A formação das práticas nas agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS. In: **Anais...** VIII Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, de 13 a 15 de setembro de 2017.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa-preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**.2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente (IE/UNICAMP). Campinas (SP), 2003.

BRASIL. **Assistência Social**. Programas Sociais. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-beneficios-do-programa-bolsa-familia>>Acesso em:15/02/2021.

BRASIL. **Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar:PRONAF e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm) >. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>.Acesso em: 5 de fevereiro de 2020.

BRASIL. **Lei n.454, de 9 de julho de 1937**.Autoriza o Tesouro Nacional a subscrever novas ações do Banco do Brasil, até a importância de 100.000:000\$000, e emitir “bônus” para financiamento da agricultura, criação e outras indústrias. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/L0454.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0454.htm)>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2020.

BRASIL. **Lei n.4829, de 5 de novembro de 1965**. Institucionaliza o crédito rural. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4829.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4829.htm)>. Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

BRASIL. **Lei n.6.746, de 10 de dezembro de 1979**. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1970-1979/L6746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6746.htm)>. Acesso em: 03 de março de 2020.

BREITENBACH, R.; TROIAN, A. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v.56, n.1, p. 26-37, jan/abr, 2020.

BRITO, C.C. Conceito de território rural e políticas públicas e sua evolução histórica nos governos FHC e Lula. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 22, n. 72, maio/ago., p. 173-192, 2017.

BUENO, C. T.; SILVA, S. M. V. O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul- RS. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v.23, n.51, p.279-299, jan-abr, 2020.

CAMARA, S. B. et al. Contribuições do Pronaf Mais Alimentos. **Revista Política Agrícola**. n.1, Jan-Mar, p. 73-81, 2020.

CAMPAL, COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA NOVA PALMA. Disponível em: <<https://www.camnpal.com.br/>> Acesso em: 15/02/2021.

CASTRO, F. T. Juventude rural e as contribuições do Projeto Transformar de capacitação de jovens rurais no sul de minas (2006-2013). **Experiência**, Santa Maria, UFSM, v.2, n.2, p.15-34, ago/dez, 2016.

CASTRO, P. R. V. Do estado ao mercado: a trajetória do crédito rural brasileiro e as diversas fontes de financiamento, período colonial ao século XXI. **Revista Técnica do Instituto de Economia Agrícola (IEA)**, São Paulo, v.47, n.3, p. 40-49, jul./set., 2017.

CENCI, A. **Análise do perfil das agroindústrias familiares situadas na região do CONDESUS**. 2007. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento) - Curso de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

CHELOTTI, M. C.; A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na Campanha Gaúcha. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v.8, n.15, p. 1-15, fev., 2013.

CHEMIN, B. F.; AHLERT, L. A sucessão patrimonial na agricultura familiar. **Revista Estudo & Debate**. Lajeado, v. 17, n.1, p.49-74, 2010.

COELHO, L. B.; PAULA, N. M. Políticas Públicas E Agricultura Familiar: Uma Análise Do Pronaf No Território Do Cantuquiriguaçu/Pr. **Revista Grifos**.Unochapecó- Chapecó, v. 27n.45, p. 183-203, 2018.

CONTERATO, M. A.; BRÁZ, C. A.; RODRIGUES, S. R. A *commoditização* do Pronaf e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Grifos – Unochapecó**. Dossiê: PRONAF 25 anos: Histórico, transformações e tendências. v.30, n.51. p. 190-211, 2021.

COSTA, C.; FROELLICH, J. M. Políticas públicas e masculinização rural no Rio Grande do Sul- uma abordagem a partir das condições regionais. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v.9, n.17, p. 27-54, mar, 2014.

COSTA, V. G. **Políticas públicas e agricultura familiar: uma avaliação do Pronaf em dois assentamentos rurais da Mata Sul Paraibana**. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

COSTA, V. G.; GONÇALVES, A. F. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: uma análise crítica. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, n. 9, p.93-108, 2016.

COSTA, C. J. P.; NETO P. M. J. Fatores determinantes da inadimplência do crédito rural PRONAF em áreas de assentamento de reforma agrária no nordeste do estado do Pará. **Economia e Desenvolvimento**, p.101-130, v. 10, n. 1, 2011.

COTRIJUC, COOPERATIVA AGRÍCOLA DE JÚLIO DE CASTILHOS. Disponível em <<https://www.cotrijuc.com.br>> Acesso em: 15/02/2021.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DALLABRIDA, V. R. A Gestão Social dos Territórios nos Processos de Desenvolvimento Territorial: Uma Aproximação Conceitual. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.44-60. 2007.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à sua avaliação prática. **Análise Social**, Lisboa, v. 215, n. 50 (2), p. 304-328, 2015.

DALLANORA, I. B. **Organização do espaço rural de Pinhal Grande-RS: Potencialidades e desafios da agricultura familiar**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

DECIAN, I. A. S. **Aplicação de geotecnologias no planejamento de unidade político-administrativa municipal**. Dissertação (Mestrado em Geomática). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. G (org.) **Brasil Rural em Debate**. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, Brasília, 2010.

DEL GROSSI, M. E. **Políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar no Mercosul ampliado: o caso do Brasil**. Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado; CONTAG. Março, 2019.

DE PAULA, S. P. Fazenda do Centro: Imigração e Colonização Italiana no Sul do Espírito Santo. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2008.

- DIAS, G.; AGUIAR, L. PRONAF: Agricultura Familiar Camponesa, Desenvolvimento Territorial Rural E Multifuncionalidade Em São João Del-Rei/Mg. **Rev. Geogr. Acadêmica**, Boa Vista, v.10, n.2, p.138-153, 2016.
- DORIGON, C. O mercado informal dos produtos coloniais da região oeste de Santa Catarina. *In: Anais... V Encontro Nacional de Estudos do Consumo e I Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo*. Rio de Janeiro, de 15 a 17 de setembro, 2010.
- DORREGÃO, V. V. **A participação de mulheres na atividade leiteira: um estudo de caso do município de Orleans/SC**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico), Universidade do Extremo Sul Catarinense, Cricúma, Sc, 2018.
- DUMER, M. C. R.; CARVALHO, N.; SOUZA, A. M.; RIBEIRO, A. L.; COSTA, R. A. O. Inadimplência do PRONAF um estudo no município de Afonso Cláudio-ES. **Revista de Agronegócio** – Reagro, v.6, n.2, p. 36-48, 2017.
- FACCO, D. S.; BENEDETTI, A. C. A evolução temporal do uso e ocupação da terra em municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana- RS. **Ciência e Natura**. Santa Maria, v.38, n.3, p.1254-1264, 2016.
- FELIN, E. T. **Especialização das agroindústrias familiares da Quarta Colônia: uma interpretação sociológica através do uso de informações Geográficas**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geomática)- Curso de Pós-graduação em Geomática, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.
- FERNANDES, A. G.; FELIN, E.T.; MARCHESAN, J. Agroindústrias familiares da Quarta Colônia: trabalho e tradição. **Revista Latino Americana de História**, Unisinos. v.1, n.3, p.249-260, mar. 2012.
- FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J. Diversificação e Competitividade nas Cooperativas Agropecuárias. **RAC**, v. 8, n. 4, P. 33-35, Out./Dez. 2004.
- FIGUEIREDO, L. C. Quarta Colônia de imigração italiana na região central do Rio Grande do Sul: Os sítios históricos na construção do patrimônio e da paisagem cultural. **R. Ra'e Ga** - Curitiba, v.31, p.147-183, ago. 2014.
- FISCHER, A. et al. Percepção das normas da vigilância sanitária pelos agricultores familiares de Joaçaba, Herval D'Oeste E Luzerna. **Gestão & Regionalidade**, v. 32, n.95, maio-ago, 2016.
- FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.17-27, 2008.
- FOSSÁ, J. L.; COMERLATTO, D.; CHEMIN, P. Crédito rural no Brasil: das concessões à institucionalização de políticas. *In: Anais... I Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional*, Taquara, Rio Grande do Sul, de 31 de março a 1º de abril de 2016.

FRANCHINI, J. C. et al. **Importância da rotação de culturas para a produção agrícola sustentável no Paraná**. Londrina: Embrapa Soja, ISSN 1516-781 X; n.327, 52p. 2011.

FROEHLICH, J. M, et al. A agricultura familiar e as experiências de Indicações Geográficas no Brasil meridional Geográficas no Brasil meridional. **Agrociencia Uruguay**, Montevideo, v.14, n. 2, p. 115-125 – jul/dez. 2010

FROEHLICH, J. M.; DULLIUS, P. R.; VENDRUSCOLO, R. Território Quarta Colônia/RS. In: FIR: FIRKOWSKI, O. L. C. F. (Org.). **Transformações territoriais – experiências e desafios**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

FROEHLICH, J. M. et al. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, Santa Maria. V.41, n.9, p. 1674-1680, 2011.

FUNDAÇÃO ECONÔMICA E ESTATÍSTICA (FEE). **Perfil Socioeconômico RS-Municípios**. 2018. Disponível em: < <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/>> acesso em: fev, 2020.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estud. soc. agric.** Rio de Janeiro, v.15, p. 89-122, 2007.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma Análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), Brasília, v. 51, p. 45-68, 2013.

GAZOLLA, M.; VIGANÓ, C.; MARINI, M. J. PRONAF no estado do Paraná: quais lógicas de desenvolvimento têm sido fortalecidas?. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 751-773, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1982.

GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XIV, Jan – Dez, 2007.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**. UFRJ. v. 1, n. 2, p.83-109, 2010.

GRISA, C. GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Uma produção invisível na agricultura familiar: autoconsumo, alimentação segurança e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, vol 16, n.31 Mérida, 2010.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP. v.52, n.1, p. s125-s146, 2014.

GRISA, C.; WESZ JR., V.J.; BUCHWEITZ, V.D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, v.52, n. 2, 2014.

GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr./jun.2007.

GUANZIROLI, C. H.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 a 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, SP, v.50, n.2, p. 351-370, 2012.

GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A. Existe na Agricultura Brasileira Um Setor que Corresponde ao “Family Farming” Americano? **RESR**, Piracicaba-SP, v.52, 2014.

GUERRA, D. **Os múltiplos saberes do colono ítalo-brasileiro da encosta superior do nordeste do Rio Grande do Sul**. Monografia. UFRGS, Porto Alegre, 2001.

GUIMARAES, G. M. **Racionalidades identitárias na produção e comercialização de alimentos coloniais na Quarta Colônia-RS**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais... X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, de 20 a 26 de março de 2005.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. In: **GEOgrafia**. n. 17, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

HAIR JR., et al. **Fundamentals of Research Methods in Administration**. Porto Alegre: Bookman, 2005

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017**. Disponível em <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>> Acesso em: 05 de fevereiro de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. 2018. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: fev, 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados do Censo Populacional, 2010**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=microdados> > acesso em: 16 jan de 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2017. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=4320651> > Acesso em: 12 de fev. 2020.

KAY, R. D.; EDWARDS, W. M.; DUFFY, P. A. **Gestão de Propriedades Rurais**. 7ª ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2014

KERECKI, M.; SANTOS, M. Programa de ação econômica do governo (PAEG): do milagre econômico ao fim do sonho. **Revista Historiador**. n. 2, v.2. p.183-188, dez. 2009.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional do mito à realidade**. Campinas: UNICAMP, 1993.

LASSENCE, A. Governança presidencial e desenvolvimento: o poder dos presidentes. In: PEIXOTO, J. P. M. (org.) **Presidencialismo no Brasil: história, organização e funcionamento**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

MACHADO, G.; SAQUET, M. A. Espaço, território, paisagem: em busca de uma ligação conceitual. **Revista Varia Scientia**, v.10, n.17, p.135, 2010.

MAGALHÃES, R. S. A “masculinização” da produção de leite. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. Brasília. v.47, n.1, jan-mar, 2009.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANFIO, V. **O papel da Campal na (re) estruturação do espaço urbano de Nova Palma-RS**. Dissertação (Mestrado em Geociências), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

MANFIO, V. A Quarta Colônia de imigração italiana: uma paisagem cultural na região central do Rio Grande do Sul. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**, PPGGEO- UFSM, Santa Maria, v. 16, n. 2, maio/ago. 2012.

MANFIO, V. Agricultura familiar no município de Nova Palma- RS: uma análise sobre as dinâmicas e potencialidades. **Geographia Meridionalis**, v.1, n.2, jan-dez, 2015

MANFIO, V.; BENADUCE, G. M. C. Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS: uma abordagem sobre a cultura e identidade. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 32 n, 65, p. 260-173, 2017.

MANFIO, V.; PIEROZAN, V. L. As novas alternativas rurais na Quarta Colônia, RS, Brasil: um estudo sobre a agricultura de base agroecológica e a agricultura orgânica. **InterEspaço**. Grajaú, MA, v.3, .9, p.175-194, 2019.

MANFIO, V.; PIEROZAN, V. L. Território, cultura e identidade dos colonizadores italianos no Rio Grande do Sul: uma análise sobre a Serra Gaúcha e a Quarta Colônia. **Revista GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo. v.23, n.1, p.144-162, 2019.

MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percursos**, Maringá, v.4, n.2, p. 149-171, 2012

MARCONI, M; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIN, J. O. B. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.58, n.2, 2020.

MARIN, M. Z.; CORREA, W. K. A pluriatividade em unidades de produção agrícola familiar na Quarta Colônia de Imigração Italiana- RS. In: **Anais... III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente**, 11 a 15 de novembro de 2005.

MARTINS, R. C.; SONÁGLIO, C. M. Dinâmicas de construção das cadeias curtas agroalimentares e o desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, SP. v.15, n.6. p.186-198, 2019.

MATTE, A. et al. Agricultura e Pecuária Familiar: (des)continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 15, n.1, p. 19-33, 2019.

MATTE, A. MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no Sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**. v.18, n.37, p.130-151, 2016.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: MDA; Nead, 2005.

MATTEI, L. O Papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, vol. 45, suplemento especial, p. 83-91. 2014a.

MATTEI, L. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias de agricultores familiares A e A/C entre 2000 e 2010. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, n. 3, p. 58-69, jul-set., 2014b.

MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do Pronaf no Brasil. **Raízes**, UFPB, v. 35, p. 01-15, 2015.

MATTEI, L. F.; FOSSÁ, J. L. A evolução do crédito rural no estado de Santa Catarina entre 2007 e 2016. **Revista Grifos**, Unochapecó- Chapecó, n. 43, p.65-82, 2017.

MDA. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável para o Brasil**. Brasília: MDA/SDT, 2005.

MENEZES, L. J. M.; DAVID, C. A territorialização da soja no distrito de Santa Flora, Santa Maria/RS. In: **Rio Grande do Sul: estudos de geografia agrária**. Org. DAVID, C.; WIZNIEWSKY, C. R. F.; CANCELIER, J. W. Porto Alegre :Evangraf, 2015.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA).

**Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/agricultura-familiar/dap>>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2020

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Extrato DAP**. Disponível em: <<http://smap14.mda.gov.br/extratodap/>>, acesso em: 30 de julho de 2020.

MORAES, J. L. A.; SCHWAB, P. I. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. **Revista do CEPE**. Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 67-79, jan./jun. 2019.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C.S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, DF: INCRA/FAO, MDA, 2000.

MOREIRA, P. O.; DALLABRIDA, V. R.; MARCHESAN, J. Processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR): um estudo sobre a realidade socioeconômica no Planalto Norte Catarinense. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas, SC. v. 6, n. 2, ed. esp., p. 88-103, jul. 2016.

NAVARRO, Z. Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G.; VIEIRRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (orgs). **A agricultura brasileira. Desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, IPEA, 2010, p.185-209.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, ed.21, 2002.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO M. A. A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil- aprendizagens, esquecimentos e novidades. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 1, p. S009-S024, 2015.

OCNER FILHO, V. O papel do crédito rural frente ao crescimento econômico do Brasil. **Revista Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16-31. 2017.

OLIVEIRA, D.; RAMBO, A. G.; CARVALHO, L. Agroecologia enquanto mecanismo de reterritorialização da agricultura familiar: estudos de caso em assentamentos de reforma agrária e entre agricultores familiares agroecologistas. In: **Anais... VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Perspectivas e desafios**. Santa Cruz do Sul, RS, de 13 a 15 de setembro de 2017.

OLIVEIRA, E. R.; RIBEIRO, E. M. Indústria rural, agricultura familiar e desenvolvimento local: o caso da produção de cachaça artesanal em Salinas-Minas Gerais. In: **Anais...X Seminário dobre a Economia Mineira, Diamantina, Minas Gerais**, de 18 a 22 de junho de 2002.

OLIVEIRA, J. et al. Agricultura familiar e crédito rural: análise das liberações dos recursos do PRONAF no estado da Bahia no período de 2003-2012. In: **Anais... XI Encontro de Economia Baiana**, Salvador, Bahia, de 17 a 18 de setembro de 2015.

OLIVEIRA, M. M. et al.. Capim vetiver (*Chrysopogon zizanioides*): uma alternativa para o plantio direto na agricultura familiar. **Revista Terceiro Incluído**, v. 8, p. 77-84, 2018.

PAZUCH, G. Imigração Italiana na Colônia de Silveira Martins-RS: Deslocamentos, redes familiares e relações de poder (1877-1920). In: **Anais...** 30º Simpósio Nacional de História- História e o futuro da educação no Brasil, Recife: Associação Nacional de História- ANPUH- Brasil, de 15 a 19 de julho de 2019.

PEREIRA, E. L.; NASCIMENTO, J. S. Efeitos do Pronaf sobre a produção agrícola familiar dos municípios tocantinenses. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, v.52, n.01, p.139-156, jan./mar 2014.

PICCIN, E. **O Código Cultural Religião Como Uma das Manifestações da Identidade Cultural da Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2009.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP. v.52, p. 63-84, 2014.

PLOEG, J. D. V. D. Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMÍREZ, I. M. B.; SOUZA, R. P.; LÓPEZ, J. D. G. Canais de comercialização da agricultura familiar: o caso da comunidade de Boa Vista de Acará na Amazônia paraense-Brasil. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 17, n. 46, P.123-150, jan./mar. 2021.

REICHERT, L. J. A administração rural em propriedades familiares. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 5, n. 10, p. 67-86, mai. 1998.

RESENDE, C. M.; MAFRA, R.L.M. Desenvolvimento rural e reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o Pronaf. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, v.54, p.261-280, 2016.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C. H.; LUCIO, P.B. **Metodologia de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

SAQUET, M. A. Território e identidade. In: **Anais...**X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, de 20 a 26 de março de 2005.

SAQUET, M. A. Campo- Território: considerações teórico-metodológicas. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v.22, n.43, p.55-76, jan-jun, 2007.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente-SP, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de território**. 3 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013

SAQUET, M. A.; ALVES, A. F. Experiências de desenvolvimento territorial em confronto. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 574-598, 2014.

SAQUET, M. A.; ABRÃO, J. A. A. A territorialização na agricultura familiar: materializações na paisagem de Francisco Beltrão (PR, Brasil). In: Política, sujeitos e práticas produtivas no campo latino-americano. In: SUZUKI, J. C.; ARAUJO, V. B.; LARA, O. G. H. (Org.). **Política, sujeitos e práticas produtivas no campo latino- americano**. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

SCARABELOT, M.; SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local: Um estudo de caso do município de Nova Veneza, SC. **Revista Faz Ciência**. v.15, n.20, p. 101-130, 2012.

SCHIMIDT, P. et al., Proposição de um modelo de precificação de mão-de-obra como instrumento de gestão na atividade fumageira da região sul. **ABCustos**, São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, v. 4, n. 3, p. 71-89, set./dez. 2009.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.51, p. 99-121, fev. 2003.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v.6, n.11, jan-jun, p.88-125, 2004.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L. F.; CAZELLA, A.; Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais**, Campina Grande, Paraíba, Universidade Federal Campina Grande, v.23, n.1, p.99-117, 2004.

SCHUHMANN, M. L. **O contexto e os efeitos do Pronaf Mais Alimentos para os agricultores familiares do município de Teutônia – RS**. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2012.

SENA, J. O. et al. Recursos Financeiros do PRONAF: Um Estudo do Planejamento e Controle Realizados Pelos Agricultores Familiares das Associações Comunitárias do Vale do Bananal. In: **Anais... XXXV Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, de 03 a 07 de setembro de 2011.

SILVA, A. G. V. Agricultura familiar no contexto nacional. **Caderno de Publicações**. UNIVAG Centro Universitário. n.1, p.9-19, 2003.

SILVA, E. R. A. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998. Brasília: **IPEA**, texto para discussão 664, 1999.

SILVA, et al. Diversificação rural: a importância para a agricultura familiar da produção para autoconsumo na cultura do tabaco. In: **Anais... IX Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional, Processos, Políticas e Transformações Territoriais** Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil, 11 a 13 de setembro de 2019.

SILVA, S. P. Crédito do Pronaf e dinâmicas econômicas territoriais: uma análise de dados em painel para o território Vale do Mucuri (2000 a 2007). In: **Anais...XIV Seminário sobre Economia Mineira**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, de 24 a 28 de maio de 2010.

SILVA, S. P.; ALVES FILHO, E. Impactos econômicos do Pronaf em Territórios Rurais: um estudo para o Médio Jequitimhonha- MG. **Revista Econômica do Nordeste**. v.40. n.3, p. 481-498. jul/set, 2009.

SILVA, S.S.; ANTONIAZZI, E. A.; NOVAK, M. A. L. O Pronaf como instrumento de fixação do agricultor familiar no campo, evitando o êxodo rural. *Revista Desenvolvimento Socioeconômico em debate- RDS* v.5, n.2, p. 66-93, 2019.

SOUZA FILHO, H. M., et al. Condicionantes da adoção de inovações tecnológicas na agricultura. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 223-255, jan./abr. 2011.

SPAGNOL, R. PFULLER, E. E. A administração rural como processo de gestão das propriedades rurais. **Raci:Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU**. Erechim, v. 5, n.10, p.2-16, jan/jun. 2010.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese de doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SPANEVELLO, R. S.; MOREIRA, S. L.; LINKE, P. M. Reprodução da mão de obra em propriedades familiares: apontamentos a partir da sucessão geracional. In: **Anais...VIII Seminário Internacional sobre desenvolvimento regional Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios** Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017.

SPOLADOR, H. F. S. **Reflexões sobre a Experiência Brasileira de Financiamento da Agricultura**. Piracicaba, 2001. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada), ESALQ: São Paulo, 2001.

SPOLAOR, S. **Os papéis urbanos nas pequenas cidades da região da Quarta Colônia**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, 2010.

SOUSA, D. N.; NIERDELE, P. A. Pronaf e inclusão produtiva dos agricultores familiares: estudo de caso no estado do Tocantins. **Revista Grifos- Unochapecó**. Dossiê: Pronaf 25 anos: Histórico, transformações e tendências, v.30, n.51, jan-abr, 2021.

TONNEAU, J. P.; AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 67-82, jan-abr, 2005.

TOLEDO, E. N. B.; ZONIN, V. J. O Pronaf: um vetor tendencial à concentração e seleção produtiva na agricultura familiar. **Revista Grifos-Unochapecó**. v. 30. n. 51, p. 141- 162, 2021.

TREBIEN, R. C.; VALENTE, V. A organização socioeconômica e espacial da cidade de Nova Palma-RS. **Disciplinarum Scientia**. Série: Ciências Humanas, v. 5, n. 1, p. 1-16, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TROIAN, A.; MACHADO, E.T. L. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil Análise da Evolução e Distribuição Entre 1999 e 2017. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 18, n.50 jan./mar. 2020.

VALE, A. L. F.; SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista Faz Ciência**. v.7, n.5, p. 11-26, 2005

VEIGA, J. E da, et al., **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/ NEAD) 2001.

VENDRUSCULO, R. **“Somos da quarta colônia”**: os sentidos de uma identidade territorial em construção. 2009. Dissertação de Mestrado (Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2009.

VINUTO, J. A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas** (UNICAMP), v. 44, p. 201-218, 2014

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Anais...XX** Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, de 22 a 26 de outubro de 1996.

WESZ JUNIOR, V. J. O Pronaf pós-2014: intensificando a sua seletividades? **Revista Grifos- Unochapecó**. Dossiê: Pronaf 25 anos: Histórico, transformações e tendências, v.30, n.51, jan-abr, 2021.

WESZ JUNIOR, W. J. BUENO, V. N. A produção de soja em pequenas propriedades familiares na região das Missões/RS. In: **Anais...XLVI** Congresso de Sociologia Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, de 20 a 23 de julho de 2008.

WINCK, C, A. et al. Agricultura familiar e rendas alternativas na região da Quarta Colônia/RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, São Paulo, v. 10, n. 1, p.28-51, jan./abr, 2014.

ZÓTIS, T.S. **Causas e consequências da evasão de jovens da comunidade rural de São Vitor, município de Camargo/RS**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

## **ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)- Agentes de desenvolvimento**

Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O PROCESSO DE (DES) TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE NOVA PALMA E PINHAL GRANDE/RS**” desenvolvida pela acadêmica Beatriz Scapin, discente do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), da Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento, sob orientação da Professora Dra. Alessandra Troian.

O objetivo central do estudo é analisar a contribuição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, de 1999 a 2019, no desenvolvimento territorial de Nova Palma e Pinhal Grande, localizados na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

O convite de sua participação será no sentido de conceder entrevista à pesquisadora. Sua participação é voluntária, você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma.

Para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas por você, serão tomadas as seguintes medidas: apenas os pesquisadores terão acesso aos dados das entrevistas e questionários; e serão usados nomes fictícios no estudo, garantindo o seu anonimato.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista. Essas perguntas são referentes à dinâmica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no território em que você trabalha. Para garantir maior veracidade e relevância à pesquisa desenvolvida, as entrevistas serão gravadas.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo, inclusive com ligação a cobrar.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos e com o fim deste prazo, será descartado.

O benefício indireto relacionado a sua colaboração nesta pesquisa é o de poder contribuir socialmente para que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar seja revisto pelos órgãos governamentais, para que através de alterações na sua configuração e estrutura operacional possa contribuir no processo de desenvolvimento dos territórios, em especial melhorando as condições de vida dos agricultores familiares.

Os riscos da pesquisa são mínimos, no entanto você pode passar pelo risco de constrangimento por não saber alguma questão ou por sentir vergonha em responder que o Pronaf gera endividamento, por exemplo. Caso isso ocorra terá liberdade para pular (não

responder questões), da mesma forma que terá total liberdade para desistir da pesquisa, a qualquer momento.

Para apresentação dos resultados do estudo será elaborado um relatório com os resultados da pesquisa e as considerações.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Unipampa. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

Tel do CEP/Unipampa: (55) 3911-0202, voip 2289

E-Mail: [cep@unipampa.edu.br](mailto:cep@unipampa.edu.br)

<https://sites.unipampa.edu.br/cep/>

Endereço: Campus Uruguaiana – BR 472, Km 592

Prédio Administrativo – Sala 7A

Caixa Postal 118Uruguaiana – RS

CEP 97500-970

Contato com a pesquisadora responsável: Beatriz Scapin

Tel: (55) 9 97156297 (inclusive ligações a cobrar)

E-mail: [beatrizscapin60@gmail.com](mailto:beatrizscapin60@gmail.com)

Município, \_\_\_\_ de setembro de 2020

---

Beatriz Scapin

Informo que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa intitulada “PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O PROCESSO DE (DES) TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE NOVA PALMA E PINHAL GRANDE/RS” e concordo em participar.

Autorizo a gravação da entrevista / autorizo o registro de imagem por foto.

Não autorizo a gravação da entrevista / não autorizo o registro de imagem por foto.

---

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

**Observação:** O TCLE foi elaborado em duas vias idênticas, das quais uma ficará com o participante e outra com a pesquisadora. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo participante da pesquisa e pela pesquisadora responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página.

## **ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)- Agricultores familiares**

Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O PROCESSO DE (DES) TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE NOVA PALMA E PINHAL GRANDE/RS**” desenvolvida pela acadêmica Beatriz Scapin, discente do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), da Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento, sob orientação da Professora Dra. Alessandra Troian.

O objetivo central do estudo é analisar a contribuição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, de 1999 a 2019, no desenvolvimento territorial de Nova Palma e Pinhal Grande, localizados na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

O convite de sua participação será no sentido de conceder entrevista à pesquisadora. Sua participação é voluntária, você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma.

Para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas por você, serão tomadas as seguintes medidas: apenas os pesquisadores terão acesso aos dados das entrevistas e questionários; e serão usados nomes fictícios no estudo, garantindo o seu anonimato.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um questionário, que contém questões abertas e fechadas. Essas perguntas são referentes à dinâmica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no território em que você mora. Para garantir maior veracidade e relevância à pesquisa desenvolvida, as entrevistas serão gravadas e serão realizados alguns registros fotográficos.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo, inclusive com ligação a cobrar.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos e com o fim deste prazo, será descartado.

O benefício indireto relacionado a sua colaboração nesta pesquisa é o de poder contribuir socialmente para que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar seja revisto pelos órgãos governamentais, para que através de alterações na sua configuração e estrutura operacional possa contribuir no processo de desenvolvimento dos territórios, em especial melhorando as condições de vida dos agricultores familiares.

Os riscos da pesquisa são mínimos, no entanto você pode passar pelo risco de constrangimento por não saber alguma questão ou por sentir vergonha em responder que o

Pronaf gera endividamento, por exemplo. Caso isso ocorra terá liberdade para pular (não responder questões), da mesma forma que terá total liberdade para desistir da pesquisa, a qualquer momento.

Para apresentação dos resultados do estudo será elaborado um resumo para o jornal impresso “Jornal Cidades do Vale”, e também para a divulgação na programação de rádio, na rádio de Nova Palma, “Rádio Nova Palma FM 105.9”, e na rádio de Pinhal Grande, “Rádio Interativa FM 87.9”. A escolha de divulgar os resultados dessa forma, se dá pelo motivo de divulgar as informações para um maior número de agricultores.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Unipampa. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

Tel do CEP/Unipampa: (55) 3911-0202, voip 2289

E-Mail: [cep@unipampa.edu.br](mailto:cep@unipampa.edu.br)

<https://sites.unipampa.edu.br/cep/>

Endereço: Campus Uruguaiana – BR 472, Km 592

Prédio Administrativo – Sala 7A

Caixa Postal 118Uruguaiana – RS

CEP 97500-970

Contato com a pesquisadora responsável: Beatriz Scapin

Tel: (55) 9 97156297 (inclusive ligações a cobrar)

E-mail: [beatrizscapin60@gmail.com](mailto:beatrizscapin60@gmail.com)

Município, \_\_\_\_ de setembro de 2020

---

Beatriz Scapin

Informo que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa intitulada “PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O PROCESSO DE (DES) TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE NOVA PALMA E PINHAL GRANDE/RS” e concordo em participar.

Autorizo a gravação da entrevista / autorizo o registro de imagem por foto.

Não autorizo a gravação da entrevista / não autorizo o registro de imagem por foto.

---

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

**Observação:** O TCLE foi elaborado em duas vias idênticas, das quais uma ficará com o participante e outra com a pesquisadora. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo participante da pesquisa e pela pesquisadora responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página.

**APÊNDICE A - Questionário agricultores familiares**

<b>PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O PROCESSO DE (DES) TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE NOVA PALMA E PINHAL GRANDE/RS</b>	
Município:	Localidade:
Nº:	Data:

**1. Idade:** \_\_\_\_\_ Anos completos.

**2. Escolaridade:** \_\_\_\_\_

**3. Estado Civil:** \_\_\_\_\_

**4. Quantas pessoas moram na sua casa?** \_\_\_\_\_

**5. Em relação à água: é encanada?** Não ( ) Sim ( )

**6. Origem da água:** Poço ( ) Fonte ( ) Sanga ( ) Poço artesiano da comunidade ( )

**7. Destino do lixo:** Coletado pelo serviço de limpeza ( ) Queimado ( )

Enterrado ( ) Jogado na propriedade ( ) Jogado em rio, lago ( ) Outro destino ( )

**8. Destino das embalagens de agrotóxicos:** Coletado por cooperativa agrícola ( ) Queimado ( ) Enterrado ( ) Jogado na propriedade ( ) Jogado em rio, lago ( )

Outro destino ( ) \_\_\_\_\_

**9. Participa de alguma associação/ou cooperativa?** Não ( ) Sim ( )  
Qual? \_\_\_\_\_

**10. Área terra: (em hectares)**

Área total (ha)	Própria	Alugada de terceiros	de	Alugada para terceiros	Área usada para produção	Área reserva legal

**11. Utilização da terra:**

O que produz	Quanto produz	O que produz para autoconsumo	O que produz para a venda	Para quem vende

**12. Vende ou já vendeu para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?**

\_\_\_\_\_

**13. Você é beneficiário do Programa Bolsa Família?** Não ( ) Sim ( ) Há quantos anos? \_\_\_\_\_

**14. Utiliza crédito rural do PRONAF?** Não ( ) Sim ( ) Há quantos anos? \_\_\_\_\_

**14.1 Tipo de crédito acessado?** Custeio ( ) Investimento ( ) Ambos ( ).

ECONÔMICO	Transformações sobre produção	O Pronaf possibilitou o aumento da área plantada?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		O Pronaf possibilitou o aumento da produtividade?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		O Pronaf permitiu a compra de terra?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		O Pronaf permitiu a troca do sistema produtivo?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
	Transformação na estrutura do estabelecimento agropecuário	O Pronaf influenciou na aquisição de trator?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		O Pronaf permitiu a compra de implementos agrícolas?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		O Pronaf auxiliou na construção de galpão/silos?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
	Transformações sobre diversificação	O Pronaf contribuiu para a especialização em determinadas culturas e atividades?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		O Pronaf permitiu a diversificação dos cultivos (produção)?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		A partir do Pronaf diminuiu o número de culturas e atividades no estabelecimento agropecuário?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
	Transformação sobre capacidade de geração de renda	O Pronaf aumentou o endividamento?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		A partir do Pronaf aumentou a renda?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
	Transformação no modo de comercialização da produção	Com o Pronaf a forma de comercialização da produção mudou?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		O Pronaf possibilitou a ampliação dos mercados compradores?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		O Pronaf facilitou a venda em feiras?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		O Pronaf estimula a venda no programa de Merenda Escolar (PNAE)	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		O Pronaf fez com que participasse mais da Campal ou outra cooperativa?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		O Pronaf reduziu a participação em cooperativas e associações?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
CULTURAL	Transformações sobre relações tradicionais	A partir do Pronaf aumentou a dependência de agências bancárias?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		A partir do Pronaf aumentou a dependência de cooperativas?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		O Pronaf melhorou as perspectivas para os filhos continuarem na agricultura?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		O Pronaf influencia os filhos a ficarem na propriedade?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		A partir do Pronaf houve aumento na participação das mulheres nas atividades do estabelecimento agropecuário?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		A partir do Pronaf houve aumento na participação das mulheres na gestão?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		O acesso do Pronaf aumentou a participação dos filhos nas atividades do estabelecimento agropecuário?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		O acesso do Pronaf aumentou a participação dos filhos na gestão?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
	Transformações sobre identidades	O Pronaf alterou a paisagem do território/da comunidade que você mora?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		Com o Pronaf ocorreu perda das características do território/comunidade?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		A partir do uso do Pronaf a paisagem da comunidade mudou?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
	Transformações no modo de fazer	O Pronaf alterou a forma como é realizada a produção de alimentos para o consumo familiar?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		A partir do acesso ao Pronaf diminuiu a plantação de alimentos básicos para o consumo familiar?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )

		A partir do Pronaf foi deixado de lado as experiências e os costumes no modo de plantar e colher?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
	Transformações nas relações com a comunidade	Com o Pronaf diminuiu o trabalho comunitário/mutirão?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		Com o Pronaf diminuiu a cooperação entre vizinhos?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		Com o Pronaf diminuiu a sociedade/ plantar em parceria com parente/amigo?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		Devido ao Pronaf diminuiu a participação nos eventos realizados pelas comunidades (festas, torneios.)?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		Com o Pronaf aumentou a competitividade entre vizinhos e familiares?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
NATURAL	Transformações concentradoras, degradantes e poluidoras	Com o Pronaf aumentou o uso de agrotóxico?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		Com o Pronaf diminuiu a área de preservação ambiental?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		O Pronaf influenciou nas mudanças no uso da terra- plantio direto ou cultivo mínimo?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		A partir do Pronaf aumentou a derrubada de mato nativo para fins de plantio?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		Devido ao Pronaf diminuiu a preservação de nascentes e fontes de água?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
		Devido ao Pronaf as embalagens de agrotóxico passaram a ser descartadas de maneira diferente?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
	Transformações no modo de manejo do solo	A partir do Pronaf aumentou a rotação de culturas?	Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )
Devido ao Pronaf aumentou o uso de práticas corretivas do solo?		Sim ( ) Indiferente ( ) Não ( )	

16. Na sua opinião quais os pontos positivos do Pronaf? E os pontos negativos?

## APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com os agentes de desenvolvimento

1. Organização que trabalha:
2. Município:
3. Formação: \_\_\_\_\_
4. Que atividades a organização desempenha?
  - 4.1. Quais são específicas para a agricultura familiar?
5. Desempenha que função na organização? Há quanto tempo?

**- Em relação ao Pronaf no processo de transformação do território (Nova Palma e Pinhal Grande):**

<b>ECONÔMICO</b>	<b>Transformações sobre produção</b>	6. Na sua opinião o Pronaf contribuiu para a ampliação da área plantada e aumento da produtividade? De que forma?
	<b>Transformação na estrutura do estabelecimento agropecuário</b>	7. O Pronaf permitiu modificar a estrutura das propriedades, fazer melhorias nas casas, construções, comprar implementos e maquinários agrícolas? Explique.
	<b>Transformações sobre diversificação</b>	8. Na sua opinião, o Pronaf contribuiu para a diversificação da produção dentro dos estabelecimentos agropecuários? 9. A partir do Pronaf os agricultores passaram a investir em determinadas culturas/atividades? Quais?
	<b>Transformação sobre capacidade de geração de renda</b>	10. Na sua opinião o Pronaf contribuiu para melhorar/aumentar a renda dos agricultores? 11. O Pronaf tem contribuído para aumentar a inadimplência entre os agricultores? Por quê?
	<b>Transformação no modo de comercialização da produção</b>	12. A partir do Pronaf, na sua opinião, como ficou a comercialização da produção? (venda em feiras/participação em cooperativas/mercados compradores)
<b>CULTURAL</b>	<b>Transformações sobre relações tradicionais</b>	13. Na sua opinião, a partir do Pronaf os filhos passaram a ter interesse em participar da gestão do estabelecimento agropecuário? De que forma? 14. A partir do Pronaf, aumentou o interesse dos filhos em continuarem na agricultura? Por quê? 15. A partir do Pronaf ocorreu maior participação das mulheres na gestão? De que forma?
	<b>Transformações sobre identidades</b>	16. Na sua opinião o Pronaf tem contribuído para alterar a paisagem do município? Como? Cite exemplos.
	<b>Transformações no modo de fazer</b>	17. Você acha que a partir do Pronaf foi deixado de lado as experiências e costumes no modo de plantar/colher? 18. A partir do crédito via Pronaf a produção se tornou mais voltada para a comercialização, reduzindo a produção para autoconsumo?
	<b>Transformações nas relações com a comunidade</b>	19. Na sua opinião, a partir do Pronaf, a cooperação entre os vizinhos/o trabalho em sociedade mudou? Explique.
<b>NATURAL</b>	<b>Transformações concentradoras, degradantes e poluidoras</b>	20. Na sua opinião a partir do Pronaf aumentou a área de desmatamento para plantio? 21. Aumentou o uso de produtos químicos/agrotóxicos? 22. Diminuiu a área de preservação ambiental?
	<b>Transformações no modo de manejo do solo</b>	23. Na sua opinião com o Pronaf aumentou a rotação de culturas? 24. E as práticas de correção de solo?

25. Na sua opinião, o Pronaf está contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar do município? De que forma?

26. Percebe mudanças no modo de produção dos agricultores familiares, devido ao Pronaf? Quais?

27. Na sua opinião quais os pontos positivos e os pontos negativos do Pronaf? Eles interferem no desenvolvimento do município, de que forma?